

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS
CÂMPUS CENTRAL - SEDE: ANÁPOLIS - CET
UNIDADE UNIVERSITÁRIA DE ANÁPOLIS - CSEH
Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado - TECCER

MAYRA ALARCON JERONIMO DA SILVA

**ENTRE A FARTURA E A FOME: AS CONTRADIÇÕES VIVIDAS PELA
COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA CONGONHAS, GOIÁS**

ANÁPOLIS

2025

MAYRA ALARCON JERONIMO DA SILVA

ENTRE A FARTURA E A FOME: AS CONTRADIÇÕES VIVIDAS PELA
COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA CONGONHAS, GOIÁS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação
Stricto Sensu em Territórios e Expressões Culturais do
Cerrado, da Universidade Estadual de Goiás, como
requisito para obtenção do Título de Mestre em Ciências
Sociais e Humanidades, na área Interdisciplinar. Linha
de pesquisa Saberes, Sociedade e Natureza no Cerrado.

Orientador: Prof.^a Dr.^a Josana de Castro Peixoto
Coorientador: Prof.^a Dr.^a Poliene Soares dos Santos Bicalho

ANÁPOLIS

2025

À Comunidade Quilombola Kalunga, em especial a todos aqueles que conheci em Congonhas, pela oportunidade de aprender e evoluir a partir do contato com a sua soberania. Dedico.

AGRADECIMENTOS

Agradeço imensamente à Comunidade Quilombola Kalunga pela oportunidade de poder adentrar seu Território e vivenciar tamanha ancestralidade e serenidade. Espero que este trabalho contribua para a reafirmação da soberania dos seus saberes. Ainda, gostaria de expressar imensa gratidão ao Programa de Pós-Graduação em Territórios e Expressões Culturais no Cerrado (PPGTECCER), da Universidade Estadual de Goiás (UEG), pela possibilidade de construir esta pesquisa da forma que idealizei. Em especial, expresso profunda gratidão pelo suporte das minhas orientadoras Prof.^a Dr.^a Josana de Castro Peixoto e Prof.^a Dr.^a Poliene Soares dos Santos Bicalho, sem vocês nada disso seria possível!!! Meu reconhecimento e gratidão. Por fim, gostaria de expressar tamanha gratidão ao meu companheiro, Gustavo Bruno Costa Cunha, por ser um alicerce em minha vida e, principalmente, pela contribuição neste trabalho.

"Usei minha arma de escritor, a palavra contra a injustiça e a miséria, contra tudo que é anti-humano, contra a opressão e o falso moralismo."

Jorge Amado

RESUMO

A configuração do atual sistema alimentar contribuiu para a incidência da sindemia global. Este fenômeno refere-se à interação sinérgica entre as pandemias de obesidade, desnutrição e mudanças climáticas, coexistentes através de fatores sociais, políticos e ambientais em comum. Nesse cenário, o objetivo desta pesquisa foi descrever o atual sistema alimentar, sua relação com a sindemia global e como este fenômeno atinge, por meio do segmento radicalizado, o acesso ao Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA) da Comunidade Quilombola Kalunga Congonhas. Para tanto, as metodologias utilizadas foram: a etnopesquisa, um método qualitativo que busca compreender o mundo social a partir da perspectiva dos próprios participantes, e a pesquisa-ação, a fim de promover a construção de um conhecimento decolonial. Assim, foi possível observar mudanças nos hábitos alimentares tradicionais dos atores sociais de Congonhas, o que foi associado pelos mesmos com fatores relacionados às consequências da sindemia global. A pesquisa revelou contradições no modo de vida da comunidade quilombola Kalunga de Congonhas. Apesar da fartura ambiental e do vasto conhecimento tradicional sobre o uso dos bens naturais, especialmente os alimentos cultivados, extrativistas e os saberes fitoterápicos, a comunidade ainda enfrenta episódios recorrentes de insegurança alimentar e nutricional. Foi observado que há abundância relativa de alimentos em determinados períodos do ano, sobretudo durante as colheitas e o período chuvoso, mas essa fartura não é constante nem plenamente aproveitada, devido a fatores como: dificuldade de acesso a políticas públicas efetivas, distanciamento geográfico de Cavalcante, falta de infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção, desvalorização do saber tradicional diante das lógicas de produção convencionais e dependência crescente de alimentos industrializados, inclusive em detrimento de alimentos locais mais saudáveis e sustentáveis. As entrevistas e observações de campo indicaram que a comunidade vivencia um processo de transição socioeconômica e cultural, no qual os modos tradicionais de subsistência resistem, mas estão sob forte pressão das dinâmicas capitalistas externas. Isso gera uma ambiguidade entre a riqueza ambiental e cultural e a pobreza material sentida no cotidiano de muitas famílias. A superação dessas contradições exige o reconhecimento da territorialidade Kalunga como espaço legítimo de produção de saberes e alimentos, a promoção de políticas públicas que respeitem suas especificidades e a criação de alternativas que fortaleçam a soberania alimentar da comunidade. Portanto, a pesquisa reforça que fartura e fome podem coexistir quando a desigualdade social, a negligência institucional e a desvalorização de modos de vida tradicionais impedem que o potencial do território se converta em bem-estar coletivo. Assim, compreender e enfrentar essas contradições é urgente para garantir os direitos dos povos quilombolas e a efetiva conservação sociocultural do Cerrado.

Palavras-chave: Cerrado; Sistemas Alimentares; Racismo Ambiental e Alimentar; Ecologia

dos Saberes; Pensamento Decolonial.

ABSTRACT

The framework of the current food system has been a precursor to the incidence of the global syndemic, a phenomenon in which climate, health, and socioeconomic crises coexist due to shared social, political, and environmental factors. In this context, the objective of this research was to describe the current food system, its relationship with the global syndemic, and how this phenomenon—through its racialized dimension affects the Quilombola Kalunga Congonhas Community's access to the Human Right to Adequate Food and Nutrition (DHANA). To this end, the methodology adopted included ethno research and action research, aiming to foster the construction of decolonial knowledge. The study revealed changes in the traditional eating habits of the Congonhas social actors, which they themselves associated with factors related to the consequences of the global syndemic. The research uncovered contradictions in the way of life of the Kalunga Quilombola community of Congonhas. Despite environmental abundance and extensive traditional knowledge concerning the use of natural resources especially cultivated and wild-harvested foods, as well as medicinal plant knowledge the community continues to face recurring episodes of food and nutritional insecurity. It was observed that there is relative food abundance during certain times of the year, particularly during harvests and the rainy season. However, this abundance is neither constant nor fully utilized due to factors such as: limited access to effective public policies, geographic isolation, lack of infrastructure for storage and distribution of production, devaluation of traditional knowledge in the face of conventional production systems, and increasing dependence on industrialized foods, often at the expense of healthier and more sustainable local alternatives. Interviews and field observations indicated that the community is undergoing a process of socioeconomic and cultural transition, in which traditional subsistence modes persist but are under intense pressure from external capitalist dynamics. This results in a paradox between environmental and cultural wealth and the material poverty experienced in the daily lives of many families. Overcoming these contradictions requires recognizing the Kalunga territory as a legitimate space for the production of knowledge and food, promoting public policies that respect its specificities, and creating alternatives that strengthen the community's food sovereignty. Therefore, this research reinforces that abundance and hunger can coexist when social inequality, institutional neglect, and the devaluation of traditional ways of life prevent the territory's potential from being translated into collective well-being. Thus, understanding and confronting these contradictions is urgent to ensure the rights of Quilombola peoples and the effective sociocultural conservation of the Cerrado.

Keywords: Cerrado; Food Systems; Environmental and Food Racism; Ecology of Knowledge; Decolonization.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	— Foto de eucaliptos tratados de 4,0m com diâmetro 0,08m - 0,10m que devem ser cortados para formar as demais estruturas do banheiro seco . .	91
Fotografia 2	— Foto da distância das fundações frontais e traseiras do banheiro	92
Fotografia 3	— Foto do comprimento lateral do banheiro	93
Fotografia 4	— Foto da estrutura frontal e traseira do banheiro	94
Fotografia 5	— Foto da distância dos pilares de sustentação do suporte do assento do banheiro	95
Fotografia 6	— Foto da distância dos pilares de sustentação do suporte para os pés do banheiro	96
Fotografia 7	— Foto do tamanho externo dos pilares de sustentação para o suporte do assento e de apoio para os pés do banheiro	97
Fotografia 8	— Foto do tamanho e distância dos dois apoios centrais para o suporte do assento do banheiro	98
Fotografia 9	— Foto do tamanho e distância do apoio central para o suporte para os pés do banheiro	99
Fotografia 10	— Foto do travamento dos suportes para o assento e de apoio para os pés do banheiro	100
Fotografia 11	— Foto dos travamentos estruturais laterais do banheiro	101
Fotografia 12	— Foto dos travamentos estruturais frontal e traseiro do banheiro	102
Fotografia 13	— Foto do posicionamento do telhado do banheiro	103
Fotografia 14	— Foto dos suportes para assento e de apoio para os pés	104
Fotografia 15	— Foto frontal banheiro seco Domicílio I	105
Fotografia 16	— Foto da lateral do banheiro seco do Domicílio I	106
Fotografia 17	— Foto posterior do banheiro seco do Domicílio I	107
Fotografia 18	— Foto frontal do banheiro seco do Domicílio II	108
Fotografia 19	— Foto frontal do banheiro seco do Domicílio III	109
Fotografia 20	— Foto que ilustra a 1ª Etapa Quadro 8 - Estrutura do Banheiro Seco	110
Fotografia 21	— Foto que ilustra a 1ª Etapa Quadro 8 - Estrutura do Banheiro Seco	111
Fotografia 22	— Foto que ilustra a 2ª Etapa Quadro 8 - Mistura de matéria orgânica seca	112
Fotografia 23	— Foto que ilustra a 2ª Etapa Quadro 8 - Cobertura completa dos dejetos com a mistura de matéria orgânica seca	113
Fotografia 24	— Foto que ilustra a 3ª Etapa do Quadro 9	114
Fotografia 25	— Foto que ilustra a 3ª Etapa do Quadro 9	115
Fotografia 26	— Foto que ilustra a 4ª Etapa do Quadro 9	115
Fotografia 27	— Foto que ilustra a 5ª Etapa do Quadro 9	116
Fotografia 28	— Foto que ilustra a 6ª Etapa do Quadro 9	116

LISTA DE IMAGENS

Imagem 1 — Esquema explicativo da Sindemia Global	32
Imagem 2 — Imagem de satélite com a localização das Comunidades do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga	57
Imagem 3 — Imagem gerada pelo aplicativo Wikiloc durante visita de campo	63
Imagem 4 — Ilustração do manejo da leira de compostagem	117
Imagem 5 — Ilustração da estrutura interna da leira de compostagem	117

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 — Condições Socioeconômicas dos Integrantes da Comunidade Congonhas . .	64
Quadro 2 — Gêneros alimentícios cultivados nas roças de toco dos atores sociais	74
Quadro 3 — Frequência de consumo alimentar e forma de aquisição dos gêneros alimentícios consumidos pelos atores sociais	76
Quadro 4 — Composição das refeições dos atores sociais	78
Quadro 5 — Distribuição dos domicílios entre os atores sociais	80
Quadro 6 — Ferramentas e Equipamentos Utilizados	89
Quadro 7 — Materiais utilizados para a construção de um banheiro seco	90
Quadro 8 — Explicação de utilização do banheiro seco com a finalidade da compostagem termofílica	110
Quadro 9 — Aplicação da compostagem termofílica nos dejetos do banheiro seco	113
Quadro 10 — Relação de possíveis problemas no manejo da leira de compostagem e suas respectivas soluções	118
Quadro 11 — Questões orientadoras para a entrevista semiestruturada	130
Quadro 12 — Escala Brasileira de Insegurança Alimentar	131

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 — Pontos de corte segundo o nível de segurança/insegurança alimentar	132
---	-----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AQK	Associação Quilombo Kalunga
CQK	Comunidade Quilombola Kalunga
DHANA	Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FMI	Fundo Monetário Internacional
GEEs	Gases do Efeito Estufa
HLPE	High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition
IPCC	Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Observação Participante
SAN	Segurança Alimentar e Nutricional
SAS	Sistemas Alimentares Sustentáveis
SASS	Sistema Alimentar Saudável e Sustentável
SATS	Sistemas Agrícolas Tradicionais
SHPCK	Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
2	OBJETIVOS	19
2.1	OBJETIVO GERAL	19
2.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	19
3	SISTEMAS ALIMENTARES: O QUE SÃO E COMO SE ORGANIZAM	20
3.1	A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR	24
3.2	SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS	28
3.3	SISTEMAS ALIMENTARES E A SINDEMIA GLOBAL	30
4	O SISTEMA ALIMENTAR BRASILEIRO: DESTRUIÇÃO DO CERRADO, RACISMO AMBIENTAL E ALIMENTAR	37
4.1	O QUILOMBO KALUNGA: MODO DE VIDA ANCESTRAL E AGROECOLÓGICO COMO LUTA DECOLONIAL E DE ECOLOGIA DOS SABERES	44
5	METODOLOGIA	49
5.1	DECOLONIZAÇÃO E METODOLOGIA NÃO EXTRATIVISTA: A ETNOPESQUISA CRÍTICA COMO FERRAMENTA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E CO-CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO PÓS-ABISSAL	49
5.2	O TRABALHO EM CAMPO: A ESCUTA SENSÍVEL E A INEGABILIDADE DA PESQUISA-AÇÃO PARA COMPREENDER AS EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS ..	52
5.2.1	ADAPTABILIDADE E FLUIDEZ: REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA APLICAR A ETNOPESQUISA CRÍTICA E A PESQUISA-AÇÃO	56
6	VOZES DO SERTÃO GOIANO: RESULTADOS E DISCUSSÃO	61
6.1	ANÁLISE ESTRUTURAL E COMPORTAMENTAL DA COMUNIDADE KALUNGA CONGONHAS	62
6.1.1	FARTURA ALIMENTAR E DE CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS DOS ATORES SOCIAIS DA COMUNIDADE KALUNGA CONGONHAS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR COM SOBERANIA	70
6.1.2	SINDEMIA GLOBAL: DIFICULDADES ENCONTRADAS NA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E O REFLEXO NA ALIMENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DA COMUNIDADE CONGONHAS	74
6.2	PROMOÇÃO DA SAÚDE NA COMUNIDADE KALUNGA CONGONHAS COM ÊNFASE NO SANEAMENTO AMBIENTAL E RURAL	81
6.2.1	MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE BANHEIRO SECO DE BAIXO CUSTO: UMA ALTERNATIVA DIGNA E ECOLÓGICA PARA FAMÍLIAS QUE NÃO TEM ACESSO À ÁGUA ENCANADA	88

6.2.2	MATERIAIS, INSUMOS E PREVISÃO DE GASTOS	89
6.2.3	PASSO-A-PASSO DA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA DO BANHEIRO ..	90
6.2.4	PASSO-A-PASSO DA UTILIZAÇÃO DO BANHEIRO SECO: APLICAÇÃO DO MÉTODO DE COMPOSTAGEM TERMOFÍLICA	109
7	CONSIDERAÇÕES FINAIS	119
	REFERÊNCIAS	121
	APÊNDICE A — ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS ATORES SOCIAIS	130
	APÊNDICE B — ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR - EBIA: ANÁLISE PSICOMÉTRICA DE UMA DIMENSÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL	131
	APÊNDICE C — ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SR.º CARLOS	133
	ANEXO A — CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS NO TERRITÓRIO KALUNGA REFERENTE A REALIZAÇÃO DESTA PESQUISA NA COMUNIDADE KALUNGA CONGONHAS	134

1 INTRODUÇÃO

Cor, gênero e classe são marcadores sociais que determinam as condições de Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional de uma população. Compreender a importância do que comemos, como comemos e como produzimos o que comemos, vai além das necessidades fisiológicas do corpo humano. Afinal, a comida possui uma relação indiscutível com o corpo e o território de uma comunidade. Dessa forma, colocá-la em pauta é imprescindível para que se possa assimilar as origens das atuais crises social, climática e em saúde pública da contemporaneidade.

Portanto, os processos que envolvem a produção, transporte, distribuição, armazenamento, venda, compra, consumo de alimentos, incluindo suas perdas, desperdícios e gestão de resíduos, formam o que entendemos por sistemas alimentares. Então, os aspectos políticos, socioeconômicos e ambientais envolvidos por este contexto devem ser levados em consideração. Nessa perspectiva, para que um sistema alimentar produza repercussões saudáveis e sustentáveis para a sociedade, é necessário que existam políticas públicas que priorizem a exigibilidade do Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA), através da Segurança Alimentar e Nutricional com Soberania. Os caminhos de um sistema alimentar saudável e sustentável convergem para a garantia do direito à alimentação de forma independente aos interesses corporativos. Nesse contexto, em âmbito governamental, é urgente que os recursos avancem e sejam agregados aos esforços das três esferas de governo (federal, estadual e municipal), não apenas no que tange à mitigação, mas também na conciliação diante das mudanças climáticas, prevendo fontes de financiamento e incentivo à produção sustentável e resiliente de alimentos.

De forma articulada, os moldes da relação de poder e o controle da exploração do trabalho do atual sistema alimentar são orientados pela colonialidade. Este termo, introduzido pelo sociólogo Quijano (Quijano, 2005), representa os desdobramentos sociopolíticos da colonização. No Brasil, essa conjuntura fortalece um sistema alimentar no qual a justiça social e o DHANA não são a prioridade, uma vez que o modelo de ocidental de sociedade, produção e desenvolvimento tem elevado ao extremo as prerrogativas da colonialidade do poder, do saber e do ser, visto a anulação da singularidade de culturas alimentares de Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Nesse prisma, ao passo que a sociedade se tornou prioritariamente urbanizada e o fenômeno da fome assolou esse contexto, a solução mais lucrativa encontrada para "resolver" este fenômeno foi gerar formas de abastecimento pautadas em corporações agroalimentares a partir da industrialização do campo.

Porém, contrária à sua promessa de desenvolvimento, o fortalecimento desse sistema aumentou os índices de insegurança alimentar nos países, especialmente no Brasil. Isso porque, a sua dinâmica não é pautada na equidade social, mas sim na utilização de grandes áreas territoriais para a pecuária intensiva e plantio de monoculturas em amplas extensões de

terra – destinadas à exportação de commodities, agrocombustíveis, produção de ração para aves, gado e suínos –, relacionado à fabricação de alimentos de baixa qualidade e alta durabilidade: os ultraprocessados. Além disso, esta dinâmica é pautada na dependência de cadeias longas para a produção e distribuição dos alimentos, o que culmina na liberação de grandes proporções de gases de efeito estufa e geração excessiva de resíduos plásticos e químicos.

Simultaneamente, há a gigantesca contradição entre a diversidade vegetal e a escassez de produção de alimentos. Assim, é possível observar que a homogeneização da produção agrícola – movida pela produção de commodities – influencia diretamente na monotonia dos hábitos alimentares da população, bem como na manipulação do seu consumo alimentar. Então, a hegemonia do atual sistema alimentar, também contribui com a indústria médico-farmacêutica na ditadura hospitalocêntrica, que é pautada no adoecimento da população a partir do consumo de agrotóxicos e ultraprocessados. Este cenário é propício à incidência de doenças crônicas e sobrecarga do Sistema Único de Saúde (SUS), que, por sua vez, também sofre com financiamento insuficiente para o seu funcionamento pleno.

Por consequência, este contexto é relacionado à eclosão da sindemia global, fenômeno no qual as atuais pandemias de má nutrição e mudanças climáticas coexistem de forma sinérgica, a partir de determinantes sociais e ambientais em comum. Nesse cenário, estas alterações têm implicações diretas e indiretas na capacidade das populações de exercerem sua Soberania Alimentar. Porém, apesar de afetar o mundo como um todo, essas consequências causam maiores impactos em populações vulneráveis.

Então, é nessa conjuntura que o racismo ambiental e alimentar se apresentam. No Brasil, as heranças do colonialismo fortalecem estruturas racistas que promovem desigualdades sociais e estruturais, que vão desde a produção, distribuição, acesso e ao consumo dos alimentos. Ainda, as extensões da crise climática, como enchentes, secas, rompimento de barragens, calor e frio excessivos, contaminação da água, solo e desmatamento, atingem corriqueiramente e forma mais intensa pessoas pretas, ribeirinhas, quilombolas e indígenas. Não é coincidência que os centros urbanos sejam respaldados por saneamento básico e medidas protetivas à desastres ambientais, enquanto as periferias – urbanas ou rurais – são negligenciadas. Também, é necessário pontuar que tais mudanças no clima geram impactos diretos na agricultura. Portanto, comunidades que dependem unicamente da agricultura para sobreviver são duplamente expostas. Desta forma, observa-se que o racismo alimentar vai além da falta de acesso aos alimentos. Afinal, corresponde a extensas opressões dos pequenos agricultores, que não possuem chance de competir ou acessar mercados que estão totalmente dominados por grandes corporações. Além disso, como consequência, há a anulação dos seus saberes ancestrais e tradicionais através da desvalorização das suas práticas culinárias originárias.

Diante do exposto, este trabalho busca responsabilizar o colonialismo, o capitalismo e

o patriarcalismo – expresso através do modelo agroindustrial - por suas influências na eclosão da sindemia global, que se estrutura através da lógica do atual sistema alimentar. Nesse sentido, esse contexto foi ilustrado através da exposição das iniquidades vividas pela Comunidade Quilombola Kalunga (CQK) Congonhas. Afinal, a cultura e a agricultura quilombola – baseada em tecnologia ancestral – deveriam ser reconhecidas como modelos para a transição agroecológica do sistema alimentar. Visto que os Sistemas Agrícolas Tradicionais (SATS), presentes em diversos territórios indígenas, quilombolas e de comunidades tradicionais, são caracterizados pelo conjunto de práticas de produção e manejo sustentável, que, valem-se das potencialidades ambientais.

Desta forma, a Comunidade Congonhas, pertencente ao Cerrado goiano, é o recorte temático e espacial deste estudo, sendo abordada a partir das lentes teóricas da Ecologia dos Saberes, pautada pelo sociólogo Boaventura (2007), como a superação do “pensamento abissal”, que é orientado pela lógica da ciência moderna eurocêntrica e se fortalece por uma “soberania epistêmica”, que exclui e invalida outras formas de saberes que não se encaixam nos seus critérios de linearidade. Desta maneira, essa percepção age na emancipação social das lutas de comunidades e movimentos sociais do Sul Global. Contrapondo-se então à hegemonia do atual sistema alimentar, o qual estipula novas necessidades de consumo e impõe concorrência desleal na produção e escoamento de alimentos advindos da agricultura familiar e agroecológica. Por isso, recorreu-se à perspectiva decolonial para embasar esta pesquisa, afinal, a colonização da alimentação foi – e continua sendo – um processo de controle cultural e da Soberania Alimentar da população.

Nesse prisma, o problema que este trabalho buscou elucidar foi: "Como o atual sistema alimentar brasileiro ameaça o acesso ao DHANA dos integrantes da Comunidade Kalunga Congonhas?". Dessa maneira, as seguintes questões norteadoras foram elegidas: "Qual a perspectiva dos integrantes da Comunidade Congonhas quanto a influência exercida pelas mudanças climáticas na vivência do seu Território?"; "Pelo ponto de vista dos integrantes da Comunidade Congonhas, houve mudança nos seus hábitos alimentares tradicionais? Se sim, ao que eles relacionam essa mudança?"; "Qual o relacionamento dos integrantes de Congonhas com o seu Território?"; "Como é a produção de alimentos em Congonhas?". Para enfrentar tais questionamentos, tem-se como objetivo geral deste estudo: "Descrever o atual sistema alimentar, sua relação com a sindemia global e como este fenômeno atinge, através do segmento racializado, o acesso ao Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA) da Comunidade Quilombola Kalunga Congonhas".

Para contemplar esse objetivo, a etnopesquisa crítica (Macedo, 2010) e a pesquisa-ação (Barbier, 2007), foram os referenciais metodológicos utilizados para contemplar os objetivos propostos por esta pesquisa de caráter qualitativo. Dessa forma, as técnicas utilizadas para sustentar essas metodologias foram: a observação participante, história oral, entrevistas semiestruturadas, escuta sensível, diário de campo e análise documental. Este

arranjo possibilitou a análise de conteúdos, desta pesquisa de abordagem qualitativa, a partir de 8 entrevistas semiestruturadas.

Em vista disso, foi possível observar a diminuição do consumo de alguns gêneros alimentícios tradicionais em Congonhas, bem como a presença de produtos ultraprocessados. Esse fato foi relacionado às dificuldades de plantio decorrente das mudanças climáticas e à ausência de energia elétrica na região. Tal achado foi compatível com trabalhos de mesma premissa na Comunidade Kalunga. Ainda, é importante ressaltar que cada Comunidade Kalunga, ainda que se conecte como uma rede, possui particularidades e experienciam vivências e dificuldades distintas. Portanto, esta pesquisa ilustra aspectos apenas da Comunidade Congonhas, e não busca generalizar todo o Quilombo Kalunga.

Dessa forma, a fim de atingir tais princípios, este trabalho foi estruturado com sete capítulos. O item “2. Objetivos”, define a principal meta desta pesquisa através do objetivo geral e, de forma subsequente, lista etapas necessárias para alcançá-la através dos objetivos específicos. O tópico “3. Sistemas Alimentares: o que são e como se organizam?” busca elucidar ao leitor o conceito central desta pesquisa através da evolução da concepção sobre “Segurança Alimentar e Nutricional” e “Soberania Alimentar e Nutricional”. De forma complementar, o capítulo “4. O Sistema Alimentar Brasileiro: Destruição do Cerrado, Racismo Ambiental e Alimentar”, busca contextualizar diante deste panorama não somente o Brasil, mas principalmente o protagonismo do Cerrado enquanto bioma e espaço sociocultural. A seguir, o capítulo “5. Metodologia” elucida os referenciais metodológicos utilizados para contemplar os objetivos propostos por esta pesquisa. O tópico “6. Vozes do Sertão Goiano: Resultados e Discussão” é composto pelas narrativas e opiniões dos atores sociais de Congonhas. Por fim, o capítulo “7. Considerações Finais” tece reflexões sobre os resultados encontrados, destaca as contribuições do estudo e aponta as suas limitações.

2 OBJETIVOS

Na sequência, serão apresentados os objetivos gerais e os específicos que nortearam a pesquisa.

2.1 OBJETIVO GERAL

Descrever o atual sistema alimentar, sua relação com a sindemia global e como este fenômeno atinge, através do segmento racializado, o acesso ao Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA) da Comunidade Quilombola Kalunga Congonhas.

2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Demonstrar como a lógica colonial do atual sistema alimentar contribui para a inviabilização da Soberania Alimentar da Comunidades Congonhas;
- Refletir, a partir de narrativas, a relação dos integrantes da Comunidade Kalunga Congonhas com o seu Território;
- Investigar, a partir de narrativas, as principais mudanças que os membros da Comunidade Kalunga Congonhas apontam sobre os seus hábitos alimentares, da sua infância até os dias atuais;
- Diagnosticar o grau de Insegurança Alimentar dos domicílios dos atores sociais, a partir da aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA);
- Construir banheiros secos nas casas dos atores sociais, como retribuição aos conhecimentos compartilhados.

3 SISTEMAS ALIMENTARES: O QUE SÃO E COMO SE ORGANIZAM

O caminho da comida até o prato não é um processo linear. Na verdade, esse fenômeno depende de vários ciclos interdependentes, que se conectam, influenciam e são influenciados por aspectos políticos, culturais, socioeconômicos e ambientais.

Dessa forma, o Painel de Especialistas de Alto Nível (HLPE, sigla em inglês para *High Level Panel Experts*) da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO, sigla em inglês para *Food and Agriculture Organization of the United Nations*), define sistema alimentar como o conjunto de processos, elementos e atividades relacionados na produção, processamento, transporte, distribuição, armazenamento, venda, compra, consumo e descarte de alimentos. Além disso, os impactos e desfechos dessas atividades, sendo positivos ou não, nos âmbitos socioeconômico e ambiental, também são considerados parte do sistema (HLPE, 2014).

Assim, pensar nesse conjunto de processos de forma integrada, auxilia na identificação e compreensão dos impactos de um sistema alimentar. Nessa perspectiva, a menção sobre produção se refere aos sistemas intensivos da agricultura, pecuária e pesca, que depende de recursos naturais para existir (Jacob, 2021). Já por processamento, entende-se como uma série de etapas, desde a limpeza e preparação dos ingredientes, até o cozimento, desidratação e fermentação. De acordo com o Guia Alimentar para a População Brasileira, existem quatro categorias de alimentos definidas segundo o seu nível de processamento (Brasil, 2014), sendo eles:

Alimentos *in natura*: obtidos para consumo diretamente de plantas ou animais sem que tenham sofrido qualquer alteração após deixarem a natureza (folhas, frutos, ovos, dentre outros); Alimentos minimamente processados: são alimentos *in natura* que foram submetidos a alterações mínimas (cortes de carne resfriados ou congelados, leite pasteurizado, grãos secos, polidos e empacotados ou moídos na forma de farinhas); Alimentos processados: são feitos a partir de alimentos *in natura* ou minimamente processados, mas que durante o preparo há a adição de sal, açúcar, óleo ou vinagre a fim de aumentar a durabilidade e a palatabilidade (alimentos em conserva, geleias, extratos, dentre outros); Ultraprocessados: são formulações industriais prontas para o consumo (macarrão instantâneo, salgadinhos de pacote, bebidas adoçadas, bolachas recheadas), ricas em sal, açúcar, gorduras e ingredientes com nomes pouco familiares e não habituais (carboximetilcelulose, açúcar invertido, maltodextrina, frutose, xarope de milho, aromatizantes, emulsificantes, espessantes, adoçantes, entre outros). Portanto, nem todo alimento que passa por um processo industrial é um alimento "não saudável". O fato é que aqueles submetidos às técnicas que os descaracterizam podem impactar negativamente na saúde. Os alimentos ultraprocessados são intrinsecamente desbalanceados em nutrientes decorrente da sua própria composição e formulação (Brasil, 2014).

A distribuição desses alimentos envolve atividades de transporte, armazenamento,

embalagem e comercialização, assim como troca, doações e acesso a alimentos através de políticas públicas (Jacob, 2021). Por fim, o consumo é a atividade definida pelo comportamento daquele que adquire a comida, levando em consideração o porquê da escolha de determinado tipo de alimento, como será o seu armazenamento, preparo etc. O consumo é formado por decisões de ordem biológica, social e cultural (Jacob, 2021).

Nesse prisma, os sistemas alimentares podem ser compreendidos por escalas de nível global ao local. De toda forma, ambos se organizam através da lógica das dinâmicas socioculturais, econômicas e políticas, apropriando-se de características particulares de cada contexto socioespacial. Nesse sentido, independente do seu nível, são elencados três elementos constitutivos para analisar um sistema alimentar: cadeias de produção/abastecimento de alimentos, ambientes alimentares e comportamento do consumidor. Esses elementos se organizam como subsistemas também independentes em suas variáveis de influências, mas sempre se correlacionando em uma rede complexa, que é o sistema alimentar propriamente dito (Salles-Costa et al., 2022; HLPE, 2017).

Atribui-se às cadeias de produção/abastecimento de alimentos todas as atividades de produção da comida até a sua distribuição. A princípio, essa etapa irá se definir a partir da sua forma de produção: monocultura ou policultura, convencional ou orgânico, patronal ou familiar e a criação intensiva de animais. Depois, é necessário pensar na forma com a qual o alimento será armazenado, analisar as possíveis perdas e como se dará a sua etapa de processamento: através de beneficiamento, refinamento ou ultraprocessamento. Em seguida, o foco se torna o sistema de transporte que ele adentrará até o destino no qual ele será comercializado (possivelmente um mercado). Aqui é preciso refletir sobre a distância que o alimento irá percorrer, o número de intermediários necessários para chegar até o destino em questão, bem como a sua valorização ou desvalorização (Salles-Costa et al., 2022; HLPE, 2017).

Enfim, adentrando ao local de comercialização com foco no consumidor final, é colocado em pauta o ambiente alimentar, que consiste na primeira interação do consumidor com o sistema alimentar no qual ele está involuntariamente inserido. Então, o ambiente alimentar é definido como o conjunto das oportunidades e condições que influenciam as escolhas alimentares e o estado nutricional das pessoas através de fatores econômicos, políticos e socioculturais, como: renda, poder de compra, tempo disponível para o preparo e consumo do alimento, disponibilidade do alimento, características do alimento e do vendedor, estratégias de *marketing*, educação em saúde, escolaridade, comportamento alimentar, habilidades culinárias, consciência ambiental, dentre outros (Swinburn et al., 2013; Salles-Costa et al., 2022).

O terceiro elemento: comportamento do consumidor, refere-se aos atributos levados em consideração durante o consumo do alimento, tanto em nível doméstico, quanto individualmente. Portanto, é analisado o que influencia as escolhas e o modo com o qual o alimento é adquirido, armazenado, preparado e consumido individualmente. Socialmente, esse

comportamento está associado aos hábitos alimentares do indivíduo, que é moldado pelo ambiente familiar e pode ser alterado por mudanças coletivas, como: condições de acesso a alimentos saudáveis e a presença ou ausência de políticas públicas. A análise do cerne do comportamento do consumo alimentar é complexa e não se resume ao ato da compra do alimento em si. Afinal, ela é apenas uma das consequências desse fenômeno individual, que é fruto de aspectos coletivos das relações e condições socioeconômicas firmadas na comunidade no qual o indivíduo está inserido. Portanto, os obstáculos enfrentados para ter acesso a uma alimentação saudável e sustentável não depende apenas do "querer", o relacionamento com a comida não depende apenas das próprias crenças e decisões (Salles-Costa et al., 2022; HLPE, 2017).

Nessa linha de pensamento, como foi possível compreender, é necessário reforçar que independente do âmbito (local ou global), esses três elementos constitutivos conduzem e também são conduzidos por desdobramentos ambientais, mudanças climáticas, culturas, relações de gênero, questões demográficas e geopolíticas, crescimento populacional, tecnologia, infraestrutura, estruturação de políticas públicas, crises humanitárias, dentre outros. Cada variável molda e elucida o impacto gerado através dos desfechos em nutrição e saúde em cada sistema alimentar (Salles-Costa et al., 2022; HLPE, 2017).

Nesse contexto, a fim de criar reflexões mais detalhadas e sensíveis para compreensão da multiplicidade de um sistema alimentar, é necessário ampliar essas variáveis sistemáticas para a dicotomia entre os modelos rural e urbano. A urbanização mudou diversos aspectos no mundo, incluindo a lógica dos sistemas alimentares: conforme a sociedade se tornou prioritariamente urbanizada, continuou dependente dos alimentos fornecidos por territórios rurais. Esse cenário é traduzido por uma centralização dos meios de produção, onde poucas, porém grandes redes, dominam a produção mundial de alimentos. A urbanização em massa impeliu desfechos contraditórios no relacionamento de trocas com o meio rural, onde de fato houve o aumento da produção e disponibilidade de alimentos. No entanto, o preço a ser pago foi o da insegurança alimentar, já que se instaurou o aumento da desigualdade do acesso à alimentação adequada e saudável, paralelamente, houve aumento do desperdício de alimentos e danos severos ao meio ambiente. Mesmo que esse sistema seja conflitante, ele permanece com o meio rural sendo responsável por fornecer matéria-prima, água, mão de obra e comida, já que o meio urbano possui a concentração de recursos e capital (Jennings et al., 2015; Salles-Costa et al., 2022).

A contradição desse suposto "desenvolvimento" global é que, ao passo que há mais produção de comida, nem todos podem ter o acesso a ela. Logo, o desperdício ganha espaço nessa conjuntura e a comida passa a ser puramente mercadoria, não necessidade básica. O fato é que os sistemas alimentares urbano-regionais possuem sim potencial para estabelecer processos de desenvolvimento equitativo. No entanto, é necessário que haja a criação de políticas públicas mais integradas e inclusivas com o rural e o meio ambiente (Jennings et al.,

2015).

Dessa forma, a partir dessas particularidades, em 2017 o HLPE classificou os sistemas alimentares em três tipos, segundo suas conformações de produção, estoque e distribuição, processamento, venda, acesso físico, acesso econômico, *marketing*, qualidade e segurança dos alimentos (HLPE, 2017; Marchioni et al., 2022). São eles:

Sistemas Alimentares Tradicionais: comumente estruturados em áreas rurais, onde há dependência da safra de alimentos e a produção é direcionada para o consumo próprio ou comercialização em mercados locais e informais. Há condições precárias de transporte, armazenamento e abastecimento, o que ocasiona o aumento do preço dos alimentos. Esse modelo está associado à maior prevalência de desnutrição e deficiências de micronutrientes e à maior mortalidade de menores de cinco anos, já que os gastos com a alimentação são altos (HLPE, 2017; Marchioni et al., 2022).

Sistemas Alimentares Mistos: são estruturados em áreas periurbanas e urbanas, portanto, o abastecimento e acesso ao alimento conta com mercados formais e informais, não dependendo exclusivamente da safra. Alimentos processados e embalados são encontrados com maior facilidade, enquanto os alimentos *in natura* ou minimamente processados tendem a ser mais caros, já que, justamente são aqueles que possuem mais nutrientes. Nesse sistema, a lógica da propaganda alimentícia está a favor da indústria alimentícia e influencia a decisão do consumidor, coagindo a escolhas inconscientes de alimentos mais processados com a premissa de que, supostamente, seriam “mais saudáveis”. Esse modelo está associado à ocorrência de todos os níveis de má nutrição: desnutrição, deficiência de micronutrientes, sobrepeso e obesidade (HLPE, 2017; Marchioni et al., 2022).

Sistemas Alimentares Modernos: ocorrem exclusivamente em áreas urbanas. O acesso aos alimentos, independente da safra, é mais acessível comparados aos outros dois sistemas, tanto com relação à questão econômica quanto à acessibilidade. Há muitas opções de locais de compras de alimentos, de mercados informais a redes varejistas. No entanto, o consumo de alimentos processados e ultraprocessados é mais comum, principalmente pela população de baixa renda, que tem pouco ou nenhum acesso a alimentação saudável, fenômeno conhecido como “desertos alimentares” (HLPE, 2017; Marchioni et al., 2022).

É preciso salientar que esses três modelos de sistemas alimentares podem coexistir simultaneamente em qualquer região, sem a necessidade de um distanciamento geográfico extenso. Sendo assim, as consequências previstas para um sistema alimentar dependem dos objetivos traçados para sua organização e execução no meio em que está inserido. Do ponto de vista social, esses resultados podem ser positivos ou negativos. Sendo otimista, há a possibilidade de estruturação de um ambiente nutricionalmente correto e com soberania alimentar com segurança. Por outro lado, a depender da sua configuração, pode haver a imposição da fome, insegurança alimentar, desmatamento, mudanças climáticas, concentração de renda e pobreza extrema (Marchioni et al., 2022).

3.1 A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E SOBERANIA ALIMENTAR

Para estruturar sistemas alimentares que sejam saudáveis e sustentáveis, é necessário compreender a aplicação dos conceitos de: Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional a partir de dietas saudáveis e sustentáveis.

Segurança e Soberania Alimentar e Nutricional (SAN) são conceitos em constante evolução e que são influenciados pelo avanço das organizações sociais e as relações de poder instauradas na sociedade. A primeira vez a se utilizar o termo "Segurança Alimentar" foi na Europa, durante a Primeira Guerra Mundial (1914-1918), que, referia-se a capacidade de cada país suprir a sua própria alimentação, sem ficar à mercê de possíveis embargos ou boicotes políticos e/ou militares. No entanto, somente a partir da constituição da Organização das Nações Unidas (ONU), na Segunda Guerra Mundial, foi que a Segurança Alimentar começou a ser tratada com relevância, porém, com dicotomias após a criação de organizações intergovernamentais. Ao passo que a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) assume o acesso ao alimento de qualidade como um direito humano básico, Instituições como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial, compreendiam que a Segurança Alimentar seria obtida através de mecanismos de mercado (Marília et al., 2013).

Nesse contexto, a falta de Segurança Alimentar foi tratada, de forma hegemônica, como uma questão de escassez de disponibilidade de alimentos, de modo que a produção dos países pobres era acusada de ser insuficiente para as suas necessidades. Nesse cenário, surge a implementação da Revolução Verde com a promessa do aumento de produtividade de alguns alimentos, através de um modelo de agroindustrialização subsidiado pelo governo, com vínculos a empresas transnacionais, que é fundamentado pelo uso de sementes híbridas, insumos químicos (herbicidas, inseticidas, fungicidas, fertilizantes) e intensiva mecanização do campo. Nesta época, a Índia foi a precursora dessa "revolução" e houve o aumento na produção de alimentos, porém, não repercutiu em nenhum impacto real sobre a redução da fome no país. Pelo contrário: as tragédias ambientais, econômicas e sociais ficaram cada vez mais à mostra (Marília et al., 2013; Sambuichi et al., 2017).

Apesar de mundialmente a produção de comida crescer e o processo de urbanização ter sido acelerado, houve um êxodo rural forçado, redução da biodiversidade, menor resistência a pragas, contaminação do solo e dos alimentos com agrotóxicos, erosão, compactação e perda de matéria orgânica do solo, poluição e redução dos recursos hídricos – a agricultura é responsável por 70% do consumo humano de água –, dentre outros. No Brasil, a Revolução Verde foi implantada nas décadas de 1960 e 1970, com enorme impulso na produção de soja. Igualmente, houve o aumento do número de famintos. O fato é que depois da "Revolução Verde", a produção de alimentos do planeta superou o aumento da população

mundial, mas mesmo assim a fome perdurou. Essa promessa de desenvolvimento não foi criada para resolver a questão da fome. Isso porque a fome não é resultado da ausência de produção de alimentos, mas sim da injustiça social vigente, causada pela falta de acessos à terra e à renda para compra de comida. Nesse momento, impulsionado pela sociedade civil, em 1980 o conceito de Segurança Alimentar passa a ser relacionado à garantia individual e de coletivos ao acesso físico e econômico a alimentos, em quantidades suficientes, de forma permanente (Marília et al., 2013; Sambuichi et al., 2017).

No Brasil, de forma antecipada, durante a I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, em 1986, foi proposto o seguinte entendimento sobre Segurança Alimentar e Nutricional:

A garantia, a todos, de condições de acesso a alimentos básicos de qualidade, em quantidade suficiente, de modo permanente e sem comprometer o acesso a outras necessidades básicas, com base em práticas alimentares que possibilitem a saudável reprodução do organismo humano, contribuindo, assim, para uma existência digna (Doc. Final da I Conferência Nacional de Alimentação e Nutrição, 1986)

Dessa forma, o conceito de SAN articula duas dimensões distintas e complementares: a alimentar e a nutricional. A primeira relaciona-se à produção, disponibilidade e fornecimento estável de alimentos de forma suficiente e adequada, de forma a atender a demanda da população não somente em quantidade, mas qualidade também. Afinal, somente assim é possível proporcionar a garantia do acesso às necessidades nutricionais adequadas, de maneira equitativa, a recuperar a saúde dos diferentes grupos sociais. Ademais, é colocado em pauta a necessidade dessa produção de alimentos ser sustentável, do ponto de vista agroecológico, social, econômico e cultural. A segunda dimensão, refere-se à disponibilidade de alimentos saudáveis do ponto de vista nutricional e sanitário, que atenda a necessidade de cada ciclo da vida. Remetendo-se ao direito à saúde, que se refere ao acesso aos serviços de saúde garantido de forma oportuna e resolutiva a prevenção e controle dos determinantes que interferem na saúde e nutrição, tais como as condições psicossociais, econômicas, culturais e ambientais (Brasil, 2013).

Posteriormente, em 1992, houve a realização da Conferência Internacional de Nutrição em Roma, organizada pela FAO e pela Organização Mundial da Saúde (OMS), onde estipulam que o aspecto nutricional e sanitário deveria ser incorporado ao conceito de Segurança Alimentar. Assim, não diz respeito somente ao acesso a comida, mas também a alimentos seguros, não contaminados biologicamente ou quimicamente, em quantidades ideais no âmbito nutricional, biológico e sanitário, produzidos de forma sustentável, equilibrada e culturalmente aceitável. Assim, é usado pela primeira vez o termo Segurança Alimentar e Nutricional. Nesse prisma, inicia-se um movimento de reafirmação do Direito Humano à Alimentação Adequada, conforme previsto na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), o qual não havia sido validado até então e precisou ser reafirmado em 1993, na Conferência Internacional de Direitos Humanos, realizada em Viena. Também, durante a

Cúpula Mundial da Alimentação, organizada pela FAO em 1996, foi ratificada a impossibilidade de dissociação do Direito Humano à Alimentação Adequada à garantia da Segurança Alimentar e Nutricional. Tal feito foi reconhecido como a Declaração de Roma (Marília et al., 2013).

Paralelamente, em 1996 o conceito de Soberania Alimentar surge vinculado aos movimentos sociais camponeses como uma crítica à Cúpula Mundial da Alimentação. De acordo com a mobilização, na época, o conceito de Segurança Alimentar utilizado pela FAO se limitava à garantia do alimento, sem levar em consideração as suas condições e a forma de produção, reafirmando a produção em larga escala e a monocultura, o que geraria a invisibilidade da agricultura familiar. Dessa maneira, a proposta do conceito de soberania alimentar contempla a garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada e da Segurança Alimentar e Nutricional, de forma a comprovar o direito dos povos de decidir sobre o que e como produzir e consumir, em condições favoráveis e seguras. Esse conceito também diz respeito à soberania das nações quanto ao seu consumo e hábitos alimentares, bem como a preservação da biodiversidade agrícola (Marília et al., 2013).

Porém, é necessário pontuar que tal processo de reconhecimento precisa ser contextualizado à realidade da América Latina e do Caribe (ALC). Afinal, as adversidades sistemáticas causadas pelas desigualdades e injustiças sociais são mais acentuadas nesse cenário, devido ao processo de colonização e a sua continuação, a partir do ajuste neoliberal imposto por meio das décadas de 1980 - 1990, dando prosseguimento então à colonialidade. Até porque, a Via Campesina¹ foi excluída das discussões da Cúpula Mundial da Alimentação e então anunciou a sua própria “Declaração de Roma”, que relacionava o conceito de Soberania Alimentar à Segurança Alimentar a partir da sua definição como o direito dos países em exercerem a sua própria capacidade produtiva através do respeito aos seus aspectos culturais (Brandão et al., 2024)

Nessa perspectiva, em 1990 a alimentação e a saúde se tornaram um direito constitucional previsto na lei que cria o Sistema Único de Saúde (SUS) (Lei nº 8.080). Essa lei estabelece o caráter determinante da alimentação e atribui ao Ministério da Saúde (MS) o papel de formular políticas de alimentação e nutrição (BRASIL, 1990). Em 1996, a II Conferência da Via Campesina, realizada em Tlaxcala (México), definiu dez princípios básicos para a soberania alimentar: o acesso à alimentação segura, nutritiva e de qualidade com quantidade suficiente, reforçando a ideia da alimentação como direito humano; a primazia da contribuição nutricional dos alimentos em desvantagem para o comércio; a centralidade do papel das mulheres; a reorientação para uma agricultura sustentável; a gestão sustentável responsável dos recursos naturais; a democracia nos sistemas alimentares; a valorização dos recursos culturais e genéticos da alimentação; a paz; o rendimento adequado para pequenos e médios produtores e a garantia de fundos para alimentação e agricultura por

¹ Movimento internacional de camponeses que coordena organizações de agricultores, trabalhadores, mulheres rurais e comunidades indígenas e negras fundado em 1983 em resposta à globalização da agricultura.

parte dos governos (Brandão et al., 2024).

É importante ressaltar que no Brasil, o termo Segurança Alimentar e Nutricional somente ganhou força em 1993, com a criação da Ação da Cidadania Contra a Fome e a Miséria e Pela Vida, que era contra esse contexto neoliberal e exerceu relevância no diálogo com o presidente da época, Itamar Franco. Foi então criado o Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), no qual foi convocada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Alimentar (SAN) em 1994, onde já se discutia a preocupação com a concentração de renda e de terra como determinantes da insegurança alimentar. Porém, esse processo foi interrompido pelo governo Fernando Henrique Cardoso, que extinguiu o CONSEA. Com a luta de organizações e movimentos sociais em 1998, surge o Fórum Brasileiro de Segurança Alimentar e Nutricional (FBSSAN), que em 2000 contribuiu na elaboração do Projeto Fome Zero. Além disso, em 1999, a Política Nacional de Alimentação e Nutrição (PNAN) é instituída. Em 2003 o presidente Luiz Inácio Lula da Silva ativa novamente CONSEA e os anos subsequentes são marcados pela formulação das políticas públicas: Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional da Alimentação Escolar (PNAE) (FBSSAN, 2023).

Além disso, em 2010 a alimentação foi incorporada como um direito social pela Emenda Constitucional n.º 64. Nesse sentido, em 2006 foi sancionada a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (LOSAN) (Lei 11.346/2006), que instituiu o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN), que atua na gestão intersetorial e participativa da articulação entre os três níveis de governo para a implementação e execução da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Nessa linha, em 2010 é publicado o Decreto 7.272/2010 que institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (PNAN) (Brasil, 2006; Brasil, 2013). Nessa perspectiva, a última atualização da PNAN (2013), definiu:

[...] a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) é estabelecida no Brasil como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais, tendo como base práticas alimentares promotoras de saúde que respeitem a diversidade cultural e que sejam ambiental, cultural, econômica e socialmente sustentáveis. A Soberania Alimentar se refere ao direito dos povos de decidir seu próprio sistema alimentar e de produzir alimentos saudáveis e culturalmente adequados, acessíveis, de forma sustentável e ecológica, colocando aqueles que produzem, distribuem e consomem alimentos no coração dos sistemas e políticas alimentares, acima das exigências de mercado (Política Nacional de Alimentação e Nutrição, 2013).

Entretanto, durante a gestão do Governo de Jair Bolsonaro, em 2019, o CONSEA foi novamente extinguido e um desmonte das políticas de combate a fome foi executado. Com isso, com o surgimento da pandemia de COVID-19, segundo o I Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil, em 2020, 116,8

milhões de brasileiros enfrentaram algum grau de insegurança alimentar. A insegurança alimentar é a condição de não ter acesso pleno e permanente a alimentos. A fome representa sua forma mais grave. Desse número, 43,3 milhões de pessoas não tiveram acesso a quantidades suficientes de alimentos em qualidade para suprir as suas necessidades energéticas, muito menos as necessidades nutricionais. 19 milhões de pessoas viveram com fome (REDE PENSSAN, 2021). A continuidade do desmonte de políticas públicas e a piora na crise econômica agravou as desigualdades sociais. Então, durante os anos de 2021 e 2022 na pandemia da Covid-19, 125,2 milhões de pessoas (58,7% da população brasileira) permaneceu em insegurança alimentar nos mais variados níveis de gravidade, onde: 28% estava em insegurança alimentar leve, 15,2% insegurança alimentar moderada e 15,5% em insegurança alimentar grave (REDE PENSSAN, 2022). Nesse contexto, o Brasil retorna ao Mapa da Fome. Porém, em fevereiro de 2023, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva retoma o CONSEA.

Nesse sentido, a evolução do conceito de Segurança Alimentar e Nutricional e Soberania Alimentar é complementar ao Direito Humano a Alimentação e a Nutrição Adequadas. No entanto, é relevante reconhecer os desafios históricos enfrentados não só no Brasil, mas em toda a América Latina e Caribe diante da insegurança alimentar e nutricional. É urgente a necessidade de fortalecimento de políticas públicas de Segurança Alimentar e Nutricional que valorizem a participação popular e reconheçam as necessidades e aos saberes presentes nos diferentes contextos e territórios, sendo impossível dissociar os conceitos de direito à alimentação, direito à saúde e direito à terra.

3.2 SISTEMAS ALIMENTARES SAUDÁVEIS E SUSTENTÁVEIS

Processos de desenvolvimento sustentáveis surgem a partir de estratégias e diálogos interdisciplinares. Por isso, a articulação intersetorial é imprescindível. O foco exclusivo em setores ou aspectos isolados da dinâmica social não são capazes de enfrentar as demandas causadas pelas crises socioeconômica e ambiental. Nesse sentido, a comida funciona como uma alavanca com dupla função, que tem poder para impulsionar a saúde e sustentabilidade do planeta, mas também pode, com a mesma potência, piorar esse cenário. Por isso, atualmente o maior desafio mundial é fornecer dietas saudáveis a partir de sistemas alimentares que sejam sustentáveis (Marchioni *et al.*, 2022).

Assim, "dieta" é entendido como os alimentos que uma pessoa come na sua rotina. Por outro lado, "padrão alimentar" refere-se às combinações que a pessoa realiza a partir dos alimentos da sua dieta, em como ela prepara a comida e qual a frequência do consumo dos inúmeros gêneros alimentícios, sendo necessário considerar alguns aspectos que impulsionam esse comportamento, como a cultura e a história do contexto em questão. Dessa forma, o padrão alimentar não age apenas como uma consequência do sistema alimentar, mas possui capacidade de estimular mudanças no mesmo (HLPE, 2017; Marchioni *et al.*, 2022)

Sendo assim, uma dieta só consegue ser saudável se de fato ela for sustentável: protegendo e respeitando a biodiversidade e os ecossistemas, gerando baixos impactos ambientais, sendo justa, equitativa, acessível economicamente, nutricionalmente adequada, segura para o consumo e que seja capaz de reduzir todas as formas de desnutrição. Também, essa conformação deve atender as necessidades individuais de cada cidadão de acordo com a sua idade, sexo, estilo de vida, contexto cultural e alimentar. Consequentemente, esse conceito se assemelha às noções de segurança alimentar com soberania (GPAFSN, 2016; HLPE, 2017).

Segundo a OMS, dietas saudáveis que são sustentáveis, devem cumprir com alguns requisitos indissociáveis, como: quantidade, diversidade, qualidade e segurança. Portanto, a quantidade da dieta deve ser suficiente para atender as necessidades energéticas, nutricionais e de saúde individuais de cada pessoa, a fim de suprir suas demandas fisiológicas e ainda dar suporte para a realização de atividades físicas, mantendo o peso corporal saudável, a partir do fornecimento adequado de macro e micronutrientes. Sendo que, há o limite do consumo de alimentos pobres em nutrientes e com excesso calorias, gorduras saturadas e trans, açúcares adicionados e sódio. A diversidade das dietas deve estar relacionada ao acesso à variedade de alimentos, com intuito de disponibilizar maior pluralidade de nutrientes. A qualidade e segurança das dietas tem relação com o acesso a alimentos que não estejam contaminados por aditivos que sejam prejudiciais à saúde, bem como o acesso ao conhecimento para escolha de tais e a identificação de qualquer manipulação da indústria (WHO, 2015).

Nessa conjuntura, o Guia Alimentar para a População Brasileira é uma ferramenta de promoção da saúde reconhecida internacionalmente e centrado no conceito de saúde, anteriormente definido pela OMS, como um estado de equilíbrio entre bem-estar físico, mental e social e não somente ausência de doenças. Foi um dos primeiros guias do mundo a integrar a condicionalidade da saúde à sustentabilidade social e ambiental, a partir de uma alimentação baseada em alimentos *in natura* ou minimamente processados, a partir do estímulo da agricultura familiar e da economia local e da biodiversidade (Brasil, 2014).

Dessa maneira, no contexto dos sistemas alimentares sustentáveis (SAS), a sustentabilidade deve ser interpretada de forma holística a fim de contemplar todas as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional. Por isso, SAS devem ser: produtivos e prósperos a fim de garantir a disponibilidade suficiente de alimentos para a população; equitativos e inclusivos para garantir não só acesso ao alimento, mas também aos meios de subsistência; empoderadores e respeitosos, para garantir o direito de todos os grupos sociais de fazer escolhas alimentares e ter voz ativa nos processos desse sistema; resilientes e regenerativos, para garantir a estabilidade e soluções sustentáveis diante de crises e, por fim, saudáveis e nutritivos, para garantir o acesso a alimentação adequada e saudável (HLPE, 2020).

Nesse contexto, a Comissão Mundial do Meio Ambiente e Desenvolvimento considera que o termo sustentabilidade contempla aspectos sociais, ambientais e econômicos. Dessa

forma, define “desenvolvimento sustentável” como um modelo de produção e/ou subsistência, que sejam aptos a atender as necessidades da sociedade atual sem prejudicar o acesso das gerações futuras aos mesmos recursos de forma compatível e prevendo a mesma qualidade de vida. Essa definição tem o objetivo de incentivar um futuro com condições suficientes e dignas para a vida (WCED, 1987; Acharya; Lin; Dhingra, 2018). Logo, a fim de compor uma agenda mundial para a construção e implementação de políticas públicas que visam guiar a humanidade até 2030, em 2015, a ONU estabeleceu 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), envolvem temáticas diversificadas, como: erradicação da pobreza, segurança alimentar e agricultura sustentável, saúde e bem-estar, educação de qualidade, igualdade de gênero e redução das desigualdades, água potável e saneamento, energia limpa e acessível, trabalho decente e crescimento econômico com padrões sustentáveis de produção e de consumo, proteção e uso sustentável dos oceanos e dos ecossistemas terrestres, crescimento econômico inclusivo, infraestrutura e industrialização, governança, e meios de implementação (ONU, 2023).

O sistema alimentar global nunca esteve tão distante de alcançar qualquer ODS. Afinal, o único caminho possível para gerar uma mudança substancial no atual sistema, é mudando o que comemos, como comemos e como produzimos o que comemos. Portanto, para desenvolver Sistemas Alimentares Saudáveis e Sustentáveis, os ciclos interdependentes devem impactar positivamente o âmbito nutricional, social, ambiental e econômico de um contexto, o que reflete na contemplação e defesa da agrobiodiversidade. Esse modelo de multiplicidade de produtos agrícolas é capaz de gerar a estabilidade de sistemas de produção alimentar, afinal, garante a Segurança Alimentar e Nutricional com Soberania, através do melhor aproveitamento da heterogeneidade das condições ambientais (FAO, 2019).

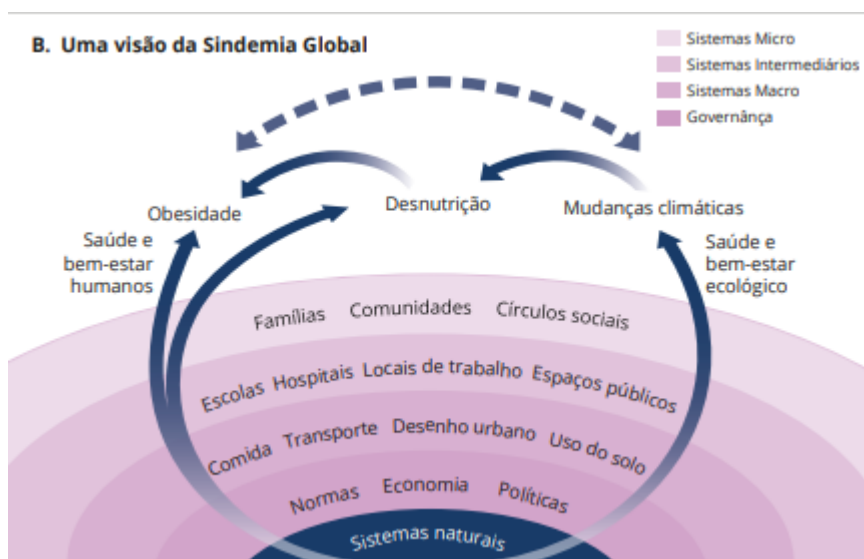
3.3 SISTEMAS ALIMENTARES E A SINDEMIA GLOBAL

Antropoceno é o termo utilizado por Crutzen e Stoermer (2000), para simbolizar a época geológica atual, que se iniciou na Revolução Industrial e foi intensificado após a Segunda Guerra Mundial até os dias atuais. Esse contexto é caracterizado por transformações em nível global, que foram influenciadas pelas ações humanas, de forma positiva ou negativa. Os maiores impactos até então estão relacionadas à aceleração do crescimento populacional, acompanhado da urbanização massiva, exploração dos recursos naturais e ao desenvolvimento de tecnologias capazes de alterar características naturais de maneira irreversível, como os combustíveis fósseis e as bombas nucleares. Além disso, o papel dos sistemas alimentares atuais também é apontado como uma das principais explicações para as atuais alterações ambientais (Willett et al., 2019; Crutzen; Stoermer, 2000; Swinburn et al., 2019). Portanto, do ponto de vista da saúde global, é necessário compreender que a sinergia entre a crise da insegurança alimentar, somada à perda da biodiversidade e a emergência climática, são reflexos do impacto humano durante o antropoceno.

Nessa conjuntura, através de um relatório comissionado pelo The Lancet (2019), o conceito de sindemia global é introduzido como uma visão sinérgica entre alimentação, saúde global e meio ambiente. O documento relaciona todos os indicadores de má nutrição (obesidade, desnutrição, deficiências nutricionais e riscos alimentares para doenças crônicas não transmissíveis) com as atuais crises socioeconômica e climática. Dessa forma, mesmo que pareçam condições divergentes e isoladas, a sindemia global é a interação simultânea destas pandemias, que compartilham em escala global, determinantes sociais e ambientais em comum, como: fatores dos sistemas de alimentação, transporte, desenho urbano e uso do solo. Nesse contexto, o atual sistema alimentar, guiado pela agroindústria, apresenta-se como ator significativo para a insurgência da sindemia global. Afinal, além de impulsionar as pandemias de obesidade e desnutrição, também está envolvido na geração de 25-30% das emissões de gases do efeito estufa (GEEs), sendo a agropecuária responsável por mais da metade dessas emissões. Ainda, é possível associar as emissões de 14-25% dos GEEs geradas pelo sistema de transporte, com o estilo de vida sedentário, que também pode ser associado como um dos pilares para a prevalência das doenças crônicas. De maneira subjacente, é necessário pontuar os ineficientes sistemas de governança política e a busca econômica incontestável pelo crescimento do PIB, ao passo que a sociedade cada vez menos tem qualidade de vida e a possibilidade de acessar o cuidado integral à saúde (Swinburn et al., 2019; Liporace et al., 2019).

Nesse prisma, as consequências da sindemia global superam o âmbito econômico e apelam para os custos sociais, que se relacionam à intensificação das desigualdades sociais, perda do potencial humano, danos ambientais e a perda da biodiversidade. A má nutrição - em todas as suas nuances - é a principal causa de doenças e mortes prematuras em todo o mundo. Este cenário pode ser ilustrado através da análise mundial do impacto financeiro proporcionado pelo tratamento e consequências geradas pela obesidade. Tal valor é estimado em aproximadamente 2,8% do produto interno bruto (PIB) mundial. Paralelamente, estimativas preveem que os custos futuros gerados pelas mudanças climáticas podem atingir cerca de 5 a 10% do PIB mundial. Ainda, estima-se que os ganhos em saúde alcançados nos últimos 50 anos de desenvolvimento econômico global podem ser anulados nos próximos 50, devido às consequências das mudanças climáticas. Também, os impactos das mudanças climáticas agravarão significativamente esse alto ônus para a saúde (Liporace et al., 2019). A seguir, a imagem ilustra a sinergia existente no fenômeno citado:

Imagem 1 — Esquema explicativo da Sindemia Global



Fonte: Liporace *et al.* (2019, p. 7).

Nessa perspectiva, de acordo com o Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), mudanças climáticas são modificações do estado do clima que podem ser determinadas por alterações na média ou na variabilidade de suas propriedades. Essas mudanças persistem por um período estendido, tipicamente por décadas ou períodos mais longos e geralmente estão associadas ao aumento da temperatura terrestre e o aumento na frequência e intensidade de eventos climáticos extremos, como: secas, fortes chuvas, dentre outros. As mudanças climáticas podem ser provocadas por fenômenos naturais, contudo, sabe-se que as ações antrópicas, causadoras das altas emissões de gases do efeito estufa, são a principal causa da emergência climática. Nesse sentido, os impactos das mudanças climáticas sobre a biodiversidade não é exclusivamente de caráter biológico, mas envolve também aspectos econômico, moral e político (IPCC, 2014; IPCC, 2021).

Então, de acordo com Swinburn e colaboradores, diante dessa conjuntura, a única possibilidade de superar a sindemia global é adotando abordagens sistêmicas e pragmáticas. Já que os problemas em questão possuem causas comuns, é necessário que suas soluções possam mitigar de forma paralela aos determinantes de desnutrição e obesidade, bem como conter os impactos das mudanças climáticas (Swinburn *et al.*, 2019). Desde a produção até a distribuição, o sistema alimentar global age de forma contrária a Segurança Alimentar, porque, além do elevado desperdício dos próprios alimentos produzidos e de recursos naturais, o preço da comida não é justo. Outro ponto de destaque é a valorização das grandes redes varejistas em detrimento dos pequenos produtores.

Porém, esse cenário tão complexo, quanto paradoxal, onde fome, desnutrição, obesidade e doenças crônicas coexistem, já era previsto. Em "O Livro Negro da Fome", Josué de Castro (1966, p. 24) alertava:

A fome não é um fenômeno natural e sim um produto artificial de conjunturas econômicas defeituosas. Um produto da criação humana e, portanto, capaz de ser eliminado pela vontade do próprio homem. A vitória contra a fome constitui um desafio à atual geração – como símbolo e como um signo da vitória integral contra o subdesenvolvimento.

De forma contraditória a essa perspectiva, no contexto da Primeira Revolução Industrial, Malthus acreditava que a fome seria um mal necessário, que deveria existir para sustentar a evolução da sociedade, porque, segundo ele, a produção de alimentos não conseguiria equiparar-se ao crescimento da população. Logo, seria justificável alguns pagarem o preço da fome para que outros de forma nobre pudessem prosperar. Entretanto, Malthus não imaginaria que a Revolução Verde deixaria escancarado que a fome não é resultado da ausência de produção de alimentos, mas sim da estrutura política do capitalismo. Afinal, as condições miseráveis as quais as pessoas são submetidas a viver, funcionam como estratégia de indução para que as mesmas cedam à pressão inegável da necessidade de venda da sua força de trabalho por preços miseráveis. Tal qual o sistema econômico necessita para existir. Tal qual elas precisam para sobreviver (Castro, 1966).

Por isso, por volta de 1830 surgiu o termo “questão social”, que se refere à pobreza das massas populares, consequência da exploração do trabalho advinda do capitalismo. Dessa forma, a teoria social de Marx e Engels é capaz de fornecer precisão conceitual para entender que, em um contexto de produção pré-capitalista, de fato a pobreza e as desigualdades sociais eram consequências do baixo grau de desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, o que resultava na escassez. No entanto, a instauração do capitalismo foi pautada a partir de uma nova dinâmica, no qual a lógica está associada à produção de riquezas, ou seja: a miséria e a escassez não são mais uma fatalidade resultante da ordem natural, mas sim uma produção social. Portanto, a pobreza, a fome e as desigualdades sociais, de uma forma geral, estão relacionadas à divisão das classes sociais e da propriedade privada (Castelo, 2010).

Nesse contexto, Milton Santos discorre sobre três formas de pobreza no seu livro “Por uma outra Globalização”. O autor afirma que são tipos de pobreza que evoluíram com a história, logo, três formas de dívidas sociais: a pobreza incluída, a marginalidade e a pobreza estrutural globalizada. Dessa forma, a pobreza incluída é entendida como um “acidente”, uma inadaptação aos processos naturais da sociedade. Esse tipo de pobreza existiu quando o consumo não era ainda um nexos obrigatório à sociedade, por isso o autor a define como “incluída”, já que era menos discriminatória e relacionada a uma desadaptação local aos processos gerais de mudança. Depois, a pobreza evoluiu para uma “doença da civilização”, a então chamada: marginalidade, reconhecida como consequência da produção econômica advinda da divisão do trabalho e paralela à imposição do consumismo.

A pobreza, então, torna-se mais complexa, afinal ela deixa de ser somente absoluta e passa a ser relativa, já que classifica os indivíduos pela sua capacidade de consumir, bem como a forma com a qual consomem. Aqui, a pobreza ainda era interpretada com

possibilidade de “correção”, gerando movimentações no governo e nas elites políticas e intelectuais. Por fim, atualmente consolida-se a pobreza estrutural globalizada, do ponto de vista político ela é interpretada como uma “dívida social” natural ao processo de evolução, logo, não há necessidade de combatê-la. Isso faz com que o poder público seja dispensado da sua responsabilidade de “proteção social” e a miséria passa a ser interpretada como voluntária e permanente. Nessa fase, os pobres não são incluídos ou marginais, mas sim (literalmente) excluídos. É uma pobreza caracterizada pelo aumento das taxas de desemprego e a redução do valor do trabalho (Santos, 2001).

No cerne destas questões, de acordo com o Relatório Global de Nutrição de 2022, desde o surto de Covid-19 em 2019, haviam 150 milhões de pessoas no mundo afetadas pela fome, em 2021 esse número quintuplicou para 768 milhões de pessoas. Somente em 2020, cerca de 3,1 bilhões não podem pagar uma dieta saudável. Em 2021, quase um terço da população mundial (2,3 bilhões de pessoas) sofreu de insegurança alimentar moderada ou grave (GLOBAL NUTRITION REPORT, 2022). O fato é que durante a pandemia de Covid-19, a relação entre doenças crônicas derivadas de dietas com baixa qualidade nutricional, como obesidade, hipertensão e diabetes ficou ainda mais evidente, já que se mostraram como agravantes da letalidade da própria Covid-19. O caos revelado pela pandemia de Covid-19 só é mais uma evidência que sinaliza a insustentabilidade do sistema alimentar global: hegemônico, representado pelo agronegócio e com herança da Revolução Verde que, ainda que tenha aumentado em 106% a produtividade agrícola global entre 1961 a 1999, amplificou o uso de fertilizantes nitrogenados em 638%, o de fosfatados 203% e a produção de agrotóxicos em 854% (Green et al., 2005).

Simultaneamente, está o gigantesco contraste entre a diversidade vegetal e a escassez de produção de alimentos. Atualmente, no mundo são conhecidas 350 mil espécies de plantas, dessas, apenas 300 são cultivadas em escala global. 90% da alimentação do planeta se resume na produção de apenas 15 espécies das 350 mil conhecidas pelo homem. São elas: arroz, trigo, milho, soja, sorgo, cevada, cana-de-açúcar, beterraba açucareira, feijão, amendoim, batata, batata-doce, mandioca, coco e banana (FAO, 2019; Marchioni et al., 2022). Se observarmos bem, das 15 espécies mais produzidas no mundo, 7 não são destinadas à alimentação (trigo, milho, soja, sorgo, cevada, cana-de-açúcar, beterraba açucareira), mas sim ao sistema sucroalcooleiro e agropecuarista.

Em consonância, é possível observar que a homogeneidade da produção agrícola, movida pela produção de commodities, também utiliza destes para se tornarem ingredientes baratos para a fabricação de ultraprocessados em longa escala, além de influenciar diretamente na monotonia dos hábitos alimentares tradicionais da população. Essa conformação afeta diretamente a agrobiodiversidade a partir de uma rede de consequências. Como faz parte do agronegócio, a produção de ultraprocessados também está relacionada a degradação ambiental. Dessa forma, a sua utilização na rotina alimentar das pessoas

potencializa a redução da diversidade de alimentos consumidos, o que impacta na diminuição da demanda do cultivo de vegetais por sistemas de produção agrobiodiversos, já que são derivados do milho, trigo e soja. Dessa forma, com a manipulação do consumo alimentar global, além do sistema alimentar atual agir contra o direito à uma alimentação saudável e de qualidade, ele é cúmplice da indústria médico-farmacêutica na ditadura hospitalocêntrica, no qual a sua base é pautada no adoecimento da população a partir do consumo de agrotóxicos e ultraprocessados, que a longo prazo adoecem de forma crônica a população, mas estão de prontidão para oferecer procedimentos e medicamentos para diagnosticar e tratar as doenças que eles mesmo incitaram (Leite et al., 2022).

Nesse contexto, cabe o conceito dos desertos e pântanos alimentares. Esses fenômenos estão relacionados à organização da geografia urbana e como ela é construída para funcionar como obstáculo para uma alimentação saudável. Desse modo, de acordo com o Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (2022):

Desertos alimentares são locais onde o acesso a alimentos *in natura* ou minimamente processados é escasso ou impossível. Já os pântanos são locais em que se predomina a venda de produtos altamente calóricos com poucos nutrientes, como no caso das redes de fast food e lojas de conveniência. Os dois cenários obrigam as pessoas a se locomoverem para outras regiões para obter alimentos saudáveis (IDEC, 2022).

Esse fenômeno é mais incidente em bairros periféricos e obriga os moradores dessas regiões a se deslocarem a outros lugares com maior poder aquisitivo se quiserem adquirir alimentos *in natura* ou minimamente processados, onde geralmente estão concentrados feiras, hortifrutis e/ou grandes redes varejistas (IDEC, 2022).

Dessa forma, é possível refletir que não há liberdade nas escolhas alimentares. As mudanças nos padrões alimentares são decorrência da lógica da dinâmica capitalista, que tem poder para influenciar a relação das pessoas com a comida. Afinal, o poder de compra em alimentos do trabalhador depende do preço do seu tempo de trabalho e do preço dos alimentos. O alimento foi mercantilizado, assim como as preferências alimentares e o significado social da comida. A fim de ampliar o lucro, a indústria alimentícia multiplicou o número de marcas de produtos alimentícios e gestou novas necessidades no consumidor a partir da manipulação da mídia, focando nas suas escolhas alimentares.

Embora essas sejam influenciadas por questões objetivas (poder de compra por exemplo) e subjetivas (cultura, conhecimento, costumes, etc.), o capitalismo consegue controlar esses dois aspectos por meio da indústria alimentícia, com a narrativa de que trocar alimentos naturais por produtos de grandes corporações, que prometem alguma funcionalidade, como alimentos ricos em adições de micronutrientes, é algo "superior" e "moderno". Além de definir o estilo de vida atual, com menor tempo para cozinhar e menores salários, o que torna o consumo de ultraprocessados a opção mais viável (Scrinis, 2021).

Portanto, a partir da complexidade que um sistema alimentar demanda, torna-se

necessário a presença de inúmeras redes interdependentes. O fato, é que a lógica do sistema alimentar atual é orquestrada unicamente pelo neoliberalismo, liderado por grandes corporações que produzem insumos, maquinário e ultraprocessados, o que os mantém no domínio a partir da fome, insegurança alimentar, concentração de renda, destruição ambiental e doenças crônicas.

4 O SISTEMA ALIMENTAR BRASILEIRO: DESTRUIÇÃO DO CERRADO, RACISMO AMBIENTAL E ALIMENTAR

O Brasil não é uma exceção à sindemia global e o seu consumo alimentar, prejudicado pelo modelo agroindustrial, é uma tradução dessa mazela social. Nesse contexto, a pandemia de Covid-19 colocou à prova uma realidade falida, que há muito vem sendo mascarada por um discurso de desenvolvimento econômico unilateral.

O Brasil já foi referência internacional no combate à fome entre os anos de 2004 e 2013. No entanto, a realidade recente é que no final de 2020, a fome ocupava um cenário semelhante aos patamares já vividos em 2004. Em 2022 a realidade foi ainda pior. No fim de 2020, 19,1 milhões de brasileiros conviveram com a fome. Em 2022, a insegurança alimentar se tornou ainda mais presente entre as famílias brasileiras e 33,1 milhões de pessoas não tiveram o que comer, isso equivale a 15,5% dos domicílios brasileiros. Em dois anos a fome se tornou a realidade de 14 milhões de pessoas (REDE PENSSAN, 2022).

Nesse contexto, essas definições podem ser orientadas a partir da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), uma análise psicométrica que avalia de forma direta uma das dimensões da segurança alimentar e nutricional em uma população, por meio da percepção e experiência com a fome. Tal documento foi utilizado como parte das técnicas metodológicas aplicadas nesta pesquisa e encontra-se ilustrada no Apêndice B (Brasil, 2014).

Assim, por Segurança Alimentar (SA), entende-se que a família/domicílio possui acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, em quantidade suficiente, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais; por Insegurança Alimentar (IA) Leve, há a preocupação ou incerteza quanto acesso aos alimentos no futuro, qualidade inadequada dos alimentos, resultante de estratégias que visam não comprometer a quantidade de alimentos; por Insegurança Alimentar Moderada, há a redução quantitativa de alimentos entre os adultos e/ou ruptura nos padrões de alimentação resultante de falta de alimentos entre os adultos; por Insegurança Alimentar Grave, há a redução quantitativa de alimentos também entre as crianças, ou seja, ruptura nos padrões de alimentação resultante da falta de alimentos entre todos os moradores, incluindo as crianças. Nessa situação, a fome passa a ser uma experiência vivida no domicílio (Brasil, 2014).

Apesar do Brasil ser conhecido mundialmente como um dos principais produtores e exportadores de alimentos, é visível que esse sistema não garante a Segurança e Soberania Alimentar para mais da metade de sua população (REDE PENSSAN, 2021). Isso porque, no capitalismo, o alimento não é direito básico, mas sim mercadoria. Falar apenas com números pode acabar anulando ou tornando mais tênue a realidade de que estar subnutrido nos primeiros anos de vida significa crescer com falhas no seu desenvolvimento, incluindo as variáveis: peso, altura, desenvolvimento psicomotor, neurológico e imunológico. Estar subnutrido nos primeiros anos de vida significa carregar essa marca durante toda a vida. A

fome, em contraste paralelo ao acúmulo de capital, desenvolvimento tecnológico e crescimento exponencial da produtividade, é a prova real, palpável e irrefutável de que o capitalismo é falho e cruel, considerando seu papel como sistema socioeconômico escolhido - e imposto - para ser os moldes do projeto civilizatório da humanidade (Furno, 2021).

No Brasil, a fome é mais do que uma estimativa. Aqui, ela é herança de um passado colonizador indiferente a tudo que não favorecesse sua economia destrutiva de privilégios aos interesses privados e seus planos mercantis, que priorizavam (e ainda priorizam) os monopólios estrangeiros interessados somente na exploração. A questão é: esse passado ainda se faz tão presente – como se nunca tivesse deixado de existir –, a ponto de enraizar uma economia semicolonial ao país, onde a maioria da população rural ainda não possui terra e mais de dois terços dos recursos florestais e agrícolas pertencem à mesma minoria de senhores e/ou organizações estrangeiras. Por isso, diante de toda extensão territorial do Brasil, que abrange uma riquíssima variabilidade botânica, seria possível produzir alimentos suficientes para não só alimentar, mas nutrir o dobro da população do país. Portanto, se os recursos alimentares do país não suprem a necessidade do seu povo, é porque a sua estrutura econômico-social sempre agiu de forma desfavorável ao aproveitamento racional das possibilidades geográficas do mesmo (Castro, 1984).

Na esfera da sindemia global, no que se refere às nuances da má nutrição, os levantamentos realizados pela última pesquisa de Vigilância de Fatores de Risco e Proteção para Doenças Crônicas por Inquérito Telefônico (VIGITEL, 2023), realizada em todas as capitais dos estados brasileiros e o Distrito Federal, aponta que a frequência de excesso de peso foi de 61,4%, sendo maior entre os homens (63,4%) do que entre as mulheres (59,6%). No total da população, a frequência dessa condição aumentou com a idade até os 54 anos e reduziu com o aumento da escolaridade. Com relação ao consumo regular de frutas e hortaliças em cinco ou mais dias da semana, a frequência de consumo foi de 21,4%, sendo maior entre as mulheres (23,2%) do que entre homens (19,3%). Em ambos os sexos, o consumo recomendado de frutas e hortaliças também aumentou com o nível de escolaridade. Sobre a frequência do diagnóstico médico de diabetes foi de 10,2%, sendo maior entre as mulheres (11,1%) do que entre os homens (9,1%). Em ambos os sexos, a frequência dessa condição aumentou intensamente com a idade e diminuiu com o nível de escolaridade (VIGITEL BRASIL, 2023).

Como é possível perceber, as desigualdades sociais - em termos socioeconômicos e de escolaridade - são fatores influentes no comportamento alimentar da população, logo, há a maior vulnerabilidade quanto às doenças crônicas não transmissíveis, como é o caso da obesidade e diabetes. Doenças essas que são multifatoriais, no entanto, o ambiente no qual o indivíduo está inserido é fator determinante para o seu desenvolvimento (Martínez Steele et al., 2020; Henriques et al., 2020). Por isso, é inegável o papel do Estado, não somente em criar múltiplas estratégias de prevenção e tratamento, mas de se responsabilizar que o contexto no qual as pessoas são inevitavelmente inseridas não as adoçam.

Nesse quadro, é importante pontuar o monopólio do varejo dos alimentos no país, dominado por grandes redes de supermercado. No Brasil, em termos de faturamento, 92,9% está concentrado em supermercados e outros comércios de autosserviço e 7,1% no varejo tradicional (açougues, quitandas, mercearias, feiras livres). Em 2018, esses supermercados varejistas faturaram R\$330,4 bilhões, sendo que os 3 maiores grupos juntos concentram 41% desse faturamento: Carrefour, Grupo Pão de Açúcar e Wal-Mart. No âmbito do sistema alimentar brasileiro, isso significa que essas empresas tem poder para decidir os produtos alimentícios ofertados pela população (Belik et al., 2020). Além de criar uma concorrência desleal para os pequenos produtores, a Soberania Alimentar da população é afetada, já que o vínculo com quem produz o alimento é totalmente anulado e cada vez mais os circuitos curtos de abastecimento são suprimidos. "Cadeias curtas de abastecimento" ou "circuitos curtos", são caracterizados por seus canais de venda serem estruturados a partir do contato direto com o pequeno produtor ou com no máximo um intermediário "engajado" no processo de produção. Isso gera uma maior conexão entre produtores e consumidores, proporcionando uma lógica de identidade territorial na região, além da consciência do sistema produtivo no qual o alimento vai percorrer até chegar no prato de comida.

Diferente do sistema agroalimentar convencional, esse tipo de rede agroalimentar cidadã não é moldada pelo cooperativismo industrial, no qual as integrações de trabalho se moldam de forma hierárquica e vertical, mas sim através da autogestão dos produtores em uma rede de intercooperação independente. Esse contexto é benéfico porque proporciona maior saudabilidade à comunidade, já que há foco e acesso direto a produtos da época, artesanais, *in natura* ou minimamente processados, mostrando aumento no consumo consciente, já que também existe maior redução de embalagens, afinal, há a possibilidade de comprar à granel (Darolt; Rover, 2021).

No Brasil, a multiplicidade de atores e hierarquias do seu sistema alimentar, gera a esquivia e isenção da responsabilidade das consequências econômicas, sociais, ambientais, éticas, de Segurança Alimentar e na saúde coletiva. Ironicamente, a responsabilidade de mudar todo um sistema de adoecimento, cai sobre a população. Afinal, as escolhas alimentares são "erradas" e "inadequadas", como se as condições existentes não se resumissem em desertos e pântanos alimentares. E se por um lado o país passa fome, do outro, o agronegócio prospera ainda mais. Em 2021, 70% da sua área cultivada estava destinada a cinco principais culturas: soja, milho, cana, feijão e arroz (IMAFLOA, 2021). De acordo com o relatório "Projeções do Agronegócio" do Ministério da Agricultura, a expectativa é que até 2030 haja redução da área plantada de arroz, mandioca e feijão. Em contrapartida, haverá o aumento da área destinada para soja e milho. Isso equivale às reduções de quase 60% da área destinada para o cultivo do arroz, 11% da área destinada à mandioca e 33,33% da área destinada ao feijão (MAPA, 2022). Cabe lembrar que os produtos agropecuários exportados possuem baixo valor agregado, o que se traduz na contribuição limitada para a economia do país, em especial para a geração de empregos.

Paralelamente, isso afeta nas escolhas alimentares da população. Como mencionado anteriormente, a escolha do que comer é um processo complexo, ligado a aspectos sociais, culturais, econômicos, questões demográficas e renda dos consumidores. No Brasil, independentemente da região, embora exista biodiversidade, tradições e hábitos culinários característicos, seja no meio urbano ou rural, os gastos com alimentação estão concentrados em 10 produtos: arroz, feijão, pão francês, carne bovina, frango, banana, leite, refrigerante, cerveja, açúcar cristal. Essa característica é válida para todas as classes sociais. Isso prova que o sistema alimentar atual moldou o hábito de consumo de alimentos dos brasileiros. As refeições são cada vez menos diversificadas, o que é contrário ao ideal de uma alimentação adequada e saudável (Belik et al., 2020).

Ao passo que a alimentação brasileira se torna cada vez mais monótona, o consumo de ultraprocessados aumenta, funcionando como o principal substituto de alimentos *in natura* ou minimamente processados. Esses produtos têm baixa qualidade nutricional, já que são produzidos a partir de derivados de culturas de alto rendimento, como o milho, o trigo e a soja, além de possuir adições excessivas de açúcares e gorduras, o que favorece o desenvolvimento de deficiências nutricionais e surgimento de doenças crônicas, como: obesidade, diabetes e até o câncer. Ainda não são conhecidos os efeitos de longo prazo sobre a saúde e as consequências do acúmulo da exposição a vários aditivos empregados nesses produtos. O fato é que esses produtos se popularizaram no país pelos baixos preços, que chegam a ser infinitamente menores do que os alimentos *in natura* e minimamente processados, já que eles possuem a regalia de isenção de inúmeros impostos (Belik et al., 2020).

Nesse sentido, como é um dos setores político e econômico dominantes, o agronegócio tem poder para manipular concepções sobre agricultura e alimentação na sociedade. A sua construção hegemônica é pautada em transformar a narrativa das elites agrárias em discurso público, para que o senso comum continue acreditando que esse sistema é favorável ao fim da fome, que produz comida, que é benéfico para o país, sinônimo de inovação e prosperidade, dentre tantas outras mentiras. Essa narrativa falaciosa insiste no uso recorrente da abreviação "agro", que é vendido como termo afetivo, mas na realidade é uma estratégia corrupta para abarcar o máximo de sentidos possíveis, incluindo as diversas agriculturas e mundos rurais que eles insistem em vender e, por outro lado, oculta sua dimensão central e sentido de existência: o negócio e a lucratividade do alimento (Lopes et al., 2021).

Nesse contexto, a cor age de forma estrutural na condição de insegurança alimentar: 74% do total de famílias com insegurança alimentar grave possuem como "pessoa de referência para a família" alguém que se reconhece como pardo ou preto. Enquanto isso, os brancos representam 25% das casas na mesma condição. Não coincidentemente, 57% da população brasileira é negra e 42% branca. Portanto, é necessário e urgente interpretar esse fato pelas perspectivas sociais do racismo e do sexismo (Belik et al., 2020; Alexandre-Weiss et al., 2023). Nesse cenário, a agricultura familiar, presente nos segmentos rurais, foi

especialmente afetado pelo último desmonte das políticas públicas voltadas para o Segurança Alimentar e ao pequeno produtor do campo. As formas mais severas de insegurança alimentar (moderada ou grave), estavam presentes em cerca de 38% dos domicílios de agricultores(as) familiares. A prevalência de IA grave era de 21,8%, mostrando que a fome atingia os moradores de mais de 1/5 dessas habitações (REDE PENSSAN, 2022).

Então, sabendo que a condição da insegurança alimentar está totalmente relacionada ao contexto da sindemia global e à hegemonia do sistema alimentar, é nesse cenário que o racismo ambiental é facilmente ilustrado. Esse termo foi disseminado pelo ativista norte americano Benjamin Franklin Chavis, em manifestações do movimento negro contra injustiças ambientais, e é utilizado para remeter-se ao processo de discriminação que populações compostas por minorias étnicas sofrem através da degradação ambiental. Afinal, os impactos ambientais não se dão de forma igual entre a população (Fuentes, 2021).

Atualmente no país, o racismo ambiental ainda é uma extensão das condições subumanas que os povos africanos foram submetidos durante a diáspora para o Brasil, seguido do processo de ocupação de áreas periféricas, onde há ausência de recursos que garantam a saúde. Então, esse grupo de pessoas negras, ribeirinhas e quilombolas fica à mercê dos piores desastres causados pela sindemia global, como: enchentes, secas, contaminação, desmatamento, mudanças climáticas, grilagem, crimes ambientais, dentre outros. Além disso, por uma questão de cor e gênero, essa parcela da população é impedida de acessar locais de produção e venda de alimentos saudáveis. Afinal, ela está fadada aos desertos e pântanos alimentares. (Jesus Barreto et al., 2022; Alexandre-Weiss et al., 2023).

Nesse cenário, é possível concluir que a produção de comida, bem como os hábitos alimentares, pode impulsionar a saúde e a sustentabilidade de uma sociedade, ou piorar esse cenário na mesma intensidade. Nesse sentido, em 1947 a Organização Mundial da Saúde (OMS) definia saúde como um estado de completo bem-estar físico, mental e social, e não meramente a ausência de doenças ou efemeridades. Ainda, de acordo com a Lei Orgânica da Saúde (Lei nº8.080/1990), o Art. 3º aponta que a saúde possui determinantes e condicionantes relacionados ao acesso a alimentação de qualidade, moradia, saneamento básico, meio ambiente, trabalho, renda, educação, atividade física, transporte, lazer e o acesso aos bens e serviços essenciais (Segre; Ferraz, 1997; BRASIL, 1990). Ou seja, para que a promoção da saúde aconteça de fato, é preciso assumir a escancarada iniquidade em saúde do país, que é pautada nas diferenças da distribuição de recursos de saúde advindos das condições sociais nas quais as pessoas nascem, crescem, vivem, trabalham e envelhecem (Carvalho, 2013). Paralelamente, o cuidado à saúde ainda é pautado no modelo biomédico ocidental, que possui uma concepção fragmentária, mecanicista e capitalista do corpo humano, o qual é interpretado como um "corpo-máquina". Portanto, enquanto o médico é o mecânico, a doença é o defeito da máquina. Reduzindo então as angústias, a vida e a saúde a um simples problema a ser resolvido para que a produtividade possa continuar (Cruz, 2011).

Nesse contexto, de acordo com as perspectivas desta dissertação, para compreender a

analogia entre as consequências geradas pela sindemia global, a hegemonia do sistema alimentar e como essa relação aumenta a suscetibilidade à insegurança alimentar em Comunidades Tradicionais, foi necessário traçar o paralelo entre as manifestações de saúde-doença e o acesso à alimentação adequada e saudável, sempre levando em consideração as condicionalidades de diferenças demográficas, sociais e econômicas. À primeira vista, esses eventos podem parecer autônomos, mas na verdade são cruelmente complementares. Nessa pesquisa, o Cerrado não será interpretado apenas pela sua biodiversidade. Os Kalunga, também são o Cerrado.

Dessa forma, ao colocar em pauta as questões relacionadas à Segurança e à Soberania Alimentar no âmbito do racismo ambiental, por justiça social, é necessário responsabilizar o modelo de produção do agronegócio às violências enfrentadas pelos povos e comunidades tradicionais que vivem nas áreas rurais. Até porque, há a necessidade de revalorizar o modo de produção agroecológico de comunidades tradicionais como estratégia de enfrentamento a essas desigualdades (Alexandre-Weiss et al., 2023).

Nesse sentido, o Cerrado ocupa cerca de 25% do território brasileiro, sendo a segunda maior região ecológica da América do Sul e, de acordo com o IBGE, conta com uma população de mais de 25 milhões de pessoas (15% da população nacional). Estima-se que o bioma tenha se formado no período cenozoico há cerca de 40 milhões de anos e sua área contínua incide sobre os estados de Goiás (97%), Tocantins (91%), Mato Grosso (40%), Mato Grosso do Sul (61%), Minas Gerais (57%), Bahia (27%), Maranhão (64%), Piauí (37%), Rondônia (0,2%), Paraná (2%), São Paulo (33%) e Distrito Federal (100%), além dos enclaves no Amapá, Roraima e Amazonas. Considerado como um dos hotspots mundiais, a biodiversidade do Cerrado representa em torno de 5% da biodiversidade do planeta, abrigando 11.627 espécies de plantas nativas já catalogadas e cerca de 199 espécies de mamíferos e a avifauna compreende cerca de 837 espécies (Cardoso; Silva, 2023).

Atualmente, a Constituição Federal do Brasil, no artigo 225, § 4º, inclui a Floresta Amazônica, a Mata Atlântica, a Serra do mar, o Pantanal Mato-Grossense e a Zona Costeira como patrimônio nacional. Entretanto, o Cerrado e a Caatinga ficaram de fora e seguem extremamente ameaçados. Por isso, a PEC 504/2010 entra com uma proposta de emenda à Constituição para incluir o Cerrado e a Caatinga entre os biomas considerados patrimônio nacional. Isso porque em apenas 50 anos, o Cerrado já perdeu cerca da metade da sua cobertura original, isso corresponde a pouco mais de 100,77 milhões de hectares, o que equivale a uma área duas vezes maior que o estado de Minas Gerais. O desmatamento no Cerrado aumentou 21% em 2023, sendo o maior índice dos últimos cinco anos na comparação com o mesmo período (2.133 km²). Cerca de 80% dos alertas de desmatamento têm origem na fronteira agrícola da região Matopiba, compreendida pelos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia (Cardoso; Silva, 2023).

É justamente nesse contrafogo, na fronteira com o Tocantins, na microrregião da Chapada dos Veadeiros, na porção leste do bioma Cerrado, que a Comunidade Tradicional

Quilombola Kalunga está localizada. Esse local é tombado como Sítio Histórico Patrimônio Cultural Kalunga (SHPCK). A área do Quilombo Kalunga que está inserida dentro do município de Cavalcante é dividida em três regiões: Vão de Almas, Engenho e Vão do Moleque (Silva et al., 2022).

Uma parte considerável desse desmatamento é realizada com a autorização de órgãos estaduais e não são responsabilizados devido à ausência de uma política de proteção consolidada no âmbito nacional. Ainda, em meio a essa destruição desenfreada, a Bacia do Rio São Francisco, cujos afluentes oriundos do Cerrado correspondem a 80% da sua vazão, perdeu metade da sua superfície de água entre 1985 e 2020 (Cardoso; Silva, 2023). O recente estudo "A Worrying Future for River Flows in the Brazilian Cerrado Provoked by Land Use and Climate Changes", analisou o comportamento de 81 bacias hidrográficas no Cerrado entre o período de 1985 e 2022. Destas, 88% já apresentam diminuição da vazão devido às intensas mudanças do uso do solo na área de abrangência da bacia hidrográfica. Assumindo as atuais taxas de desmatamento, o estudo criou uma previsão de uma redução total de água de 23.653 m³/s até 2050, o que equivale a uma diminuição de 33,9% da vazão dos rios em questão. Os recursos hídricos do bioma estão cada vez mais escassos localmente e já apresentam perda de 15,4% da vazão dos rios. Isso porque a água segue sendo exportada para China, União Europeia e Estados Unidos em forma de "água virtual", ou seja, água consumida na produção dos grãos e carne (commodities). No entanto, essa catástrofe não irá repercutir apenas localmente, mas sim em níveis nacional e global, porque afetará fortemente a agricultura, a produção de energia elétrica, a biodiversidade e o abastecimento de água, especialmente durante as estações secas do Cerrado (Salmona et al., 2023).

Nesse conjunto de circunstâncias, a jornalista Ludmila Pereira reforça que ao contrário do senso de que esses impactos afetarão todas as pessoas igualmente, retomando o conceito de racismo ambiental, essas sequelas já repercutem de formas muito mais profundas na população preta, em especial ao Quilombo Kalunga, que depende totalmente do Cerrado e dos seus recursos para sobrevivência. Mas, ainda assim, age como alicerce desse universo ecológico, mantendo preservado cerca de 83% das áreas do Cerrado nativo. Sob esse olhar, esse povo, especialmente as mulheres, enfrentam o agronegócio e a hegemonia do sistema alimentar diariamente, para garantir a sua autonomia em escolher o que comer e como plantar o próprio alimento, fazendo por si próprias a sua soberania alimentar. Ainda, Ludmila reforça o termo cunhado pela deputada Célia Xacriába: "saborania", que se refere a pluralidade de sabores e saberes que o Cerrado oferece, expressado por meio de conhecimentos ancestrais e poder de transformação (Pereira, 2023).

Essas características fundamentam a formação das Comunidades Tradicionais, que são estruturadas não só pelo uso consciente dos recursos naturais do ambiente onde estão situadas, mas também pela revitalização do mesmo (Diegues et al., 2000). Ou seja, a presença de comunidades tradicionais contribui para a preservação de ecossistemas através da sua organização para subsistência como um sistema sustentável. Por isso, é impossível dissociar

esse cenário da biodiversidade. Nesse contexto, sobre os Kalunga: assumir e propagar hábitos históricos da sua identidade étnica é uma forma de resistência e remete à sua descendência e ancestralidade, que são representadas a partir das suas particularidades alimentares, desde a forma de produção dos alimentos a partir da agricultura de subsistência, até o seu consumo (Baiocchi, 1999; Ungarelli, 2009).

Então, é necessário reverenciar e reconhecer os Kalunga - assim como as demais Comunidades Tradicionais e Povos Originários - pelo que são: heranças vivas de organizações sustentáveis, que funcionam a partir da unificação do homem em contato com a natureza. Somente assim, será possível resistir à lógica neoliberal do atual sistema alimentar e pensar na construção de moldes contra hegemônicos, baseados no comprometimento com a segurança alimentar e nutricional, a sustentabilidade e a equidade.

4.1 O QUILOMBO KALUNGA: MODO DE VIDA ANCESTRAL E AGROECOLÓGICO COMO LUTA DECOLONIAL E DE ECOLOGIA DOS SABERES

De acordo com o Art. 3º da Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, compreende-se como Povos e Comunidades Tradicionais:

Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição (BRASIL, 2007).

De forma articulada, os saberes tradicionais são compostos por um conjunto de informações, hábitos, práticas, pensamentos e conceitos que são propagados de modo comum a uma comunidade. Esse conhecimento não utiliza o uso de recursos metodológicos cientificamente definidos, sendo transmitido entre as gerações de forma oral, mas que possui impacto e força para se manter vivo, ao ponto de caracterizar a identificação de comunidades que o assumem. Paralelamente, esses saberes estão agregados à biodiversidade, referenciando não somente fatores biológicos, mas também o trabalho, a cultura e as práticas da comunidade, que estão em equilíbrio com a conservação ambiental (Diegues et al., 2000).

Na conjuntura desta pesquisa, para além de conceitos e definições do que são e como se caracterizam as Comunidades Tradicionais, torna-se necessário abrir espaço para a elucidação das particularidades da Comunidade Kalunga através da perspectiva daqueles que a compõem. Assim, o recorte historiográfico no parágrafo a seguir foi baseado em obras acadêmicas de autores Kalunga, que ressaltam a sua história através da narrativa das suas lideranças.

Em 1722, em pleno ciclo do ouro e da garimpagem, Bartolomeu Bueno (o Anhanguera) e João da Silva Ortiz, através do ciclo bandeirantes, deram início à ocupação do que hoje é conhecido como o Estado de Goiás. Diante das violências vividas pela escravidão

nas "Minas dos Goyazes", muitos negros fugiram para a mata, buscando lugares remotos, geralmente localizados entre as serras da região. Nesse contexto, deu-se início à formação do Quilombo Kalunga no município de Cavalcante, na região conhecida como Morro do Chapéu, que hoje é reconhecido como município de Monte Alegre (Dias, 2018; Costa, 2013). Desde o fenômeno da sua formação, a agroecologia esteve presente na sobrevivência dos Kalunga, mesmo antes de surgir a definição de tal conceito. O que cabe à reflexão de que tal concepção é uma tradução de um modo de vida ancestral.

As lideranças da Comunidade relatam que o nome Kalunga se refere a um rio com localizado próximo à região do Quilombo e também a uma planta nativa do Cerrado, utilizada tradicionalmente pela Comunidade como medicina (Dias, 2018). Em 1982, a história dos Kalunga foi marcada pelo contato com a Universidade Federal de Goiás, através da antropóloga Mari de Nasaré Baiocchi, por meio do projeto denominado Kalunga - Povo da Terra (Dias, 2018). Tal marco foi importante para a conquista do reconhecimento pelo Estado de Goiás da área ocupada pela Comunidade Kalunga há mais de 300 anos como Sítio Histórico e Patrimônio da Humanidade, por meio da Lei Complementar Estadual nº11.409 de janeiro de 1991 (Brasil, 1991; Dias, 2018). De acordo com o seu Artigo 1º:

Constitui patrimônio cultural e sítio de valor histórico a área de terras situada nos vãos das Serras do Moleque, de Almas, da Contenda Calunga e Córrego Ribeirão dos Bois, nos Municípios de Cavalcante, Monte Alegre e Teresina de Goiás, no Estado de Goiás, conforme estabelecem o § 5º do art. 216 da Constituição Federal e o art. 163, itens I e IV, § 2º, da Constituição do Estado de Goiás (Brasil, 1991).

Apesar dos avanços, baseando-se na historiografia de Comunidades Tradicionais, que ocupam territórios rurais e que ainda, indiscutivelmente, foram marcadas pela colonialidade, é evidente as iniquidades sociais e em saúde a qual são submetidas, principalmente no que se refere a condições adequadas e de acesso aos serviços de saúde, saneamento básico, educação e de mecanismos de participação popular na construção das suas próprias políticas públicas (Brasil, 2013).

Além disso, o reconhecimento do potencial dos saberes tradicionais, frente à alimentação e à diversidade de técnicas de manejo ecológico de Comunidades Tradicionais, é recorrentemente invalidado como possível intervenção em um modelo de sistema alimentar na lógica da produção e do mercado. O que é contraditório e retrógrado, afinal, Comunidades Tradicionais, como a Kalunga, são um dos principais exemplos para uma transição agroecológica, no que diz respeito à conservação dos recursos naturais e na produção agroecológica de alimentos. Afinal, esses princípios de conscientização ambiental fazem parte dos seus hábitos há séculos.

Nesta linha de pensamento, Santos (2007), propõe a necessidade de superação do “pensamento abissal”, que surge a partir da lógica da ciência moderna eurocêntrica e se fortalece por uma “soberania epistêmica”, que exclui e invalida outras formas de saberes que não se encaixam nos seus critérios de linearidade. O autor define essa forma de destruição de

conhecimentos e culturas que não são assimiladas pela cultura ocidental como epistemicídio. Dessa forma, uma maneira de enfrentar esse retrocesso se dá por meio da Ecologia dos Saberes, que se apresenta como uma forma de pensamento alternativo para agir pela emancipação social das lutas de comunidades e movimentos sociais do Sul Global contra três eixos de opressão: o capitalista, o colonial e o patriarcal. A Ecologia dos Saberes é pautada no reconhecimento da existência de conhecimentos plurais de outras culturas que não as ocidentais, outrora imposta àqueles países e comunidades que foram, em sua maioria, os receptores do imperialismo e do domínio colonial. Portanto, o Sul Global é geopolítico, não geográfico (Santos, 2007).

No domínio da saúde coletiva, destaca-se a luta por dignidade, direitos territoriais e de existência, que são negados às comunidades em vulnerabilidade por suas formas de ser e se relacionar com a natureza e a sociedade (Santos, 2007). Nessa perspectiva, em seu livro "Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social", Boaventura alerta sobre a "monocultora do produtivismo capitalista":

Por exemplo, para os indígenas ou os camponeses, a produtividade da terra não é definida em um ciclo de produção, mas em vários, se a terra está produtiva este ano, no ano seguinte ela não é cultivada para que descanse, e em seguida voltamos a cultivá-la. Toda a selva está organizada dessa maneira. Então, há outra lógica produtiva que não conta. A lógica produtiva é uma novidade da racionalidade ocidental, existe há quase cem anos - quando nasceram os produtos químicos na agricultura e a terra passou a ser produtiva em um ciclo de produção, porque os fertilizantes mudaram para o conceito de produtividade da natureza -, apareceu ao mesmo tempo que o conceito de produtividade no trabalho. Tudo o que não é produtivo nesse contexto é considerado improdutivo ou estéril. Aqui, a maneira de produzir ausência é com a "improdutividade" (Santos, 2007, p. 31).

Portanto, a Ecologia dos Saberes ressalta a importância do reconhecimento da pluralidade dos saberes para realização de ações verdadeiramente emancipatória por meio do diálogo entre a premissa decolonial, territorialidades, agroecologia e soberania alimentar. Contrapondo-se então ao sistema alimentar hegemônico dominante o qual estipula novas necessidades de consumo de alimentos e impõe formas de concorrência desleal na produção e escoamento de alimentos advindos da agricultura familiar e agroecológica (Santos, 2007; Santos, 2007). Nesse contexto, é importante diferenciar colonialismo de colonialidade. O primeiro diz respeito a um fenômeno histórico de dominação. Já o segundo é uma perspectiva das ciências sociais, introduzida pelo sociólogo Anibal Quijano, para definir os elementos constitutivos do padrão mundial do poder capitalista que se apoiam na visão eurocêntrica sobre a classificação étnico-racial da população mundial. A colonialidade, cuja matriz foi estabelecida através do colonialismo, apresenta-se como um fenômeno mais duradouro e estável já que atualmente molda o padrão de poder hegemônico, que fomenta a desigualdade de gênero, o racismo e as iniquidades sociais (Quijano, 2005).

Nessa perspectiva, estudos decoloniais defendem o rompimento com as práticas hegemônicas do sistema agroindustrial e todas as consequências derivadas do mesmo já

citadas anteriormente. Sendo assim, decolonizar a alimentação passa a ser necessário, afinal trata-se da valorização de alimentos tradicionais do Brasil, cultivados e preparados por meio da herança dos saberes ancestrais das comunidades tradicionais. Até porque, durante a colonização do Brasil, além da tomada das terras e dos corpos, o controle econômico suprimiu a singularidade dos povos originários e do continente africano, além de deslegitimar o seu conhecimento. Então, a colonização interferiu não apenas no "o que comer", mas também no "como comer". Afinal, até os utensílios utilizados para a alimentação, como o prato e talheres foram impostos pela lógica dos colonizadores. Nesse cenário, no pensamento ocidental e capitalista, a comida deixa de ser alimento e passa a ser mercadoria. Uma prova disso é que em 2022 o Brasil produziu 724,4 milhões de toneladas de cana e 120,7 milhões de toneladas de soja. Paralelamente, a quantidade produzida de mandioca, um alimento nacional, foi só de 17,6 milhões. Portanto, está mais do que claro que a colonialidade impede a valorização da biodiversidade (Gonçalves; Cançado Silva; Nahra, 2021; Santos, 2023).

Dessa forma, compreender o potencial das Comunidades Tradicionais, em especial a Kalunga, na produção de alimentos nativos, reverenciando suas técnicas de cultivo e conhecimentos ancestrais é uma forma de assegurar a Soberania Alimentar no Brasil. Já que, reforça o direito da população em decidir sobre políticas agrícolas e alimentares a partir de diferentes pontos de vista e formas de viver, afinal, leva em consideração a ancestralidade da Comunidade Kalunga, que é uma parte da história da formação do Brasil, que o sistema hegemônico tenta apagar.

De forma articulada a esse aspecto, o sistema de cultivo mais comum entre as comunidades Kalunga são as roças de toco. Essa forma de agricultura de subsistência é uma excelente tradução do relacionamento de respeito e cuidado que o povo Kalunga cultiva à séculos com o Cerrado. Tal técnica é uma herança ancestral ainda viva, passada de geração para geração e que possuem o seguinte ciclo de plantio-colheita: as roças são formadas através de clareiras abertas em meio ao Cerrado, com uso de facão e foice; Depois, é feito a roçada através da remoção da vegetação rasteira com foice; As árvores maiores são cortadas geralmente com machado ou serra; Após a derrubada da vegetação, é necessário esperar que a mesma seque para que seja ateadado fogo; Os galhos que ainda permanecerem no local precisam ser retirados para que o terreno esteja limpo para o plantio; A Comunidade utiliza para plantio sementes que estão há séculos na sua história e fazem parte desse ciclo de plantio e colheita; As plantas invasoras que tendem a crescer no local da roça são retiradas pelo agricultor através da capina com enxada, sem a utilização de insumos químicos; A vegetação capinada é colocada nos pés das plantações estrategicamente para cobertura vegetal e adubação; A roça de toco é cultivado de três a cinco anos, onde ao término desse período, o espaço é deixado em pousio por até dez anos para recuperação da vegetação (Andrade; Kishimoto, 2017). Tal rotina demonstra uma herança de conscientização ambiental que é intrínseca à historicidade da cultura Kalunga, ou seja: eles não só fazem parte, eles são o

Cerrado conservado e vivo.

Comumente, a depender da safra, são plantados nas roças: arroz, feijão, cana-de-açúcar, milho, mandioca, cará, inhame, abóbora, batata-doce, banana, mamão, melão, melancia, gergelim, açafrão, maxixe, amendoim. Como não utilizam insumos químicos e/ou irrigação artificial, a rotina de plantio depende do período chuvoso. Ou seja, o plantio para subsistência Kalunga fica à mercê das mudanças climáticas (Souza, 2022). Então, em um contexto de sindemia global, a existência e segurança desse povo é ameaçada constantemente, porque são colocados à face da insegurança alimentar. Segundo Boaventura:

A utopia do neoliberalismo é conservadora, porque o que se deve fazer para resolver todos os problemas é radicalizar o presente. Essa é a teoria que está por trás do neoliberalismo. Ou seja: há fome no mundo, há desnutrição, há desastre ecológico; a razão de tudo isso é que o mercado não conseguiu se expandir totalmente. Quando o fizer, o problema estará resolvido. (2007, p. 54)

Nestes termos, é fundamental trazer à tona o debate sobre o comer como ato político. Isso porque, a alimentação vai além das necessidades fisiológicas, manifestando-se por meio da cultura e história de um povo. Afinal, alimentação é sobre autonomia e conhecimento. Hábitos alimentares podem mudar a lógica de sistemas alimentares impostos! Afinal, a decolonização e a territorialização da soberania alimentar é feita no cotidiano da vida simples, que é vítima da insegurança alimentar, experiência no qual nosso local acadêmico privilegiado pode não nos permitir chegar (Santos, 2023).

Por isso, o interesse e a necessidade em pesquisar e conhecer mais sobre a Comunidade Kalunga, na qual suas vivências e expressões são fortemente relacionadas com a sua conexão com a natureza e a produção ancestral e sustentável da própria comida. O Quilombo Kalunga é a mais pura forma de resistência e representatividade no Cerrado, já que a maioria das comunidades ainda vivem sem acesso à energia e saneamento básico. Portanto, é necessário fomentar a importância da preservação e valorização da cultura Kalunga e investigá-la como um exemplo de sistema alimentar saudável e sustentável (SASS) em Goiás. Afinal, mesmo que a colonialidade tenha projetado o seu fim, os Kalunga subverteram tal ordem e, assim, seguem construindo presenças em meio às ausências, por meio de relação própria com a terra, o território, a agroecologia e a soberania alimentar.

5 METODOLOGIA

A etnopesquisa crítica detalhada por Macedo (2010) e a pesquisa-ação de Barbier (2007), foram os referenciais metodológicos utilizados para contemplar os objetivos propostos por esta pesquisa. Dessa forma, as técnicas utilizadas para sustentar essas metodologias foram: a observação participante, história oral, entrevistas semiestruturadas, escuta sensível, diário de campo e análise documental. Esse arranjo possibilitou a análise do conteúdo desta pesquisa de abordagem qualitativa a partir de 8 entrevistas semiestruturadas. Nesse contexto, com exceção do Sr.º Carlos Roberto Pereira da Conceição (Presidente da Diretoria da Associação Quilombola Kalunga), os demais entrevistados preferiram não se identificar. Desta forma, estes serão identificados com as seguintes nomenclaturas: Baru, Mangaba, Cagaita, Jatobá, Mama-Cadela, Murici, Lobeira. A etapa com o Sr.º Carlos Roberto Pereira da Conceição foi composta por aplicação de entrevista semiestruturada (APÊNDICE E). Já o momento destinado aos atores sociais de Congonhas, resumiu-se nas aplicações de entrevista semiestruturada (APÊNDICE A) e da EBIA (APÊNDICE B) por domicílio. As entrevistas foram gravadas com a permissão dos atores sociais. Desta maneira, no capítulo "6. Vozes do Sertão Goiano: Resultados e Discussão", o leitor encontrará a transcrição de alguns trechos destas entrevistas. Esta reprodução foi feita manualmente, sem auxílio de software ou aplicativo, visto que a intenção era preservar a verossimilhança do texto.

Nessa Abordagem, os integrantes da Comunidade Congonhas foram colocados como elemento central e ao seu redor foram identificados fatores sociais, políticos e ambientais que justificassem os acontecimentos vividos por esse grupo, principalmente no que diz respeito à Insegurança Alimentar. O cerne destes fatores são consequências geradas pela sindemia global, na qual uma das justificativas apontadas por esta pesquisa para a origem desse fenômeno é a lógica do atual sistema alimentar.

5.1 DECOLONIZAÇÃO E METODOLOGIA NÃO EXTRATIVISTA: A ETNOPESQUISA CRÍTICA COMO FERRAMENTA DA EMANCIPAÇÃO SOCIAL E CO-CRIAÇÃO DE CONHECIMENTO PÓS-ABISSAL

O que não é possível é simplesmente fazer um discurso democrático, anti discriminatório e ter uma prática colonial "(Freire, 2008, p. 68).

Segundo Boaventura de Sousa Santos (2019), a decolonização não se resume apenas à independência física e política de um povo, mas expande-se através de um amplo processo de recuperação ontológica, que vai além da libertação político-econômica. É sobre um projeto de libertação social e cultural, que reconhece a valorização de conhecimentos ancestrais como forma de reconstrução da humanidade. Além disso, perpassa pelo direito inalienável de um povo decidir sobre a sua própria história (Santos, 2019).

Nessa perspectiva, Quijano (2005) pontua que para decolonizar, é necessário ter consciência de como - ainda atualmente - a colonialidade exerce poder e influência no cotidiano, nas instituições e inclusive nos modos de produzir conhecimento. Para tanto, a modernidade e o capitalismo, apoiados na colonialidade, criaram o ideário de raça e classe, no qual os povos não europeus ainda são classificados como inferiores. Uma vez que o continente europeu é considerado o centro da racionalidade e da civilização, abriu-se espaço para uma concepção de "humanidade" segundo a qual uma pessoa pode ser caracterizada entre "superior" ou "inferior", "racional" ou "irracional", "primitiva ou civilizada/racionalizada". Portanto, durante a construção da modernidade, o conhecimento foi utilizado como uma ferramenta indispensável para o fortalecimento da escravização e da subalternização epistêmica causada pela colonialidade à todos àqueles pertencentes ao Sul Global (Quijano, 2005).

Nesse cenário, é necessário pontuar o conceito de extrativismo epistêmico levantado por Grosfoguel (2016). Segundo o sociólogo, o extrativismo é uma forma de ser e estar no mundo, na qual exerce uma prática de apropriação sobre o outro, por meio do controle do seu conhecimento e da sua cultura. Tal episódio é característica de sociedades amparadas pelo imperialismo, capitalismo, colonialismo e patriarcado. Nessa premissa, o autor introduz o extrativismo epistêmico, fenômeno que se manifesta através da concepção de superioridade, na qual não busca um diálogo horizontal e igualitário entre os povos, mas sim a extração de conhecimento, tal qual matérias-primas são removidas das suas origens a fim de colonizá-las e transformá-las em capital econômico, subsumindo-as aos parâmetros da cultura ocidental. Nesse cenário, as principais vítimas são os Povos Originários e Comunidades Tradicionais. Dessa forma, foi por esses moldes que a ciência moderna foi construída: através de um ato massivo de extrativismo epistêmico (Grosfoguel, 2016).

Então, em uma sociedade marcada pelo racismo estrutural, desigualdade e epistemicídios de Povos Originários e Comunidades Tradicionais, a única forma de criar um conhecimento contrário ao extrativismo epistêmico, é através da decolonização do conhecimento. Somente assim será possível desafiar as narrativas hegemônicas e emergir as interações entre história, memória, saber e poder, através de novas autoridades discursivas, que não as ocidentais. Dessa maneira, diante do tema e dos objetivos propostos para esta pesquisa, fez-se necessário enaltecer vozes, subjetividades e perspectivas do Sul Global, que rotineiramente são marginalizadas, subalternizadas e subjugadas pela mentalidade do colonialismo. Sendo assim, a Etnopesquisa, pautada em articulações decoloniais, apresentou-se como estratégia pertinente para o desenvolvimento deste trabalho.

A Etnopesquisa, ou Etnopesquisa crítica, como é postulada por Roberto Sidnei Macedo (2010), consiste em uma abordagem etnográfica, fenomenológico-hermenêutica, que permite a compreensão e interpretação de um fenômeno através da imersão do observador no mundo do observado através do respeito e sensibilidade às concepções culturais, perspectivas, singularidades e transmutações em questão. Para isso, acredita-se que a prática do

"fazer/construir" conhecimentos e saberes não deve separar-se do seu contexto de manifestação. Então, nesse cenário, a fenomenologia acontece a partir da convivência do pesquisador com os atores sociais, o que permite construir uma concepção acerca do mundo do outro. Afinal, a intensão é compreender o conhecimento no contexto em que ele é gerado, através da relação que o sujeito cultiva com seu território, incluindo suas subjetividades e intersubjetividades. A hermenêutica, por sua vez, aplica-se através da compreensão da relação do ser humano com seu território mediante o discurso e as representações dos sujeitos do meio em evidência. Portanto, a Etnopesquisa produz conhecimento por meio da inteligibilidade do ator social através da centralidade da sua narrativa (Macedo, 2010).

De forma articulada a esse aspecto, a Etnopesquisa Crítica é uma possibilidade metodológica para pesquisas de abordagem qualitativa, que possuem como objetivo o entendimento dos movimentos de horizontalidade dos grupos sociais através da ótica de diversas áreas do conhecimento. Essa proposta utiliza a observação de característica fenomenográfica para compreender um determinado fenômeno antropossocial. Dessa forma, busca-se compreender a perspectiva dos sujeitos, seus referenciais culturais, suas tradições, protagonismos e suas ordens sociais. Assim, é possível compreender como as pessoas percebem o fenômeno que está sendo investigado na pesquisa a partir dos significados que atribuem à realidade, bem como a inteligibilidade das suas ações, o que é diferente de trabalhar sobre eles ou utilizando-se deles (Macedo, 2010).

Nesses moldes, lida-se com o ator social genuinamente como um agente empoderado e produtor de cultura, capaz de criar e transformar elementos que compõem o seu cotidiano. Dessa maneira, o pesquisador é provocado à uma constante reflexão sobre os fatos e as narrativas observadas, afinal, o ator social não é um alienado cultural, mas sim um ser autônomo e detentor da sua própria história, e mais: um coprodutor da pesquisa em foco (Macedo, 2010).

Nessa perspectiva, em termos fenomenológicos, o pesquisador que se utiliza da Etnopesquisa deve descrever para compreender o fenômeno a ser investigado e, dessa forma, apreender o que o caracteriza como tal. O fenômeno deve ser pensado em sua emergência concreta a partir do "ser-no-mundo". Portanto, o instrumento de tal pesquisador é a disposição para interpretar as pessoas, suas relações, ações e expressões. Procura-se o ponto de vista do sujeito entrevistado, para indagar-se sobre o que ele vive, pensa, sente, analisa e julga sobre o fenômeno o qual vivencia. Além disso, a aplicação dessa metodologia requer que o pesquisador utilize da sua linguagem dissertativa para explicitar a teoria que dinamiza seus instrumentos e "dados" de pesquisa, a fim de realizar o desnudamento das inspirações e motivações que orientaram suas ações e decisões enquanto pesquisador e investigador de um determinado contexto social (Macedo, 2010).

Por conseguinte, ao contrário das linhas de pesquisa de caráter quantitativo que - a depender do tema - comportam-se de maneira reducionista ao apresentar um contexto unicamente através de mensurações binárias de causa e efeito, a Etnopesquisa crítica

reconhece que variáveis e hipóteses desempenham papel importante na perspectiva da sua formação. Afinal, é na construção de uma relação que pesquisador e pesquisado transformam-se e formam mutuamente o conhecimento. Nesse cenário, o "dado" coletado não é reduzido apenas à uma mensuração. Ele representa uma construção social, que durante o processo da pesquisa se constituiu gradativamente a partir do interesse dos sujeitos colaboradores e do pesquisador. Portanto, no âmbito da Etnopesquisa, a realidade é um todo integrado e não uma coleção de partes fragmentadas. Isso propicia a compreensão dos paradoxos e das ambivalências, o que possibilita que o pesquisador compreenda o fenômeno "de dentro" e não como mero observador (Macedo, 2010).

Nessa perspectiva, esse trabalho não tratou a Comunidade Quilombola Kalunga de modo genérico e abstrato. Afinal, ela não foi isolada do seu ambiente convencional para ser estudada. Ao contrário: elegeu-se como fundamentais as circunstâncias que delimitam suas vivências para que fosse construído um olhar amplo e emancipatório da realidade.

5.2 O TRABALHO EM CAMPO: A ESCUTA SENSÍVEL E A INEGABILIDADE DA PESQUISA-AÇÃO PARA COMPREENDER AS EXPERIÊNCIAS COTIDIANAS

O conhecimento a que se busca construir a partir de uma Etnopesquisa Crítica precisa ser pautado na interconexão entre o arcabouço teórico-metodológico do pesquisador, bem como nas vivências e saberes do ator social. Nesse sentido, Macedo (2010) pontua que é preciso haver a superação da distinção que é criada entre o senso comum e a ciência das academias. Isso fará surgir na pesquisa uma hermenêutica crítica que irá possibilitar a construção de conhecimento o qual será mais útil, prático, democrático, reflexivo e emancipador (Macedo, 2010).

Por isso, nesse cenário, espera-se que o etnopesquisador interprete as vivências dos ambientes a ponto de relatá-las com cautela. É necessário que este esteja sempre vigilante e possua autocrítica quanto suas atitudes e ações no ambiente em foco, de modo a não invadir a privacidade do indivíduo, nem tão pouco tentar influenciá-lo ou coagi-lo. Por isso, a postura esperada para esse tipo de trabalho é de profundo respeito pelo ambiente em questão. Afinal, somente através da observação, o pesquisador não seria capaz de desvendar a problemática que os atores sociais vivenciam (Macedo, 2010).

Dessa forma, o ator social também possui voz na pesquisa. Assim, o desenvolvimento do trabalho não deve ser inviolável, ao contrário: deve ser influenciado no seu decorrer pela intersubjetividade causada pelo contato entre pesquisador e atores sociais. Nessa perspectiva, são os atores em foco que delimitam suas reais necessidades e o que esperam de retribuição da pesquisa, e não o contrário. Portanto, o objetivo da Etnopesquisa não é somente gerar ciência, na verdade, prioritariamente busca-se o diálogo com a comunidade em questão, a fim de enaltecer o seu conhecimento diante do atual epistemicídio.

De forma articulada a este aspecto, o trabalho de campo na Etnopesquisa, deve ser

guiado por descrições detalhadas e ordenado através da abordagem fenomenológico-hermenêutica e etnográfica, o que permitirá a compreensão do processo de construção da realidade mediante o sujeito, a partir do reconhecimento da sua competência sociocultural de construir e atribuir significados à realidade em que está imerso (Macedo, 2010).

Para Buford Junker o trabalho de campo para um Cientista Social funciona como uma descoberta da dinamização das construções cotidianas das instituições humanas. Por isso, essa etapa deve ser baseada em descobrir onde os atores sociais estão situados - permanecer com eles em uma situação que, sendo por eles aceitável - e perceber tanto a observação íntima de certos panoramas de suas ações, quanto descrevê-las de forma relevante para a Ciência Social (Junker, 1960, p.77 apud Macedo, 2010, p. 83).

Portanto, como postulado anteriormente, o instrumento desse tipo de cientista é a observação e a análise. Dessa forma, nesse contexto, a informação, que também pode ser nomeada como “dados da pesquisa”, deve ser interpretada como um elemento que possui como função o acesso às raízes do conhecimento no campo das Ciências Sociais. Nesse cenário, a observação de campo vai além de uma etapa preparatória das pesquisas estatísticas. Afinal, tudo o que descreve as operações do escritor/expositor pode e deve ser objeto de reflexão e indagação à pesquisa. Como: “Quem era o pesquisador de campo aos olhos das pessoas que ele observou?”, “Quais as preocupações teóricas levantadas na prática?”, “O que aconteceu durante o estudo, tanto para o pesquisador quanto para os outros, no sentido intelectual e pessoal?”. Dessa forma, Buford Junker descreve as premissas do que é o pensamento crítico em Etnopesquisa a partir dessa lógica, porque cada viés escolhido para tais questionamentos irá ditar a essência do trabalho, principalmente para aqueles os quais as visitas de campo são destinadas (Junker, 1960, p.78 apud Macedo, 2010, p. 84).

Nesse contexto, a escolha das técnicas para sustentar esse embasamento metodológico (observação participante, história oral, entrevistas semiestruturadas, escuta sensível, diário de campo e análise documental) foram pautadas em estratégias participativas, que possibilitaram o contato mais sensível com os atores sociais a fim de sistematizar e interpretar informações de forma verossímil, o que é imprescindível para atribuir características mais humanísticas e críticas à Etnopesquisa.

Nesse cenário, o trabalho em campo em Etnopesquisa é pautado na perspectiva etnográfica, pois deve envolver um período de imersão do pesquisador à cultura em foco. Portanto, para essa aproximação recomenda-se a técnica da observação participante (OP). Esse método é caracterizado por uma abordagem que permite ao pesquisador utilizar a observação e vivência do contexto sociocultural escolhido para explicar os fenômenos da atividade humana ali presentes. Nesse sentido, é essencial o envolvimento deliberado do investigador na pesquisa, bem como o da população pesquisada. Ou seja, a OP se diferencia das demais técnicas porque o pesquisador se aproxima dos participantes da pesquisa em seu próprio ambiente e vivencia o seu cotidiano na prática. Dessa maneira, o objetivo da OP é garantir que o pesquisador/observador sinta e experiencie a realidade em questão para assim

produzir uma descrição densa e verídica dos fenômenos sociais. Para que isso ocorra, os participantes são incentivados a preservar seus hábitos, formas de expressão e linguagem mesmo diante da presença do investigador. Dessarte, espera-se que essa metodologia contribua para que o pesquisador consiga compreender profundamente um tema ou situação através dos significados atribuídos pelos indivíduos que o vivem e experimentam. E assim ultrapassar suas crenças e limitações para conseguir transmitir uma perspectiva realista do contexto de investigação a partir do ponto de vista dos participantes (Macedo, 2010).

Nessa linha de pensamento, através da OP a História Oral é introduzida. Trata-se de uma técnica metodológica pautada na coleta de depoimentos do ator social, com o objetivo de compreender vivências nas quais o passado alcança o presente. Em conjunto com a OP, a História Oral possibilita a compreensão da trajetória do indivíduo através do reconhecimento da inteligibilidade das suas relações com o território, através de fenômenos socioculturais, ambientais e políticos. Além disso, soma-se a Entrevista Semiestruturada, que é de grande relevância, afinal, permite ao entrevistador a elaboração de perguntas prévias com o intuito de investigação do cenário que foi previamente observado; porém, também possibilita a flexibilidade do seu roteiro a partir da dinamicidade do momento em questão, sendo possível alterar, retirar ou acrescentar perguntas que sejam pertinentes (Macedo, 2010).

Paralelamente, a teoria da Escuta Sensível proposta por Barbier (2007) se fez indissociável da aplicação da Observação Participante e da História Oral. Afinal, trata-se de uma teoria psicossociológica existencial e multirreferencial, no qual são propostas três dimensões de Escuta: a poético-existencial, a espiritual-filosófica e a científico-clínica. No cenário dessa pesquisa, a perspectiva Científico-Clínica da Escuta Sensível apresenta-se como instrumento metodológico que fundamenta a aplicação da Pesquisa-Ação (Barbier, 2007).

Desse modo, em consonância com os princípios da Etnopesquisa, a Escuta Sensível em sua dimensão Científico-Clínica, funciona como um instrumento para pesquisadores que desejam não só conhecer, mas contribuir para a mudança de uma realidade opressiva. Isso porque, diante da sua ampla compreensão, deve ser interpretada como uma técnica ou competência necessária para relacionar-se de forma efetiva com o ator social. De acordo com Barbier (Barbier, 2007):

Trata-se de um “escutar/ver” que toma de empréstimo muito amplamente a abordagem rogeriana em Ciências Humanas, mas pende para o lado da atitude meditativa no sentido oriental do termo. A escuta sensível apoia-se na empatia. O pesquisador deve saber sentir o universo afetivo, imaginário e cognitivo do outro para “compreender do interior” as atitudes e os comportamentos, o sistema de ideias, de valores, de símbolos e de mitos (ou a “existencialidade interna”, na minha linguagem) (BARBIER, 2007, p.94).

Portanto, a Escuta Sensível é uma prática profunda de absorção de informações no qual exige que o observador/pesquisador esteja despido de qualquer presunção sobre a realidade em foco, a fim de vislumbrar o corpo-território do indivíduo que se dispôs a

mostrá-lo e assim descrevê-lo, não a partir das suas perspectivas sobre o contexto que lhe foi mostrado, mas através dos relatos de quem se vive. Dessa maneira, é através dessa sensibilidade que a Pesquisa-Ação é construída.

Para Macedo (2010), o trabalho em Etnopesquisa compreende que, em níveis humanos, toda pesquisa deve ser “Pesquisa-Ação”, afinal, sempre resultará em um labor construcionista, com intervenções nos diferentes âmbitos da existência humana. Afinal, o conhecimento é gerado na prática participativa que a interação possibilita (Macedo, 2010). Associadamente, Barbier (2007) postulou que a Pesquisa-Ação é uma metodologia que se constitui através da compreensão espontânea da práxis de determinado grupo social por ele próprio, com ou sem especialistas em Ciências Humanas e Sociais e, a partir disso, há o intuito de mudar certa conduta através de uma ação. Portanto, consiste em um recurso que propõe uma ação deliberada de transformação da realidade, paralela à produção de conhecimento, de forma não extrativista ou impositiva. Portanto, quando há um pesquisador/observador inserido nesse cenário, espera-se um envolvimento ativo com o grupo foco, através de atitudes cooperativas e participativas (Barbier, 2007).

Diante do exposto, Barbier (2007) pontua que nessa circunstância o pesquisador deve se portar como um intermediário no processo de criação do conhecimento, agindo através do fomento de um ambiente seguro para que os atores sociais se sintam confortáveis para exprimir suas impressões sobre o fenômeno observado pelo pesquisador, mas que é vivenciado pelos mesmos. Sendo assim, a metodologia da Pesquisa-Ação é uma inovação na maneira de se conceber e fazer pesquisa em Ciências Humanas, afinal, não se trata de uma simples transfiguração metodológica da sociologia clássica. Isso porque ela age na lacuna existente entre teoria e prática e permite que o pesquisador intervenha no decorrer do trabalho de maneira inovadora e útil para a realidade o qual está inserido. Isso quer dizer que a dinâmica da sua aplicação se baseia na organização da investigação acerca do desenrolar de uma ação planejada para intervir em uma das nuances do fenômeno em foco (Barbier, 2007).

Na visão de Barbier (2007), essa metodologia faz parte de um processo de radicalização do processo epistemológico, já que permite aos participantes expressarem as suas percepções sobre a realidade da sua luta ou emancipação. Portanto, esse tipo de pesquisa possui caráter social e político, já que faz parte de um processo de valorização do desenvolvimento do potencial humano. Isso é reforçado através da responsabilização do pesquisador com as questões sociais e políticas que envolvem os atores sociais (Barbier, 2007).

Nesse contexto, durante o trabalho em campo, é sugerido aplicar Diários. Afinal, é uma forma de registrar diferentes perspectivas e conclusões do pesquisador diante de determinado fenômeno na prática, em tempo real. Isso é extremamente relevante, pois tais concepções - outrora interpretadas como conclusões - podem mudar de uma visita de campo à outra. Até porque, tanto a interpretação do pesquisador diante de um evento, quanto o

comportamento do entrevistado, podem mudar, evoluir e/ou regredir em um curto período de tempo. Afinal, para esse tipo de trabalho, a fluidez do contexto é sempre levada em consideração. Isso abre oportunidade para a pesquisa ser atualizada e evoluída constantemente (Macedo, 2010). Em conjunto, a utilização da Análise Documental (fotos, desenhos, histórias, mitos, livros, vídeos, desenhos, etc), pode ser utilizada pelo pesquisador como um contato teórico prévio com o grupo focal. Tal análise deve reforçar e valorizar a importância da história, cultura e conhecimentos dos participantes e nunca ser utilizado como um instrumento que reforça o extrativismo epistêmico (Macedo, 2010; Grosfoguel, 2016).

Diante do exposto, a partir dessa união de metodologias (Etnopesquisa e Pesquisa-Ação), aplicadas através de técnicas (Observação Participante, História Oral, Entrevistas Semiestruturadas, Escuta Sensível, Diário de Campo e Análise Documental) que visam proporcionar a devida inteligibilidade à realidade social em questão, foi possível construir um estudo no qual os atores sociais atuaram ativamente na sua realização e me impulsionar, enquanto pesquisadora/observadora, a uma interpretação mais fiel, humana e menos objetiva da realidade local. Dessa maneira, na sessão a seguir será elucidado como se deu a dinamicidade de tais práticas.

5.2.1 ADAPTABILIDADE E FLUIDEZ: REQUISITOS NECESSÁRIOS PARA APLICAR A ETNOPESQUISA CRÍTICA E A PESQUISA-AÇÃO

Metodologia e método são sistematizações distintas, porém complementares. Nesse trabalho, a metodologia é incorporada como o caminho escolhido para guiar o perfil adotado pela pesquisa e contemplar os objetivos propostos. Portanto, essa particularidade engloba preferências epistemológicas e teóricas, a escolha do tema, os métodos e a postura diante das errâncias, mudanças e transformações que o caminho proporciona. Paralelamente, os métodos são as formas de se caminhar, representam as possibilidades de encruzilhadas a se seguir para que o percurso seja adequado às aspirações da chegada.

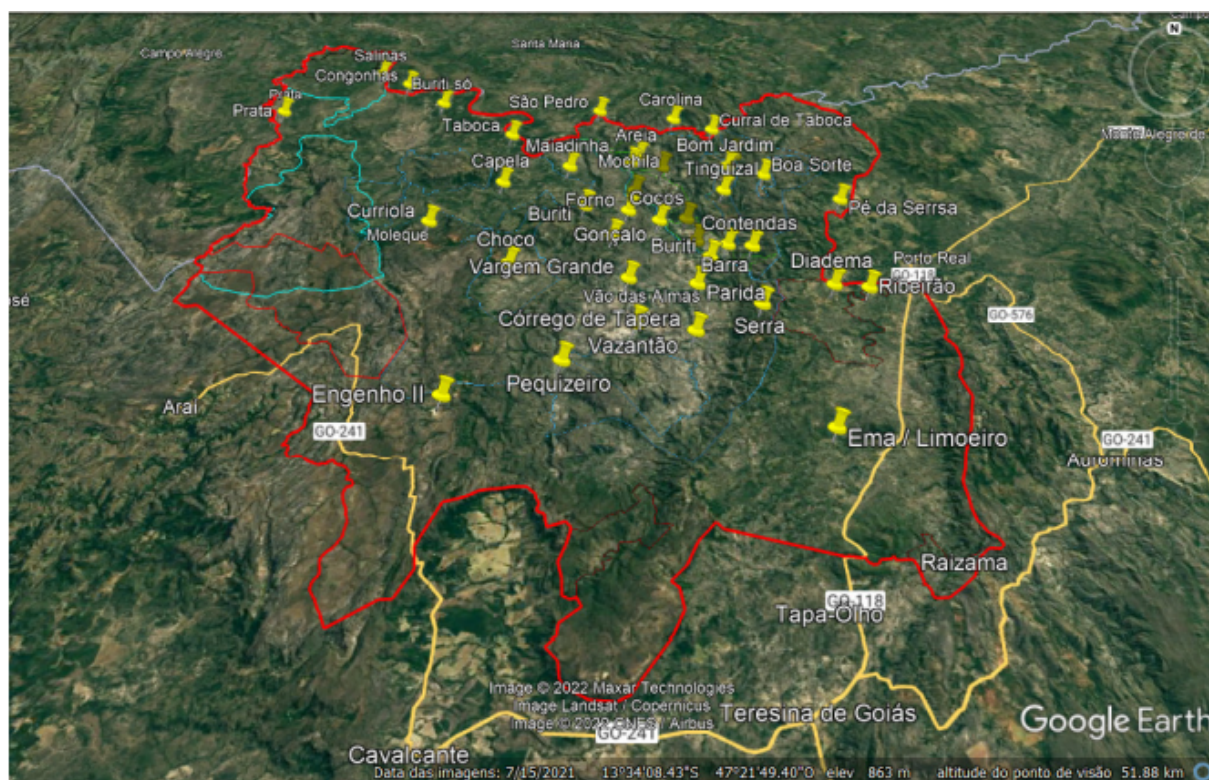
Nesse âmbito, a escolha da Etnopesquisa Crítica como metodologia aconteceu desde o princípio, principalmente no que se refere à estruturação do plano de trabalho e dos princípios idealizados para essa pesquisa. Já a Pesquisa-Ação, surgiu como uma necessidade ao longo da prática em campo e o trabalho foi adaptado para sustentá-la. De acordo com Macedo (2010), ambas apresentam tal flexibilidade, contanto que possuam objetivos condizentes para agregar ao contexto em questão, abre-se a oportunidade para a pesquisa ser atualizada e evoluída constantemente (Macedo, 2010).

Nesse contexto, a primeira etapa de estruturação da pesquisa foi a elaboração do plano de trabalho, no qual continha os intencões da pesquisa na Comunidade Kalunga, a explanação do tema e a proposta de metodologia. O documento foi enviado para análise da Comissão de Projeto e Pesquisa da Associação Quilombo Kalunga (AQK). É importante ressaltar que tal

Comissão é responsável por analisar e avaliar projetos que envolvam o Território Kalunga. Toda intensão de execução de atividades no Território só poderá ser concretizada mediante aprovação da própria Comunidade. O não cumprimento dessa exigência pode resultar em medidas legais e só reforça o extrativismo epistêmico.

Feito isso, a Comissão deu a devolutiva da proposta com considerações pertinentes à sua execução no Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga. Ainda, houve a sugestão da Comunidade Congonhas para execução da pesquisa. Tal conduta foi justificada como um movimento da Comissão em prol da valorização das demais Comunidades do Sítio Histórico, que se localizam em lugares remotos e geralmente não são o foco das instituições de pesquisa e extensão. Assim, a Comunidade Congonhas faz parte de uma das 39 Comunidades catalogadas do Território Quilombola Kalunga, que se estende por três municípios: Teresina de Goiás, Monte Alegre e Cavalcante. Conforme a imagem a seguir, a área do Quilombo Kalunga que está inserida dentro do município de Cavalcante é dividida em três regiões: Vão de Almas, Engenho e Vão do Moleque. A Comunidade Congonhas se localiza na região do Vão do Moleque e está situada a aproximadamente 110km de estrada de chão da cidade de Cavalcante (Silva et al., 2022).

Imagem 2 — Imagem de satélite com a localização das Comunidades do Sítio Histórico e Patrimônio Cultural Kalunga



Fonte: Silva et al. (2022).

Nessa conjuntura, o plano de trabalho foi atualizado e reenviado para aprovação da

Comissão de Projeto e Pesquisa da Associação Quilombo Kalunga (AQK). Assim, somente após o consentimento da Comissão a proposta da pesquisa foi submetido ao Comitê de Ética e Pesquisa da UEG (CAAE: 79794923.3.0000.8113).

De forma articulada, a primeira visita à Comunidade Congonhas foi agendada e guiada pelo Sr.º Carlos Roberto Pereira da Conceição (Presidente da Diretoria da Associação Quilombola Kalunga). Tal momento se estendeu por 5 dias e ocorreu com o intuito de apresentar a proposta do trabalho aos integrantes de Congonhas que o Sr.º Carlos considerou pertinente, a fim de consultar o possível interesse/consentimento da pesquisa ocorrer em seu Território. Independente da aprovação da Comissão de Projeto e Pesquisa da AQK, bem como do Comitê de Ética, de acordo com os princípios da proposta metodológica desta pesquisa, a opinião dos atores sociais sempre foi tratada como regra. Além disso, esse momento permitiu o desenvolvimento do primeiro diagnóstico de campo, o que contribuiu para que eu me organizasse quanto ao planejamento da proposta inicial de quantidade de visitas de campo que seriam necessárias para fazer jus aos objetivos da pesquisa, utilizando-se da dinâmica da metodologia proposta. É importante ressaltar que a descrição e análise dos dados coletados nas etapas do trabalho de campo serão descritos no capítulo de "Resultados e Discussão".

Então, nesse momento inicial, após visitar 7 famílias, 4 concordaram em participar da pesquisa de acordo com os requisitos apresentados, totalizando 7 participantes. A quantidade de participantes se demonstrou reduzida por dois motivos: o primeiro é referente à insegurança dos integrantes de Congonhas quanto à assinatura do TCLE, visto os inúmeros relatos e tentativas de grilagem de terra que assombram Congonhas; o segundo diz respeito à distância entre as casas da Comunidade, o que foi um empecilho em razão do tempo disposto para realização da dissertação e das técnicas propostas, que já demandam uma atenção maior a cada participante, como é o caso da história oral. O intuito da pesquisa sempre foi retratar a visão de determinado fenômeno sob a ótica de quem se vive, por isso, a escolha do despendimento do tempo foi direcionada para proporcionar atenção plena aos participantes e não para tentar transformar essa pesquisa em uma mensuração quantitativa.

Diante do exposto, foi proposto aos participantes 4 visitas - cada uma com 6 dias de duração – as quais seriam personalizadas de acordo com a rotina da família em foco. Durante este período, estive junto às famílias em suas casas, as quais me acolheram com muito zelo. Assim, essa etapa foi estruturada a partir da aplicação de entrevistas semiestruturadas (Anexo A) com apoio das técnicas: recordatório alimentar de 24 horas e questionário de frequência de consumo alimentar, também foi realizado a aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) (Anexo B). Os diálogos ocorreram de forma espontânea ao longo da estadia com as famílias a fim de criar um ambiente descontraído e de confiança. Na ocasião, geralmente era sugerido ajudar em alguma atividade prevista pela família (manejo das roças, busca de água e/ou lavagem das roupas no rio, etc.) e no decorrer deste momento propunha iniciar o diálogo como uma conversa informal. Porém, embora o ambiente das entrevistas

tenha sido estruturado de maneira orgânica, é importante salientar que todos os participantes eram previamente informados sobre o início das perguntas e consequentemente da gravação do diálogo, o que foi previsto diante da apresentação do TCLE.

Nesse contexto, a elaboração da entrevista semiestruturada foi pautada em questionamentos e reflexões que permitissem a melhor compreensão da perspectiva dos atores sociais quanto ao fenômeno a que se buscou observar/investigar: "Como o atual sistema alimentar e sua relação com a sindemia global atingem o acesso ao seu Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA), enquanto integrante de uma Comunidade Tradicional?". Nessa perspectiva, a aplicação da EBIA permitiu avaliar de maneira direta as dimensões da Segurança Alimentar e Nutricional dos atores sociais por meio das suas percepções e experiências com a fome.

Além disso, a fim de elucidar os resultados obtidos pela EBIA, as técnicas de recordatório alimentar de 24 horas e o questionário de frequência de consumo alimentar foram utilizados durante a etapa da entrevista semiestruturada. Ambos são métodos de inquérito alimentar, utilizados na área da Nutrição como artifícios para investigações epidemiológicas com objetivo de coletar informações sobre consumo alimentar e dietético. O questionário de frequência de consumo alimentar e de produção de gêneros alimentícios foi uma adaptação do método "questionário de frequência alimentar" desenvolvido por Burke (1947). Assim, os itens que compõem o questionário foram sistematizados a partir de fontes na literatura científica que houvessem documentado os alimentos tradicionais da Comunidade Kalunga, além de alimentos pertinentes ao tema de investigação da pesquisa. Dessa forma, cada alimento foi relacionado à sua frequência de consumo e forma de aquisição (produção própria ou compra). Portanto, esse questionário de frequência alimentar é do tipo qualitativo e tem como objetivo contribuir para a compreensão das mudanças dos hábitos alimentares da Comunidade Congonhas, a partir da investigação das influências do sistema alimentar e sindemia global, no que diz respeito à agricultura de subsistência e ao fenômeno de compra de alimentos, que outrora não faziam parte do hábito alimentar Kalunga, como os ultraprocessados.

O recordatório alimentar de 24 horas foi utilizado como um reforço ao questionário de frequência de consumo alimentar e de produção de gêneros alimentícios, porque, como já se sabe, a alimentação da Comunidade Kalunga é de subsistência e depende das estações do ano. Então, um alimento que habitualmente faz parte do contexto alimentar Kalunga pode não ser relatado no recordatório de 24 horas, mas estará presente no questionário de frequência alimentar, e vice-versa. Em vista disso, a condução de todas as etapas da entrevista semiestruturada foram da minha responsabilidade enquanto pesquisadora observadora. Ademais, as técnicas metodológicas: observação participante, história oral, escuta sensível, diário de campo e análise documental, fizeram-se presentes neste momento, de forma complementar à aplicação da entrevista semiestruturada e visitas de campo.

Nessa conjuntura, não coincidentemente, todos os relatos dos atores sociais

relacionados aos motivos que contribuem para a descontinuidade dos seus hábitos alimentares tradicionais, continham como uma das causas questões socioeconômicas e ambientais, incluindo a ausência de energia e sistema de saneamento básico. Então, foi nesse âmbito da escuta sensível que a pesquisa-ação se mostrou como necessária para este trabalho. Afinal, como retribuição de todo o conhecimento adquirido até ali, eu pude propor a construção de banheiros secos nos domicílios de todos que me receberam. Essa seria uma solução para uma das dificuldades daquela realidade, que era a ausência de um sistema de saneamento, o que implicava na ausência de banheiro nas casas. As consequências e relações entre saneamento básico e Segurança Alimentar serão explanadas no capítulo de "Vozes do Sertão Goiano: Resultados e Discussão".

Antes de propor a construção dos banheiros secos, tal possibilidade foi consultada previamente com o Sr^o. Carlos, que aprovou a iniciativa e propôs dar considerações pertinentes ao tema para contribuir com a construção da pesquisa. Então, após as 4 visitas terem sido realizadas, foi marcado mais um encontro para apresentar a proposta aos atores sociais. Todas as famílias concordaram com a dinâmica e então foi marcada mais uma visita para construção de 3 banheiros secos. Uma das famílias entrevistadas possui um banheiro em seu terreno, o qual funciona a partir de uma "fossa rudimentar", a qual se configura como um buraco escavado no solo destinado à acumulação dos dejetos sem tratamento ou impermeabilização, podendo gerar riscos de contaminação. Nesse sentido, foi acordado que devido as limitações de orçamento da pesquisa, seriam construídos apenas 3 banheiros. Porém, foi alinhado com a Coordenadora do TECCER, Prof.^a Dr.^a Poliene Soares dos Santos Bicalho, a possibilidade de repasse de algumas diárias provenientes de financiamento CAPES para as visitas de campo, para realização da etnopesquisa/pesquisa-ação, e, indiretamente, viabilizou a construção dos banheiros. Também, por intermédio da Orientadora Prof.^a Dr.^a Josana de Castro Peixoto, esta pesquisa foi fomentada pela FAPEG no valor de R\$1700,00, o que foi essencial para a proposta da pesquisa-ação. Por fim, após as construções, a dissertação foi finalizada e enviada para aprovação do Sr^o. Carlos.

A construção da pesquisa junto aos atores sociais mostrou-se através de suas narrativas, que apontaram os caminhos a serem seguidos. Diante do exposto, é possível compreender a dimensão não-extrativista e decolonial deste trabalho enquanto etnopesquisa e também pesquisa-ação. Afinal, desde a sua construção teórica até à prática em campo, foi reiterado o caráter colaborativo e relacional dos processos investigativos a partir do direcionamento e condução da Comunidade Kalunga Congonhas. Houve, portanto, o rompimento com a lógica ocidental de produção de conhecimento, que ocorre através da objetificação dos sujeitos conferindo-lhes o lugar de "fornecedores" de dados. Aqui, a produção de informações foi um processo que recorreu aos significados e sentidos atribuídos pelos atores sociais às suas próprias experiências. Constituiu-se como um processo no qual, desde o início, a única pretensão foi abrir-se à escuta sensível de narrativas historicamente silenciadas e enaltecer produções epistemológicas não-brancas.

6 VOZES DO SERTÃO GOIANO: RESULTADOS E DISCUSSÃO

A educação não se faz na tarefa de aprender uma ou outra coisa, nem na capacidade de aprender muitas coisas. A educação se faz na capacidade de manter a vivacidade dos seres para vadiarem no mundo, experimentando, circulando e dando o acabamento do que ele é e do que pode vir a ser. A educação como radical da vida e prática de liberdade nos contextos afetados pelo acontecimento colonial tem uma tarefa inadiável: recuperar a dignidade dos que foram violentados e mantê-la acesa para alumiar o tempo e cegar o olho grande do assombro da dominação (Rufino, 2021, p. 25).

A proposta deste capítulo é afirmar que a produção de conhecimento não surge somente nos limites dos muros das universidades, mas se firma através da visibilidade dos territórios. Portanto, aqui, serão apresentadas as narrativas e opiniões daqueles que vivenciam, na prática, o fenômeno para o qual esta pesquisa buscou investigar: "Como o atual sistema alimentar brasileiro ameaça o acesso ao DHANA dos integrantes da Comunidade Kalunga Congonhas?". Desta forma, buscou-se traçar a horizontalidade dos saberes, reforçando a proposta de decolonização do conhecimento e da alimentação através de caminhos metodológicos que permitiram o trabalho junto ao ator social e não sobre ele.

Desse modo, a etnopesquisa crítica e a pesquisa-ação são suficientes, enquanto suportes metodológicos, para a efetivação da proposta de construção de um trabalho decolonial, que se comprometeu com a preservação da ecologia de saberes, bem como para o enfrentamento do extrativismo epistêmico. Nessa perspectiva, em respeito aos atores sociais que me deram o privilégio de escutá-los, a escrita deste capítulo foi uma tentativa de descrever em palavras uma das maiores vivências que eu poderia ter enquanto exercia este papel usualmente dado como "pesquisadora". Porque, para além das formalidades acadêmicas que este trabalho irá me proporcionar, este convívio e contato com a Comunidade Congonhas me qualificou moralmente, de forma a me tornar mais sensível e crítica quanto ao que convencionalmente é aceito e imposto como "educação" ou "conhecimento" por um mundo ainda encoberto pelo assombro colonial. Ainda, é necessário frisar que reconheço que os registros a seguir demonstram apenas um recorte pequeno frente à complexidade da cultura, história e conhecimentos da Comunidade Kalunga.

Portanto, após a coleta de dados - detalhada metodologicamente no capítulo anterior - foi realizada a análise e interpretação do conteúdo coletado na pesquisa de campo. Nesse sentido, os diários - técnica adotada desde a primeira visita de campo - foram instrumentos valiosos para lembrar e analisar a evolução do meu pensar-sentir em todas as etapas do trabalho, o que me permitiu diversas autoanálises diante do processo criativo que uma pesquisa requer, ora dolorido, ora prazeroso.

De forma articulada, este capítulo foi dividido em 3 tópicos para abordar as informações construídas através da observação participante, história oral, entrevistas semiestruturadas, escuta sensível, diário de campo e análise documental e os resultados da pesquisa-ação. Portanto, o tópico "6.1 Análise Estrutural e Comportamental da Comunidade

Kalunga Congonhas", é o primeiro contato com as narrativas Kalunga. Foi apresentado as perspectivas que o Sr.º Carlos Roberto Pereira da Conceição - atual Presidente da Diretoria da Associação Quilombola Kalunga - possui sobre o seu Território, no que diz respeito às questões socioeconômicas do Quilombo Kalunga, havendo a contextualização desse cenário para a Comunidade Congonhas. O diálogo foi conduzido através de entrevista semiestruturada, apoiado em um roteiro de perguntas (APÊNDICE C), mas deu liberdade para o entrevistado explorar temas que considerasse pertinente.

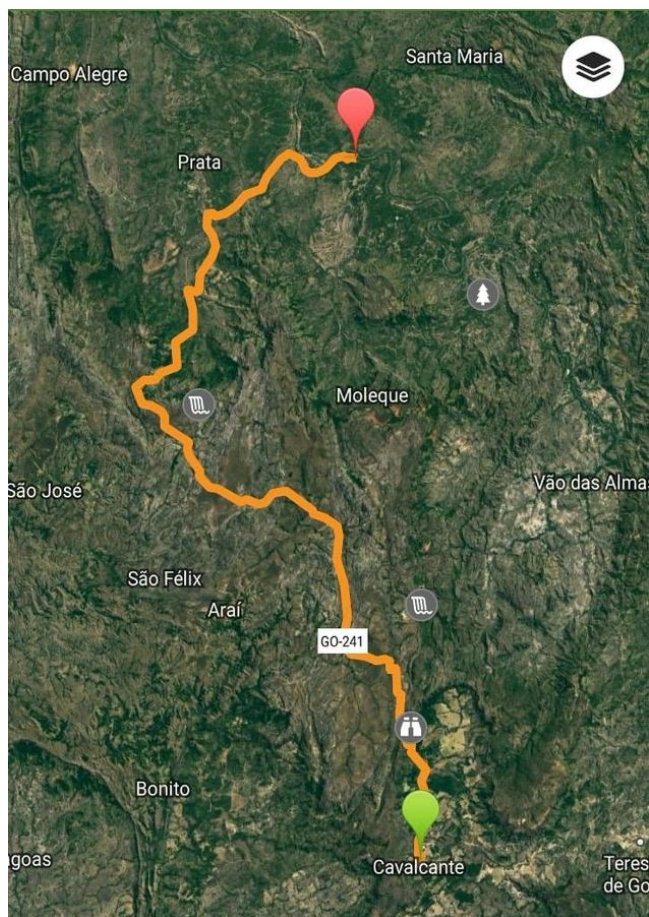
O item "6.1.1 Fartura Alimentar e de Conhecimento: Perspectivas dos Atores Sociais da Comunidade Kalunga Congonhas sobre Segurança Alimentar com Soberania", abrange as concepções e interpretações dos integrantes de Congonhas diante da sua Segurança e Soberania Alimentar. O item "6.1.2 Síndemia Global: Dificuldades Encontradas na Agricultura de Subsistência e o Reflexo na Alimentação dos Atores Sociais da Comunidade Congonhas", acolhe a opinião dos atores sociais frente as principais dificuldades enfrentadas atualmente para manterem seus hábitos alimentares tradicionais, bem como sua agricultura de subsistência. Também, é feita a interpretação da coleta de dados feita através da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA) e da adaptação dos instrumentos: recordatório alimentar e questionário de frequência Alimentar.

O tópico "6.2 Promoção da Saúde na Comunidade Kalunga Congonhas com Ênfase no Saneamento Ambiental e Rural", expõe um dos principais fatores relacionados à Insegurança Alimentar de Congonhas, que é a ausência de energia e saneamento ambiental e rural. Além disso, este contexto introduz a justificativa para o uso da "pesquisa-ação" neste trabalho. Os itens 6.2.1, 6.2.2, 6.2.3, 6.2.4 são um tutorial que orienta a construção de um banheiro seco de baixo custo, bem como a técnica de compostagem utilizada. Por fim, o capítulo Considerações Finais" contém reflexões, análises e conclusões sobre este trabalho.

6.1 ANÁLISE ESTRUTURAL E COMPORTAMENTAL DA COMUNIDADE KALUNGA CONGONHAS

Ao adentrar o Território Kalunga, para acessar a Comunidade Congonhas, é necessário dirigir-se à região do Vão do Moleque por um caminho de relevo irregular e elevada declividade, de aproximadamente 110km de estrada de chão, o qual perpassa pela divisa entre Goiás e Tocantins (Imagem 3).

Imagem 3 — Imagem gerada pelo aplicativo Wikiloc durante visita de campo



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

A seguir, as condições socioeconômicas dos atores sociais estão organizadas no Quadro 1. Congonhas é uma das Comunidades do Território Kalunga com um perfil prioritariamente de idosos e que ainda não possui acesso à rede elétrica e ao saneamento básico. Apenas uma das famílias que participaram da pesquisa possuía a estrutura física de um banheiro convencional, sendo a fossa rudimentar o tipo de tratamento utilizado para os dejetos. Este tipo de fossa funciona através do acúmulo dos dejetos em um buraco escavado no solo, sem haver tratamento ou impermeabilização. Além disso, o acesso à água se dá através da coleta, em baldes e galões, nos rios Prata e Corrente, localizados próximo às residências. Apenas um dos atores sociais afirmou saber ler e escrever. O exercício da agricultura familiar e o trabalho doméstico é necessário a todos, independente do acesso a algum benefício social.

Quadro 1 — Condições Socioeconômicas dos Integrantes da Comunidade Congonhas (continua)

Nome:	Cagaita	Jatobá	Mama-Cadela	Murici	Lobeira	Baru	Mangaba
Sexo:	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino	Masculino	Feminino
Idade:	51 a 60 anos	61 a 70 anos	61 a 70 anos	61 a 70 anos	61 a 70 anos	51 a 60 anos	51 a 60 anos
Escolaridade:	Ensino Fundamental Incompleto	Não estudou	Não estudou	Não estudou	Não estudou	Não estudou	Não estudou
Sabe ler ou escrever:	Sim	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Ocupação:	Agricultora Familiar e Dona de Casa	Aposentado, Agricultor Familiar	Aposentada, Agricultora Familiar e Dona de Casa	Aposentado, Agricultor Familiar	Aposentada, Agricultora Familiar	Agricultor Familiar	Agricultora Familiar e Dona de Casa
Tipo de domicílio:	Adobe	Adobe	Adobe	Adobe	Adobe	Adobe	Adobe
Número de residentes no domicílio:	4	3	3	4	4	Mais de 5	Mais de 5
Número de cômodos no domicílio:	3	Mais de 3	Mais de 3	Mais de 3	Mais de 3	Mais de 3	Mais de 3
Número de cômodos para dormir:	2	2	2	2	2	Mais de 3	Mais de 3
Tipo de abastecimento de água da casa:	Água do rio	Água do rio	Água do rio	Água do rio	Água do rio	Água do rio	Água do rio
Tipo de saneamento do domicílio:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Fossa Rudimentar	Fossa Rudimentar
Número de banheiros do domicílio:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	1	1
A casa possui rede de energia elétrica:	Não	Não	Não	Não	Não	Não	Não
Benefício Social:	Bolsa Família	Aposentadoria	Aposentadoria	Aposentadoria	Aposentadoria	Não	Bolsa Família
Fonte de renda além do benefício social:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Comercialização de gênero alimentício da agricultura familiar:	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui	Não possui
Destino dado ao							

Quadro 1 — Condições Socioeconômicas dos Integrantes da Comunidade Congonhas (conclusão)

lixo:	Queimado, enterrado, alimentação animal	Queimado, enterrado, alimentação animal	Queimado, enterrado, alimentação animal	Queimado, enterrado, alimentação animal	Queimado, enterrado, alimentação animal	Queimado, enterrado, alimentação animal	Queimado, enterrado, alimentação animal
--------------	---	---	---	---	---	---	---

Fonte: A autora (2025).

Nesse contexto, ao abordar os desafios socioeconômicos vivenciados pelos Kalunga, bem como o princípio de sua liderança, Carlos Roberto pontua:

"Eu me torno Liderança pelo Território oficialmente em 2022 e começo a tentar trazer essa luta ativa (acesso à energia e saneamento básico) para que todos os seres tenha a oportunidade de chegar na mesma página. Digamos, todos tem o direito que todo mundo têm, mas eles são negados. [...] Eu sou de um tempo em que nem mangueira tinha acesso ao Território, era uma coisa muito cara. Então a gente andava mais de quilômetro pra encher um bujão de água. A noite era na candeia de lamparina. Hoje você já tem um outro campo no Território onde algumas pessoas que tem energia têm uma máquina de costura elétrica, a pessoa tem a máquina de fazer o caldo da cana, a pessoa já tem a geladeira, o freezer... Então ela consegue vender uma polpa, de buriti, de mangaba... Então, dá pra ver que isso já é uma melhoria, mas não está pra todos ainda não. Ainda temos que trabalhar muito a sensibilidade dos responsáveis pelo cumprimento desses direitos, sabe?!"

Concomitantemente, o líder introduz sobre um dos primeiros contatos do Território Kalunga com energia elétrica e uma tentativa de iniciativa ao saneamento. Ainda, afirma que embora muitas famílias tenham acesso à energia, uma parcela não goza destes direitos:

"Talvez, cerca de vinte, vinte e cinco por cento do Território Kalunga não tenha acesso à energia. Trazendo na memória essas questões da energia, eu lembro muito bem quando em 2002 andaram entregando alguns folhetos sobre o Luz para Todos. Muitos morreram aguardando isso... Mas, dando um salto para 2018, salvo engano, a energia chegou ao Território. Então hoje temos, talvez, oitenta por cento do Território com energia. Em 2003, 2004, alguma instituição do governo andou por algumas partes do Território fazendo banheiros. Só que eles não educaram a Comunidade a usar aquilo ou também não deu por terminar o serviço. Eu lembro que alguns familiares tiveram os banheiros construídos no meio do terreiro da casa. Ou seja, as pessoas fizeram aonde quiseram a construção e não onde a Comunidade queria. Também, esse banheiro não tinha água. Então você tem um banheiro convencional, todo instalado, com vaso, pia, que não tinha caixa d'água... não tinha água! Isso fez com que ninguém utilizasse essas construções."

Nesse cenário, ao ser questionado sobre o fato de algumas Comunidades, como Congonhas, ainda não possuírem esses serviços, Carlos sinaliza:

"O número de votos são poucos. Então o interesse das pessoas são votos, são populações aglomeradas. Se você for em um lugar mais distante, com serras, você vai ver postes que colocaram lá desde 2018 e nunca instalou energia. A casas das pessoas são mais distantes. Então, talvez, e eu arrisco afirmando, que o interesse dos órgãos (governamentais) é o voto. Eles pensam que esses lugares são insignificantes. E também tem os recursos: vão gastar tanto e o que vai ter de retorno? Mas, em termo oficial que a gente sempre solicitou enquanto Associação, nunca tivemos uma resposta clara. Uma vez tentaram embrulhar a gente falando que não tinha

conseguido a licença, depois, que as pessoas não tinham feito a solicitação de energia, depois não sabiam o número de pessoas. Aí, fomos lá, marchamos feito bobo, pegou o nome de todo mundo que tinha requerido energia e ainda não tinha conseguido. Mas aí para e fica na mesma coisa. Nunca temos uma resposta oficial [...]. E a gente vê claramente, que esse é o interesse das corja, tanto município, quanto estado, é sempre deixar aqueles vulneráveis, que estão em quantia pequena, esquecidos."

Contextualizando à realidade de Congonhas, a Comunidade não é tão populosa comparada às demais, por isso, nessa suposta lógica, ela não entraria como uma prioridade para tais ações:

"Por exemplo, se você pegar Congonhas, ela tem um número pequeno de habitantes e as casas são mais afastadas. Se você comparar com outras Comunidades do Território, que também tem casas afastadas umas das outras, mas é um grupo grande de pessoas. Então, a influência política é maior onde se tem mais pessoas. E você vai ver claramente: aqui todas as políticas que deveriam ser políticas públicas, viram políticas de assistencialismo."

Nessa circunstância, pedi para Carlos refletir se essa disparidade afeta o desenvolvimento de Congonhas, no âmbito social, cultural e até mesmo econômico:

"Não posso generalizar a vida de uma família que está lá, mas posso dar um exemplo básico: a região de Congonhas é rica em cajuzinho-do-cerrado... Eles poderiam ter polpa de cajuzinho! Então, se não tem energia, não tem freezer. Se não tem energia, não tem internet, que também poderia pegar o cajuzinho e anunciar a venda. Assim, você só consegue comer o caju ou no máximo fazer o doce do caju, não dá pra fazer o suco, não dá pra fazer a polpa, você não tem energia... Então, acredito que influencia crucialmente nessa questão das oportunidades e comércio local. Por exemplo, lá tem muito peixe. Então poderia desenvolver um meio de fornecer para as pessoas. Porque o que acontece muito são pessoas que não são do Território, invadem, pescam muito, desperdiça e vende."

Nesse momento, ao relacionar tal contexto à saúde e a manifestação dos hábitos alimentares tradicionais na Comunidade Congonhas, Carlos afirmou:

"Eu vou fazer um recorte de dez anos atrás: eu cheguei a conhecer na roça do meu pai sete variedades de arroz, cinco tipos de milho diferentes e oito tipos ou mais de feijão. E hoje, enquanto Liderança, eu percorro muitos territórios, muitas famílias, roças e aí você vê uma padronização de sementes. Sumiu muita coisa... Da mesma forma que as sementes foi sumindo e perdendo, a cana também. Meu pai produzia pinga e rapadura, então eu conheci três tipos de cana no nosso canavial: era a cento e vinte, a cana europa e a doidona. Hoje eu percorro o território e não vejo a cento e vinte mais, que é a cana que a gente herdou dos canavial de açúcar do processo de escravidão, que é a mais antiga que nós temos e que dava o ano todo. O povo começou a ir muito nessas desenvolvidas da Embrapa e tal, que é cana que se você não moeu ela pra fazer pinga ou rapadura, ela seca e perde. Você anda no Território e você não tem mais o mesmo número do povo que fazia rapadura e fazia pinga."

Ao ter introduzido esta perspectiva, indago sobre as atuais mudanças climáticas e se ele julga que estas influenciam ou não na plenitude da saúde e da manifestação dos hábitos alimentares tradicionais:

"Então, aí entra essa questão das roça. Antes o povo produzia, comia e tudo mais... Entendo eu que o tempo mudou, a chuva chove no lugar errado, no tempo errado, não é mais nas datas que tinha antes. Mas, com essa mudança de tudo, também teve um processo importante que aconteceu, que foi a política de esvaziamento do campo. Então surgiu um período que todos os jovens ali tiveram que sair do campo. Então as mães mandavam os filhos pra cidade pra estudar. Significa que isso também tem um peso. Então, ficou só os mais velho, que não tem a mesma força de ir pra roça produzir e o jovem não quer mais fazer isso. Se você for ver um filtro ali de Congonhas, tem um perfil mais assim: mais mulheres e pessoas mais velhas, que não tem a mesma força que tinham dez, quinze anos atrás pra fazer a roça deles. E outra coisa é que a política não chega pra todos: tem maquinário na prefeitura pra ajudar a fazer a roça, mas não chega de fato a todos, sendo que essas máquina vai ficar em família mais aglomerada, família maior, mas não chega na "dona Maria", na "dona Ana", que tá só ela e o marido. Então acaba implicando muito nisso e o povo vai ter que comprar na cidade pra não morrer de fome. Então vai comprar o arroz, vai comprar a farinha... Às vezes a pessoa até tem a mandioca, mas não tem força pra ralar a massa, então a mandioca dele vai perder lá na roça e vai ter que comprar farinha do vizinho ou da cidade. Mas se você tivesse uma energia elétrica, você comprava uma roda elétrica, que aí você só arrancava, descascava e relava a farinha."

A menção sobre a "política de esvaziamento do campo", não se refere a um termo oficial ou a uma política pública criada intencionalmente para este fim. Porém, camponeses e integrantes de Comunidades Tradicionais irão detalhar a intensidade deste movimento como de fato uma "Política", porque tal fenômeno é cruelmente real para estas populações, já que foram e ainda são diretamente afetados pelo êxodo rural, no âmbito social, cultural e econômico. Dessa forma, podemos refletir que tal perspectiva é uma consequência ecoante da Revolução Verde que esbarra nos moldes do atual sistema alimentar.

Nessa conjunção, Carlos traçou um paralelo sobre alguns pesquisadores serem incisivos e até mesmo prepotentes ao afirmarem que a Comunidade Kalunga deveria permanecer estática - no que diz respeito ao acesso a energia, internet, saneamento básico, etc. - para continuar preservando sua identidade enquanto comunidade tradicional. Portanto, como a educação dos jovens acometeu o diálogo, indaguei sobre a sua perspectiva com relação a este público evadir o Território para estudar:

"Na verdade, o sair e o retornar para o Território, ele é muito importante. Mas ao mesmo tempo é muito perigoso. Eu chamo hoje em dia que o Território tem três perfil: os do 55 ao 90 anos, que nunca saíram do Território, esses realmente viveram a vida inteira e vai morrer por lá. Os dos 30 aos 55, que é uma geração que saiu muito pra garimpar ou pra trabalhar em lavoura, e quando volta quer fazer o mesmo que o patrão dele fazia e isso é muito perigoso, porque o cara quer plantar monocultura, quer usar veneno e isso aumenta uma destruição natural. Então, o Território perde a identidade de ser coletivo e começa a ter muita briga, conflito por conta de uma parcela de terra. E aí você também tem uma geração que ainda tá muito perdida, que vai ali dos 15 aos 30. A gente (Associação Kalunga) tá tentando aproximar alguns jovens, mas você vê que muito ali tão perdido, acha que tá tudo errado, que a roça é um atraso de vida... Sendo que você pode sair lá fora, aprender muita coisa. Eu por exemplo falo de alguns companheiros que foram, estudaram, continuam estudando, mas que tá dentro do seu Território, fortalecendo com a luta, conscientizando o povo. Eu também faço esse retiro de ir, voltar e contribuir. E alguns vão mas de fato não aprendeu o que ele deveria ter aprendido, que vem pra

realmente dividir cada vez mais o Território, criar mais problemas. Então, penso que é interessante cada um ir no caminho que quer, mas que ele possa retomar com a consciência de não esquecer de onde ele foi."

Desta maneira, é neste cenário que o colonialismo pode ser ilustrado, visto o reflexo na desvalorização da ancestralidade enquanto conhecimento e modo de vida, bem como na replicação de conflitos ocidentais de poder, como o anseio de reproduzir a monocultura, demarcar terras e utilizar agrotóxicos. Nesse sentido, Carlos sugere que a educação funcione como uma ferramenta de libertação, e não o contrário:

"É importante ter um curso técnico, uma faculdade e tudo mais, mas que isso seja aqui por perto pra que esse povo não perca o vínculo todo. Pro cê ver, os jovem que foram pra Brasília e fizeram os cursos de alternância, eles são jovens que hoje são adultos dentro do seu Território. Os jovens nossos que foram por exemplo pra Jataí, eles não voltaram mais. Voltou à passeio, mas foram construir qualquer outra coisa fora. Por quê? Porque é longe, cê perde, cê passa quatro anos sem contato praticamente, cê perde o vínculo. Eu particularmente prefiro tá no mato, mas se você for pra cidade e cê tiver recurso ou privilégio de alguém tá te bancando ali naquele espaço, é muito melhor. Tem remédio, pra quem gosta, em cada esquina. Cê tem um hospital que você vai chegar lá e com 30 minutos cê vai ser atendido. Transporte, internet, pessoas... Então, percebe que a cidade vai oferecer muitas coisas que não tem no campo?! Então, quem vive isso, não quer voltar pra pegar aquele solzão ardente e ter que pegar a água dele, se doer a cabeça vai ter que caçar um jeito de beber uma lasca de um pau, uma folha, vai ter que tomar banho no rio... Tipo assim, a pessoa que viveu a escassez de tudo, que vai, tem esse outro ponto, ele dificilmente volta pra fortalecer o Território. Agora, aquele que não abandonou, tem a ponte, todo feriado tá lá com seus velho, ele não abandona. Então ele vai ver a melhoria e trazer pro Território dele. Ele vai ver lá fora a galera desmatando tudo pra fazer mineração, e vai pensar: "eu não posso deixar isso acontecer com o meu Território!"

Desta forma, ao contrário das linhas que defendem a estaticidade de Comunidades Tradicionais, para que as fragilidades do Território diminuam e a evasão dos jovens seja menos recorrente, é necessário que ele se fortaleça através do acesso à serviços que são triviais ao meio urbano, como é o caso da energia e o saneamento básico. Não haverá a anulação das particularidades Kalunga caso este processo seja conduzido por suas lideranças através de um processo decolonial. Afinal, diante da última reflexão, é possível perceber a conscientização da liderança Kalunga quanto à influência do colonialismo quando esse jovem tem acesso ao meio urbano, principalmente no que diz respeito ao pensamento biomédico e hospitalocêntrico.

Nessa situação, Carlos pontua que cursos com alternância são uma ferramenta importante para esse processo:

"A alternância de um curso para quilombolas é quando cê tem um período de aula lá na faculdade mas que também cê tem o período de fazer trabalho vinculado ao seu Território. Os estudantes passam um tempo estudando integralmente e depois eles retomam e continuam estudando, mas fazendo pesquisa no seu próprio Território. Então ali, vai sensibilizar. Por exemplo, eu sou um filho que na minha casa nunca faltou nada, então pra mim, tá tudo maravilhoso. Com o meu trabalho de pesquisa,

que eu tenho que viver a Comunidade, eu vou chegar numa casa com uma pessoa da mesma idade que eu, mas que pra ele falta tudo... Isso também me torna humano."

Na oportunidade, questiono Carlos sobre o que ele entende por ancestralidade:

"O que eu tenho pra mim como ancestralidade: o maior princípio é quando esse conhecimento chega até mim e agora eu tenho a responsabilidade de que chegue no outro, independente se ele esteja vinculado a mim. Eu costumo dar um exemplo sobre o que é ancestralidade Kalunga, que é a possibilidade da amiga da neta da minha filha possa pegar uma mangaba do pé. Pegar um pequi lá do chão, comer um baru. De repente, tomar um banho de cachoeira... Por que eu tô falando de amiga da neta da minha filha? Minha filha tem 7 anos, eu nem sei se ela quer ter filha, não sei nem se ela vai ter amiga, não sei nem se ela vai viver até lá... Mas é essa perspectiva que é a ancestralidade verdadeira. Ela cuidou sem saber que eu existiria. Só que eu existi. Então, quem começou lutando pelo Território nem sabia que eu iria vir né? E eu tô aqui. Então, o meu trabalho é cuidar para que outros, independente que tenham vínculo comigo ou não, possa existir. [...] Se você é ancestral, você tá agradecendo àquilo que você nem conheceu. Mas, se eu sou privilegiado, de quem nem sabia que eu existia me faz com que eu esteja aqui com todos esses privilégios, por que não trabalhar pelo privilégio de outro que não seja vinculado ao meu sangue? Mas também de todos os outros que virão? [...] Eu não posso esquecer de onde eu venho. Porque quando você esquece de onde você vem, ou ignora isso, você perde toda a essência dos outros... Você não pensa mais nos outros, você vai pensar só nocê, porque você virou essa máquina."

Neste contexto, como possibilidade de resistência e autonomia diante da ausência de energia e saneamento básico em Congonhas, este trabalho possui como um dos objetivos a perpetuação dos princípios da compostagem. Dessa forma, o indaguei sobre o seu contato com essa técnica:

"No Território já se faz compostagem, só que não "organizada". Você acaba pegando casca de ovo, resto de comida e acaba jogando num certo lugarzinho no terreiro e aí você vai ter um pé de cajuzinho que vai dar mais do que o outro... Na verdade, a natureza já se regenera, se transforma. Mas na verdade, o meu contato com compostagem e com a agroecologia foi a seguinte: em 2011 eu fiz um curso de formação agroecológica e aí tinha compostagem e a tal da agroecologia e agrofloresta. A gente começou a plantar aquelas misturas e eu pensei comigo mesmo: "Mas isso aqui a gente já faz lá em casa! Você vai produzir a roça, plantava dentro do canavial melancia, quiabo, tudo... Então é isso que é agroecologia? A gente já faz então!". Na verdade, os nome confundem a gente. Eu já tive contato também com permacultura, que é um nome bonito, mas o Território já faz isso."

Simultaneamente, traçamos uma reflexão sobre o quanto as nuances do colonialismo através do epistemicídio e extrativismo epistêmico, podem ser observadas no meio acadêmico e até mesmo no mercado atual, ao se apropriarem de conhecimentos ancestrais e vendê-los com outro nome. Causando então, distância do saber para quem justamente o construiu: "E aí você vai vender para aqueles que já faziam o tempo todo. Muitas pessoas pegam para fazer adobe e dar os cursos e às vezes as pessoas que sempre fazia adobe, paga o curso com outra pessoa que apropriou disso."

Nessa perspectiva, uma das metodologias que sustentam este trabalho é a etnopesquisa. Portanto, a intensão não é anular o protagonismo Kalunga, mas sim exaltá-lo.

Dessa maneira, dada a importância da Comissão de Projeto e Pesquisa da Associação Quilombo Kalunga (AQK), questiono sobre como devem ser as pesquisas que adentram o Território:

"Para mim, toda pesquisa que entra hoje no Território deve ter: primeiro, o zelo de perguntar o que a gente quer e não falar do que a gente precisa. Depois disso, é ter uma devolutiva, seja lá uma reunião, apresentar a pesquisa para Comunidade. E exigimos o respeito que é de toda pesquisa passar por nosso Comitê. Não é a Universidade que vai dizer se você pode ou não entrar no Território. É o Território que vai dizer se quer ou não a sua pesquisa."

Nesse âmbito, relatei sobre a minha experiência em ser carinhosamente recebida por Congonhas. Porém, mesmo estando em contato com o Território há anos, percebi que os participantes são restritos quanto a divulgação da sua imagem e nomes. No entanto, é contraditório perceber o quanto é comum encontrarmos diversos trabalhos expondo estes dois pontos. Carlos concordou e finalizou com o seguinte relato:

"Uma coisa que mexeu muito comigo foi que meu avô morreu em 2017 e ele morreu sem saber que ele tava num livro. E no livro tem uma foto dele comendo um pedacinho de rapadura e com o nome dele, que tá escrito errado. E ele não sabia que ele tava ali, porque eu tenho certeza que se ele sabe, ele tinha pedido pra corrigir o nome dele!"

Esse contexto também reflete o colonialismo ao considerar desrespeitosamente integrantes de uma Comunidade Tradicional como meros objetos de pesquisa. Assim, sob tal perspectiva, Carlos me sugere utilizar nomes de frutos do Cerrado para me referir aos participantes durante a escrita. Afinal, seria uma forma de respeitá-los com representatividade da sua realidade.

Desta maneira, esta seção enriquece o trabalho através da exposição das concepções de um Líder Kalunga sobre o seu próprio Território, seu povo e fenômenos que assolam sua Comunidade, como: o colonialismo, o extrativismo epistêmico, a sindemia global, o atual sistema alimentar e as dificuldades para o fortalecimento dos hábitos alimentares tradicionais da Comunidade Kalunga. A seguir, serão apresentadas as perspectivas dos integrantes de Congonhas sobre este contexto.

6.1.1 FARTURA ALIMENTAR E DE CONHECIMENTO: PERSPECTIVAS DOS ATORES SOCIAIS DA COMUNIDADE KALUNGA CONGONHAS SOBRE SEGURANÇA ALIMENTAR COM SOBERANIA

Nesta etapa, serão apresentadas as perspectivas levantadas pelos atores sociais durante a entrevista semiestruturada (APÊNDICE A). É necessário salientar que o roteiro presente no apêndice mencionado funcionou como um instrumento orientador. Afinal, a intenção não era criar um formato rígido, mas sim um diálogo fluido e aberto à espontaneidade dos atores

sociais. Cada entrevista foi feita de forma individualizada, porém, será possível observar a compatibilidade de alguns conceitos e opiniões entre os atores sociais. Desta maneira, a escrita apresentará estas narrativas de forma relacionada.

Nessa perspectiva, no início dos diálogos foi possível observar a complexidade dos entendimentos sobre o conceito de "saúde". Visto que relacionaram tal conceito ao seu aspecto mais amplo, envolvendo não só a dimensão física, mas também a mental e a social. Além disso, o "ter saúde" foi vinculado à preservação da natureza. De acordo com Murici:

“Ter saúde pra mim é eu tá me sentindo bem, não tá sentindo dor, não tá sentindo nada pra me aborrecer. Pra mim isso é saúde: tá feliz! [...] Eu acho o seguinte: que (ter saúde) é eu permanecê me alimentando bem, tomando os remédio bem (naturais). [...] Desde eu novo, eu preservo e sou preocupado em preservar a natureza e até hoje eu me contrareio de eu vê uma pessoa desaforar a natureza, cortar as árvore pra por dinheiro no bolso. Nenhum real no meu bolso nunca entrô e nem nunca entra. Eu preservo a natureza!”

De maneira articulada, visto que a alimentação foi indicada como um dos pilares para a plenitude da saúde, os atores sociais foram questionados sobre o que seria "alimentação saudável". A seguir, a concepção de Baru sobre este contexto:

“Alimentação saudável pra mim é a cumida memo. Cumida que a gente planta aqui memo, tudo o que a gente faz. [...] É plantá a mandioca, o arroiz, o mi, fava. Isso é o saudável que a gente num vive sem. [...] A farinha, o beiju, o arroiz, a fava, é importante pra história da gente porque a gente come e se sente alimentado”

De forma unânime, tal definição esteve relacionada à comida produzida na Comunidade, que não possui adição de agrotóxicos, sequer conservantes. Ainda, é possível observar a vivacidade do conceito de Soberania Alimentar em suas falas, visto que está relacionado a alimentação, a cultura e a história do povo Kalunga. De acordo com Mama-Cadela:

“Comida saudável pra mim é aquela que num é intoxicada de nada. É um arroiz da roça, um feijão, é uma abóbora, uma mandioca, um quiabo e um jiló da roça. Tudo isso pra mim é saudável. [...] Eu falo a verdade procê, que eu acho que pra nois aqui, no lugar onde nois é, a nossa alimentação é boa demais! Pela dificuldade que nois temos aqui, nois alimenta muito bem!”

Concomitantemente, Cagaita reafirmou a sua preferência pela comida com produção própria e levantou a seguinte problemática:

“Alimentação saudável pra mim é a comida natural pra nois aqui. Não tem nada de coisa misturada. Saudável é a comida que a gente come que se sente bem com ela. [...] Se eu pudesse comer só a comida daqui eu me sinto bem, porque a comida daqui é saudável, não tem nada de mistura (conservantes e agrotóxicos), é a cumida natural. Mas aí quando a gente não tem condição de comer só a daqui, tem que ir lá e comprar a da cidade e lá já não é igual a daqui.”

Foi possível observar que há preferência pela alimentação proveniente das suas

plantações. Tanto que, ao serem indagados quais alimentos representam a cultura alimentar Kalunga, as seguintes respostas foram absorvidas: Cagaita: "arroz, feijão e farinha"; Jatobá: "arroz, feijão, fava e mandioca doce"; Mama-Cadela: "arroz, feijão e mandioca"; Murici: "farinha e arroz"; Lobeira: "arroz, fava e farinha"; Baru: "mandioca, arroz, milho, fava"; Mangaba: "arroz, mandioca e feijão".

No entanto, o fenômeno relacionado à presença de alimentos ultraprocessados, processados e minimamente processados na Comunidade está relacionado a necessidades que surgem diante de fatores que os atores sociais não controlam, como: a falta de determinado gênero alimentício proveniente da falta de êxito no plantio devido as mudanças climáticas e/ou as limitações para manter a durabilidade dos alimentos em razão à falta de energia, o que influencia diretamente nos métodos de conservação. De forma ilustrativa a este contexto, Baru mencionou:

"A gente compra alimento de fora também, porque o que nois produz aqui num é todo ano que tem. Então quando falha a gente compra. Mas quando eu tenho, eu prefiro cumer o que eu planto. Eu compro no supermercado porque tem que cumer."

Paralelamente, Cagaita reforçou que a busca dos alimentos processados não se trata de uma escolha, mas sim de uma condição:

"Às vezes tem hora que num dá pra comer só o que a gente planta. [...] Eu acho difícil porque a condição da gente não é lá essas coisa e a gente tem que se esforçar muito pra comprar o que pode. Se desse pra plantar tudo, comia tudo daqui. E se muitos que plantasse tivesse com sobra, a gente também compraria daqui (da comunidade). Às vezes, a gente troca e compra algumas coisa daqui dentro mesmo, mas tem hora que é todo mundo que tem que comprar da cidade pra conseguir comer. [...] Quando eu era criança tinha mais abundância por aqui, tinha mais chuva. Antigamente (quando era criança), a única coisa que a gente comprava mais aqui era feijão, que dava mais em outra região (do próprio quilombo) e aí a gente trocava lá por alguma coisa que tinha mais aqui e não tinha lá. [...] Aqui tem hora que chove bastante e no outro ano nada. Tem hora que a gente planta roça e não ganha, seca tudo no meio da roça. [...] A vida antigamente era mais fácil, por causa que tudo que a gente plantava vinha, entendeu? Inclusive, a mandioca mesmo, a gente planta e no final a gente tira resultado pouco. Porque, se plantar mais afastado da casa, os bicho come, o peba (tipo de tatu) come, catitu (porco do mato) come tudo... Agora mesmo, a gente plantou aquela mandioca ali e era já pra tá fazendo farinha e o catitu comeu tudinho... Aquele lugar que a gente passou ali, tinha mandioca de ponta a ponta, agora tá tudo no chão. Então a comida diminuiu por causa das chuva que é pouca e dos bicho que tá tudo pra cá."

Nessa perspectiva, Lobeira pontuou:

"Por acaso, se eu tivesse aqui (comida), eu preferia a daqui né? A gente come o de fora porque tem que comer né? Como é que faz? Depois de num produzi aqui, aí o jeito é enfrentá o mercado pra ir lá compra, porque senão num come. Mas o mió é o daqui mesmo. [...] Esse ano mesmo, plantei e perdi tudo as planta que plantei: o milho, arroz, mandioca... perdeu tudo! Então você corre no mercado né? [...] Isso que nois estamos em conversa, o pessoal aqui da área Kalunga, menino... Hoje a gente vê que o povo tá adoecendo por isso (consumo de conservantes e agrotóxicos)."

Assim, foi possível observar a sensibilidade que estes indivíduos possuem diante da exposição à agrotóxicos e alimentos processados (independentemente do nível de processamento), visto que é relativamente recente e abrupto a dimensão que esta exposição tomou. Nesse contexto, Mangaba citou:

“Eu prefiro cumê cumida daqui. [...] Os alimento daqui dura mais, os de lá (supermercado) não dura não. Dura menos. Tem muita coisa neles, a gente come muito veneno e fica fraco. Os de cá não, aqui a gente come e não sente nada! O arroz daqui, a vitamina dele é forte, a gente come ele e se sente mais forte. A comida de lá de fora é a mema coisa de só beber água. Num tem sustento. Se a gente come a cumida de fora é só pra encher a barriga, num é pra se sentir forte. A cumida que a gente planta aqui é mió!”

Nesse sentido, de forma unânime, os atores sociais demonstraram plena aversão e consciência dos malefícios acerca do uso de qualquer tipo de agrotóxico, tanto para saúde, quanto para a biodiversidade. Ainda que o manejo da roça de toco seja extenuante, visto a total dependência do trabalho manual - como descrito no item 4.1 do Capítulo 4 - os atores sociais se mantêm firmes nos seus ideais, o que é louvável, visto o cenário causado pela pandemia global. Nessa perspectiva, Mama-Cadela expôs:

“A roça, nois planta, só que não é muita coisa. Até memo porque, nois não tem uma força pra ajudá. Porque aqui tudo é na foice, no machado, na inchada. [...] Nois deveria ter aqui dentro (comunidade) ao menos um trator pra ajudar. [...] Esse espaço aqui, com a seca que teve, acabou! E aí todo ano, nois roça, planta e não dá. A roça de toco cê não pode fazer ela muito grande até memo pela idade que nois já tá. Todo ano nois planta, tá ela aí, mas num é aquela coisa de vendê, dá só pro consumo mesmo, né? Nois compra coisa do mercado sim, o óleo, feijão, as veis até o arroz é de lá. O resto tudo é do mercado, que é café, açúcar... essas coisa né? Mas nois tenta produzir aqui! Só porque não tem a força pra fazer do jeito que a gente qué, como é que faz?!”

Tal panorama vai de encontro com a contextualização feita por Carlos, onde mencionou sobre o êxodo rural ecoante em Congonhas e, portanto, o perfil desta Comunidade é formado preponderantemente por idosos, que diariamente enfrentam dificuldades para manter a agricultura de subsistência.

No entanto, ainda que as dificuldades ditem o dia-a-dia dos atores sociais, a fartura alimentar, sobretudo a de conhecimento, se fazem presentes em Congonhas. Mesmo que pareça contraditório, visto o conteúdo das narrativas apresentadas, em todas as ocasiões que estive em Congonhas, pude observar que a alimentação sempre foi farta, mesmo que a variedade fosse limitada. Ainda, a concepção de "comida de verdade" é tão viva nesta realidade, que cada refeição que tive a oportunidade de compartilhar com os atores sociais me trouxe um entendimento sobre Soberania Alimentar, que nenhum livro conseguiria me transmitir. Portanto, é neste cenário que as tênues linhas da fome são tecidas. A fome ou a segurança alimentar não devem ser limitadas à ausência de comida ou ao acesso dela, respectivamente. Assim, para que a complexidade deste diálogo seja validada, é

imprescindível que a qualidade do alimento e suas formas de produção também sejam consideradas.

6.1.2 SINDEMIA GLOBAL: DIFICULDADES ENCONTRADAS NA AGRICULTURA DE SUBSISTÊNCIA E O REFLEXO NA ALIMENTAÇÃO DOS ATORES SOCIAIS DA COMUNIDADE CONGONHAS

Nesta etapa, serão apresentadas as percepções dos atores sociais quanto os reflexos causados pela sindemia global na sua realidade, bem como a interpretação dos resultados obtidos pela aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA), que tem por objetivo avaliar as dimensões da segurança alimentar e nutricional nos domicílios através da percepção e experiência dos atores sociais com a fome. Dessa forma, a situação da segurança alimentar foi calculada para o domicílio e não singularmente para cada morador (Brasil, 2014; Brasil, 2023).

Assim, durante as visitas de campo, foi possível visitar as roças de toco dos atores sociais e realizar um levantamento sobre as particularidades dos gêneros alimentícios cultivados. Desta maneira, o quadro a seguir ilustra em síntese esses alimentos, com sua época de plantio e o tempo necessário para cultivo. Foi constatado que as roças possuem um padrão de cultivo pertinente em todos os domicílios.

Quadro 2 — Gêneros alimentícios cultivados nas roças de toco dos atores sociais

GÊNERO ALIMENTÍCIO	PLANTIO	TEMPO DE CULTIVO
Arroz	Entre novembro e dezembro	4 a 5 meses
Fava	Entre novembro e dezembro	4 a 5 meses
Mandioca	Entre novembro e dezembro	1 ano
Batata-doce	Entre novembro e janeiro	4 a 5 meses
Maxixe	Durante o ano todo	1 mês
Milho	Entre novembro e janeiro	3 a 4 meses
Abóbora	Durante o ano todo	3 a 4 meses
Jiló	Durante o ano todo	3 a 4 meses
Quiabo	Durante o ano todo	3 a 4 meses
Melancia	Durante o ano todo	3 a 4 meses
Cana de açúcar	Entre novembro e dezembro	1 ano
Fumo de corda	Entre novembro e janeiro	3 a 4 meses

Fonte: A autora (2025).

A época de plantio da maioria dos gêneros alimentícios nas roças de toco é entre

novembro e dezembro. Este período foi mencionado por todos como "época das águas", indicativo do período chuvoso na região, que se estende de outubro a maio. Porém, em algumas regiões, a seca pode persistir até outubro ou novembro. Isso demonstra que a Comunidade é totalmente dependente das chuvas para a perpetuação da sua agricultura, visto que, devido à falta de energia, não possuem sistemas de irrigação ou qualquer outro recurso compatível para que o plantio se estenda por mais tempo. Logo, as variações climáticas ditam como será o perfil alimentar da Comunidade no ano seguinte ao plantio, influenciando diretamente tanto na Segurança, quanto na Soberania Alimentar. Além disso, pode-se observar que o maxixe, a abóbora, o jiló, o quiabo e a melancia têm seu período de plantio estendido ao longo do ano. Isso acontece porque há a possibilidade de plantá-las à beira do rio e não somente nas roças, já que se adaptam neste local.

Outra reflexão pertinente é o fato de que a variedade alimentar da Comunidade muda ao longo do ano, principalmente no que diz respeito ao acesso à vegetais e frutas que cultivam (maxixe, abóbora, jiló, quiabo, melancia). Entre os meses de maio e setembro, a escassez destes gêneros alimentícios pode ocorrer pela falta de água, considerando que é um período de seca e o plantio não possuirá êxito. Ainda que exista a possibilidade de plantar à beira do rio, o sucesso do cultivo não é garantido, visto a gama de variedades climáticas e ambientais que podem ocorrer, incluindo o consumo destes alimentos por animais da fauna, como: capivara, guaxinim, catitu, tatu-peba, macacos. A cana-de-açúcar ainda é produzida em algumas roças e utilizada para consumo, seja em pedaços ou extraindo o caldo. Outrora, costumava ser utilizada para produção do próprio açúcar e cachaça. Porém, como mencionado anteriormente na entrevista com Carlos, este hábito vem se diluindo em Congonhas por fatores relacionados às mudanças climáticas, perfil demográfico e socioeconômico. Por fim, o fumo de corda é um tipo de tabaco, tradicional à cultura Kalunga, comumente utilizado para a confecção de cigarros de palha.

Ademais, os atores sociais mencionaram que alguns gêneros alimentícios, outrora tradicionais no manejo das roças, não são cultivados atualmente. São eles: algodão, feijão, açafrão, batata-doce, inhame e café. A justificativa pontuada para o café, feijão, inhame e açafrão se refere ao fato de "terra não servir mais para o cultivo" e que "o tempo mudou muito", com a intenção de indicar que estas plantações não desenvolvem mais como antes, embora o manejo não tenha mudado. O plantio da batata-doce é eficaz, porém, frequentemente o catitu (porco-do-mato) e o tatu-peba invadem as roças e se alimentam de toda a produção. Já o algodão, não é mais plantado devido a subutilização. Baru justificou:

“No tempo velho, minha mãe plantava algodão, colhia, fiava, fazia a rede e todo o resto. Num tinha essas roupaíada que hoje nois compra pronto. Então, acabou isso tudo. Antigamente fazia rede, roupa, calça, camisa.”

De forma articulada, o quadro a seguir relaciona a frequência de consumo alimentar dos atores sociais e a forma utilizada para aquisição de determinado gênero alimentício. Foi

possível observar um padrão alimentar entre os atores sociais, mesmo que habitassem domicílios distintos.

Quadro 3 — Frequência de consumo alimentar e forma de aquisição dos gêneros alimentícios consumidos pelos atores sociais (continua)

GÊNERO ALIMENTÍCIO	FREQUÊNCIA DE CONSUMO	AQUISIÇÃO	
		COMPRADO	PRODUÇÃO PRÓPRIA
Café	Diariamente	x	
Arroz	Diariamente	x	x
Macarrão	Regularmente	x	
Mandioca	Durante a época da colheita e enquanto durar o estoque		x
Farinha de mandioca	Diariamente		x
Polvilho	Semanalmente		x
Milho	Durante a época da colheita e enquanto durar o estoque		x
Feijão	Diariamente	x	
Fava	Durante a época da colheita e enquanto durar o estoque		x
Frutas do cerrado	Consumo por safra		x
Carne bovina	O consumo não pôde ser mensurado pela temporalidade (dias, meses, anos)		x
Carne suína	O consumo não pôde ser mensurado pela temporalidade (dias, meses, anos)		x
Carne de frango	O consumo não pôde ser mensurado pela temporalidade (dias, meses, anos)		x
Peixe	Frequente durante a época da seca (maio a setembro)		x
Ovo	Mensalmente		x
Suco Artificial	Não é frequente, porém a constância prevalece em relação ao suco de frutas devido a falta de energia	x	
Refrigerante	Não é frequente, porém a constância prevalece em relação ao suco de frutas devido a falta de energia	x	

Quadro 3 — Frequência de consumo alimentar e forma de aquisição dos gêneros alimentícios consumidos pelos atores sociais (conclusão)

Margarina	Regularmente	x	
Bolacha industrializada	Regularmente	x	
Óleo de soja	Diariamente	x	
Açúcar	Diariamente	x	

Fonte: A autora (2025).

Nesta realidade, para analisar a frequência de consumo alimentar dos atores sociais, é necessário considerar a relatividade deste contexto. Afinal, o consumo dos itens sintetizados acima, depende de situações imprevisíveis aos atores sociais. Os alimentos: café, açúcar, arroz, feijão e óleo, são consumidos diariamente e obtidos através de compras no supermercado da cidade de Cavalcante. O arroz é plantado na roça de toco, desta forma, a compra no supermercado só ocorre quando o cultivo não obteve êxito e/ou se o estoque não foi suficiente para o ano. Foi possível observar que, mesmo diante das dificuldades socioeconômicas, há sacrifícios e mobilizações pessoais para que estes itens existam na rotina alimentar dos atores sociais. O macarrão também é obtido através da compra, embora seja comum na rotina alimentar, o seu consumo não é diário. O açúcar geralmente é utilizado no café e em algumas receitas, como o "bolinho frito". Nesse contexto, a maioria dos integrantes da Comunidade não possuem veículo próprio, então, a prefeitura de Cavalcante disponibiliza um caminhão uma vez ao mês para fazer este traslado de Congonhas até Cavalcante.

A mandioca é um alimento multifuncional e está enraizada na cultura alimentar Kalunga. Tanto, que todos os atores sociais a mencionaram enquanto um dos alicerces da sua alimentação. A versatilidade da mandioca está presente desde o seu consumo através de cocção, quanto na obtenção da farinha e polvilho. Foi observado que o consumo da farinha de mandioca e polvilho geralmente são restritos àqueles produzidos na Comunidade. Embora haja acesso nos supermercados, eles não os comprem. Então, caso exista alguma intercorrência na produção da mandioca e, porventura, não é possível estocar a farinha e o polvilho, estes itens não são substituídos. Ao invés disso, é feito um movimento de partilha entre as famílias que possuem uma reserva maior entre aquelas que não possuem.

O polvilho geralmente é utilizado para o beiju ou para algumas receitas, como: "bolinho frito", "bolinho-de-chuva", "escaldadinho" e "quebrador". Desses, o "bolinho frito" é mais usual nas rotinas pela praticidade de preparo, já que é uma massa feita com polvilho, ovo, óleo, açúcar ou sal e frito no óleo quente. Somente em um dos domicílios foi observada a substituição do polvilho por uma opção minimamente processada obtida em supermercado, para o preparo do beiju. No que diz respeito ao consumo da mandioca cozida, este hábito se estende enquanto durar a produção das roças. Muitas vezes, o consumo não se alonga durante todo o ano pela quantidade ser insuficiente, influência das mudanças climáticas que podem afetar o cultivo e pelo consumo dos predadores (tatu-peba e catitu).

Assim como ocorre com o consumo da farinha de mandioca e polvilho, o milho e a fava são restritos àqueles produzidos na Comunidade, e a frequência do consumo está à mercê do êxito da colheita. Já os frutos do Cerrado, são consumidos de acordo com as suas safras. Embora seja possível encontrar grande variedade destes frutos, a região de Congonhas é marcada principalmente pela presença de: baru, murici, pequi, cagaita, cajuzinho-do-cerrado, jatobá, coco babaçu e mutamba. Nessa conjuntura, todos os atores sociais mencionaram que, por conta da falta de energia, eles não conseguem explorar todo o potencial das safras. Afinal, são limitados apenas ao consumo in natura do fruto, já que não é possível fazer sucos ou doces. Paralelamente, este contexto favorece o consumo de sucos artificiais e refrigerantes. Ainda que o consumo não seja diário, estes ultraprocessados possuem "vantagem" diante das frutas, visto que não é necessário resfriamento para sua conservação, logo, pode ser consumidos a qualquer momento. A mesma lógica pode ser aplicada às bolachas industrializadas quando comparada à durabilidade das receitas culinárias, bem como a margarina, quando comparada à manteiga.

Nesse contexto, o consumo das proteínas de origem animal (carnes e ovos), também possui particularidades. O consumo de ovos é mensal, porém, é dependente da postura pelas galinhas e da incidência de predadores (raposas), tanto para estas aves, quanto para seus ovos. Desta forma, o consumo da carne destas aves também é influenciado por estes fatores. O consumo de peixes é mais viável durante a seca, geralmente entre os meses de maio a setembro. Já as carnes bovina e suína, são habituais quando uma família abate o animal em questão e inicia-se a partilha entre a Comunidade, visto que o consumo não poderia ser realizado apenas em um domicílio, já que a preservação do alimento fica limitada à impossibilidade de resfriamento pela ausência de energia.

Desse modo, o quadro a seguir ilustra a base das refeições da rotina alimentar dos atores sociais. Como elucidado, a depender do período do ano e do êxito dos cultivos, estas refeições podem ser complementadas com proteínas animais, vegetais ou frutas.

Quadro 4 — Composição das refeições dos atores sociais (continua)

REFEIÇÃO	ALIMENTOS BASE
Café da manhã	Opção 1. Mandioca cozida Opção 2. Beiju Opção 3. Bolinho de polvilho frito (Polvilho, óleo, ovo, açúcar ou sal)
Lanche da manhã	Não é comum realizar
Almoço	Arroz, feijão ou fava, farinha
Lanche da tarde	Não é comum realizar

Quadro 4 — Composição das refeições dos atores sociais (conclusão)

REFEIÇÃO	ALIMENTOS BASE
Jantar	Arroz, feijão ou fava, farinha
Ceia	Não é comum realizar

Fonte: A autora (2025).

Diante do exposto, é possível afirmar que a realidade dos atores sociais de Congonhas é diretamente influenciada pelas consequências da sindemia global, uma vez que a agricultura de subsistência é suscetível às mudanças climáticas. Há anos o período chuvoso enfrenta a escassez na região e o período de seca está cada vez mais extenso. O clima está imprevisível, assim como a alimentação. Somado à destruição eminente do Cerrado, este desequilíbrio da biodiversidade repercute diretamente no comportamento da fauna local, que busca alimento nas plantações da roça. A ausência de energia elétrica é só mais um fator que corrobora com as condições da insegurança alimentar. Tal cenário é consciente aos atores sociais. De acordo com Cagaita:

“Eu percebo que é diferente hoje as planta. As chuva diminuiu bastante. Cê plantava e colhia. Hoje em dia cê planta e não é muito, tem vez que você colhe outra vez não colhe. [...] Diminuiu bastante a chuva e o alimento. [...] Antigamente nois plantava e a cana, a banana, eles mexia (os animais) mas não era tanto. Mas agora, acho que é por causa da chuva, que não tá tendo mais, eu noto isso no meu ponto de vista: antigamente os bicho tinha como ele beber, ficar à vontade, ir lá pro Cerrado, mas agora, como a chuva tá diminuindo, aí o que acontece, eles não tem água pra beber lá pra fora aí os bichinho tem que vir matar a sede nos rio, e aí quando eles vem pra perto, eles encontra a plantação e come.”

De forma complementar, Jatobá pontuou:

“Tem diferença grande demais, até os capim que o gado cumia acabô! Naquele tempo (infância), as veis tinha uma semana inteira de chuva. Hoje num tem mais isso de chover cinco dia, dez dia... E tudo vai diminuindo. [...] Teve um tempo aí, que tinha quarenta (40) dia de chuva, chuva memo! Os rio num secava... Tinha as veis, nois criança quando ia passar num lugar assim, os pai dizia assim: ‘não, o cêis num passa aí senão cêis afoga aí’. Hoje num tem mais isso, qualqué lugar cê passa de boa. Quer dizer que a chuva é poca né? E aí por isso nois tem menos comida.”

A necessidade de comprar alimentos no supermercado também é uma ação consciente pelos atores sociais. Estes compreendem que são condicionados a tal movimento devido as condições o qual estão expostos. Nesse sentido, Mama-Cadela citou:

“Nois produz, dependendo da chuva, se a chuva não faltá, essas comida mais grossera nois encontra (arroz, fava, farinha), porque nois faz ela bem. Só que se a chuva falta, nois compra... Tem que comprá arroz, feijão, tudo... Agora se tivé chuva, economiza bastante.”

Murici, também expressou:

"A maior mudança que teve é porque, hoje num tá chovendo mais cumo chuvia pra nois tê a alimentação saudável cumo nois tinha primeiro. E hoje em dia tá assim: a pessoa pranta, e perde tudo de novo. É raro um ganhá, só perde. Num chove na hora certa... Nois memo esse ano planto, perdeu tudo. Agora, é no mercado memo. É raro um ganhá. Nois memo, plantô a mandioca, o catitu veio e comeu tudo."

Nesse contexto, a aplicação da EBIA, por domicílio, foi necessária para ilustrar a percepção dos atores sociais sobre a situação de segurança alimentar nos seus domicílios. Portanto, é considerado que a situação de segurança ou de insegurança alimentar calculada para o domicílio reflete a situação de todos os seus moradores. Nesse sentido, os atores sociais estavam distribuídos da seguinte forma, de acordo com seus domicílios:

Quadro 5 — Distribuição dos domicílios entre os atores sociais

ATOR SOCIAL	DOMICÍLIO
Cagaita	Domicílio I
Jatobá e Mama-Cadela	Domicílio II
Lobeira e Murici	Domicílio III
Mangaba e Baru	Domicílio IV

Fonte: A autora (2025).

Portanto, o questionário foi aplicado com apenas um dos integrantes de cada domicílio. É necessário ressaltar que em todos os domicílios havia menores de 18 anos. Foi aplicada a versão completa da EBIA (14 perguntas) e cada resposta positiva às questões equivale a um ponto na escala (APÊNDICE B). A classificação obedece aos seguintes critérios: 0 pontos, segurança alimentar; 1 a 5 pontos, insegurança leve; 6 a 9 pontos, insegurança moderada; 10 a 14 pontos, insegurança grave (Brasil, 2023). Nesse contexto, é possível classificar os domicílios em quatro categorias:

Domicílios em situação de segurança alimentar: nesse ambiente, a pessoa entrevistada revela que os moradores têm acesso regular e permanente aos alimentos, que atendem às suas necessidades nutricionais sem a preocupação de enfrentar restrições alimentares futuras; domicílios em situação de insegurança alimentar leve: nesse ambiente, a pessoa entrevistada revela que embora as necessidades alimentares básicas estivessem sendo atendidas, nos três meses anteriores à pesquisa, se preocupou com a possibilidade de enfrentar restrições alimentares no futuro próximo e que a variedade da alimentação dos moradores se reduziu; domicílios em situação de insegurança alimentar moderada: nesse ambiente, a pessoa entrevistada revela que nos três meses anteriores à pesquisa, os moradores, especialmente os adultos da família, enfrentaram alguma redução na quantidade e na variedade dos alimentos consumidos; domicílios em situação de insegurança alimentar grave: nesse ambiente, a pessoa entrevistada revela que nos três meses anteriores à pesquisa, os moradores, adultos e crianças, enfrentaram redução severa na quantidade e na variedade de alimentos, podendo ter passado

até um dia sem comer ou comendo apenas uma vez por dia, vivenciando a fome (Brasil, 2023).

Desta maneira, ao aplicar a EBIA, a classificação obtida para todos os domicílios foi a situação de insegurança alimentar leve. Este resultado é compatível com todas as interpretações já elaboradas neste capítulo. As necessidades alimentares consideradas básicas para o público em questão, é condizente com o apresentado no Quadro 4. Por fim, a possibilidade de enfrentamento de restrições alimentares se refere aos vegetais, frutas e proteínas animais interpretadas no Quadro 3. Ademais, os atores sociais reconhecem que a alimentação não é variável, porém tem a plena convicção de que o que produzem, é saudável e sustentável. Independente dos desafios vivenciados, não é cogitada a possibilidade de utilização de agrotóxicos ou de prejudicar a fauna e flora do Cerrado.

6.2 PROMOÇÃO DA SAÚDE NA COMUNIDADE KALUNGA CONGONHAS COM ÊNFASE NO SANEAMENTO AMBIENTAL E RURAL

Durante a execução da pesquisa, a falta de energia e de saneamento em Congonhas foram tópicos frequentemente ressaltados durante as trocas com os integrantes da Comunidade, principalmente ao se referirem à qualidade de vida e perpetuação dos hábitos alimentares tradicionais. Nessa perspectiva, como pesquisadora de uma etnopesquisa, foi impossível não aprofundar nessas questões. Dessa forma, essa sessão foi introduzida após as vivências em campo, com o intuito de somar com a realidade dessas pessoas de forma prática, útil e sustentável. Sendo assim, a metodologia da pesquisa-ação será justificada nos tópicos seguintes através da contextualização dos avanços e retrocessos do saneamento rural no Brasil.

A Lei nº 11.445/2007, regulamentada pelo Decreto Federal nº 7.217/2010 e atualizada pela Lei nº 14.026/2020, estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, cuja definição diz respeito ao conjunto de instalações e serviços públicos relacionados ao abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana, manejo de resíduos sólidos e das águas pluviais urbanas, além da sua drenagem. Nesse sentido, essa articulação visa a preservação e/ou modificação de condições presentes no meio ambiente, com o intuito de melhorar a qualidade de vida do indivíduo, através da promoção da saúde e prevenção de doenças, além de atuar como facilitador da atividade econômica por meio do aumento da sua produtividade (SNIS, 2023).

A falta de um saneamento seguro possui impacto direto para ocorrência de infecções em diferentes níveis, como: fecal-oral: diarreia, disenteria bacteriana, poliomielite e febre tifoide; infecções por helmintos: ascaridíase, tricuriase, ancilostomíase, cisticercose, esquistossomose e trematódeos de origem alimentar; doenças transmitidas por insetos: filariose linfática, febre do nilo ocidental; e tracoma. Além disso, o saneamento inadequado proporciona condições causadas por infecções prévias, como: desnutrição;

nanismo/crescimento reduzido, que é relacionado com a ocorrência de diarreia frequente, infecções por helmintos e disfunção entérica ambiental; capacidade cognitiva limitada; pneumonia (relacionada com diarreia frequente em crianças subnutridas); anemia (consequência de ancilostomíase); etc.. Por fim, e não menos importante, a falta de acesso a instalações sanitárias adequadas lesiona o bem-estar social e mental, especialmente de mulheres, afinal, incita a ansiedade através do constrangimento e vergonha relacionados à defecção em céu aberto, além das consequências relacionadas ao não atendimento a necessidades específicas, como: os cuidados higiênicos necessários no período menstrual, dentre outros (WHO, 2018)

Dessa forma, é impossível negar a indissociabilidade entre saneamento básico, saúde, salubridade ambiental e qualidade de vida da população. Ainda, não por coincidência, os princípios presentes na referida Lei são compatíveis com os princípios doutrinários do SUS: Universalidade, Integralidade e Equidade. Afinal, propõe-se a Universalização do saneamento básico de forma íntegra, abrangendo todas as particularidades dos cidadãos. Também, a Equidade, que nesse contexto irá atuar para redução das desigualdades em saneamento, principalmente no que diz respeito às vivências da população rural. Por fim, a Integralidade está presente no que diz respeito ao acesso da população a ações, soluções e serviços relacionados a todos os componentes do saneamento básico, que devem ser aplicados a partir do paralelo entre promoção, prevenção, tratamento, reabilitação e redução de danos. Assim, é imprescindível a intersectorialidade com outras políticas públicas (Brasil, 2020; Gil et al., 2016; Brasil, 2019). Nessa perspectiva, para que de fato haja promoção da saúde, o "básico" não supre todas as demandas. Por isso, o saneamento ambiental é urgente para a sustentação dessa ideologia, já que essa prática é mais abrangente comparada ao saneamento básico, principalmente no que se refere à promoção de medidas amplas de proteção dos recursos naturais e conscientização ambiental.

Paralelamente, a concepção de saúde adotada por este trabalho elege a determinação social como item crítico e fundamental para a compreensão do processo "saúde-doença". Portanto, essa percepção possibilita traçar um horizonte amplo entre saneamento ambiental, promoção da saúde, direitos humanos e justiça ambiental. Dessa maneira, é possível trazer novas perspectivas para uma compreensão ampla das condicionalidades e das políticas de intervenção requeridas para integrar tal realidade e, enfim, beneficiar as populações que vivem em situações de vulnerabilidade socioambiental.

Dessarte, o saneamento ambiental pode assumir esse discurso de promoção da saúde porque é construído através de uma abordagem facilitadora, participativa, multidimensional e multicultural do manejo habitacional, comunitário e público dos recursos naturais e dos resíduos. Além disso, evidencia processos de capacitação e educação em saúde. O que proporciona ao território um conjunto de ações interdisciplinares e intersectoriais, que dialogam com o sujeito em seu território, colocando-o em um lugar autônomo do seu processo, detentor de direitos ativos e não somente como um beneficiário passivo. Nesse

cenário, o objetivo dessa vivência é a transformação socioambiental e não apenas uma prestação de serviços básicos. Para isso, a construção de conhecimento é uma ferramenta fundamental para esse contexto (Fiocruz, 2018).

Portanto, há a necessidade de que as políticas públicas de saneamento sejam compreendidas como políticas de Estado e não somente de Governo. Ainda, essa mentalidade deve estar maciça na compreensão da população para haver à apropriação e monitoramento da mesma. Afinal, a plenitude do seu acesso contribui para a contemplação de direitos sociais inerentes às demais políticas públicas, como: habitação segura, preservação da qualidade da água e do solo, proteção dos ecossistemas, prevenção de doenças, segurança alimentar e nutricional, dentre outras.

Porém, ao longo do século XX, as iniciativas públicas destinadas às soluções de saneamento foram consagradas nos grandes centros urbanos com o intuito de favorecer uma economia que pretendia ganhar os holofotes industriais. Consequentemente, as populações rurais foram colocadas à margem do Estado brasileiro, realidade que ainda se estende atualmente. Diante desse prisma, os obstáculos apresentados para a não perpetuação de serviços adequados às populações rurais variam entre dispersão geográfica, distanciamento das sedes municipais, localização das comunidades em áreas de difícil acesso (seja por via terrestre ou fluvial), limitação financeira ou de pessoal por parte dos municípios, dentre outros. No entanto, essas adversidades deveriam ser interpretadas como particularidades para formulação de soluções públicas inovadoras e não como justificativas para a ausência de saneamento nas áreas rurais (Brasil, 2019).

Contudo, a movimentação para unificação do saneamento no Brasil é recente e divide alguns acontecimentos com a Reforma Sanitária², que mais tarde viria a contribuir com a criação do SUS. Nesse contexto, o início do século XX foi marcado pelas expedições científicas organizadas pelo Instituto Oswaldo Cruz e a Liga Pró-Saneamento do Brasil (1918), que, desde essa época, tentaram reivindicar a intervenção do poder público no Saneamento Rural. Mais tarde, entre os anos de 1942 a 1960, houve a intensificação das ações de saneamento através do enfrentamento da transmissão da malária e das parasitoses intestinais. A princípio, essa movimentação possuía interesses para além da pura promoção da saúde pública. Afinal, essa atuação foi liderada pelo Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), que foi criado através de um acordo entre os governos brasileiro e norte-americano, com o objetivo de promover ações de saneamento em regiões produtoras de matérias-primas estratégicas aos interesses militares dos Estados Unidos, como a borracha da região amazônica e o minério de ferro e mica do Vale do Rio Doce. No entanto, é preciso reconhecer que o SESP adentrou as regiões rurais brasileiras e construiu redes de unidades de saúde

² A Reforma Sanitária Brasileira foi um movimento sociopolítico que ocorreu entre as décadas de 1970 e 80. Neste momento, a participação popular, movida por valores democráticos no pós-ditadura, garantiu o sustento deste movimento, possibilitando a realização da 8ª Conferência Nacional de Saúde (8ª CNS), em março de 1986, através da abordagem dos temas: “saúde como direito, reformulação do Sistema Nacional de Saúde, financiamento setorial”. Esta foi a primeira Conferência Nacional de Saúde aberta à participação da sociedade civil e o seu relatório final delineou os fundamentos do que viria ser o SUS que conhecemos hoje (Paim et al., 2011).

locais que além de executarem a medicina curativa e preventiva, proporcionaram educação sanitária nos mais variados espaços, dentre eles as escolas primárias. Também, contribuiu para o desenvolvimento e inovações tecnológicas nas áreas rurais, como a implantação da fluoretação da água de abastecimento público. Ainda, foi a primeira vez que os serviços de saneamento foram propostos como ações do setor saúde (Brasil, 2019; Renovato; Bagnato, 2010).

De forma subsequente, em meados da década de 1980 foi criado o Projeto Nacional de Saneamento Rural, que consistia na realização de um trabalho de base para a amplificar ações permanentes e duradouras em Saneamento Rural no país. Posteriormente, a SESP foi transformada em "Fundação Serviços de Saúde Pública" (FSESP) (1960 - 1990), que, em 1990 se fundiu com a Superintendência de Combate à Malária (Sucam), para dar origem à Fundação Nacional de Saúde (FUNASA). A criação da FUNASA tinha o objetivo de amplificar os trabalhos que já estavam sendo desenvolvidos, além de fortalecer a reforma sanitária promovida pelo Ministério da Saúde. Tal acontecimento configurou uma ação decisiva na implementação do Sistema Único de Saúde (SUS) na mesma época (Brasil, 2019).

Ainda em 1990, foi lançado o Plano de Ação Imediata de Saneamento, o qual, dentre seus programas, o Ministério da Ação Social, em conjunto com o Ministério da Saúde, deveria formular e implementar o que é conhecido hoje pelo Programa Nacional de Saneamento Rural (ProRural). Essas movimentações podem ser caracterizadas como tentativas de atempar diretrizes nacionais para orientação de estados e municípios no planejamento de ações de saneamento em áreas rurais. Entretanto, tais esforços não repercutiram de forma ampla, tornando-se pontuais. Por isso, em 2013, a fim de corrigir o histórico *déficit* de oferta dos serviços de saneamento à população rural, foi aprovado a elaboração do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab). Entre 2015 a 2019, a FUNASA, como representante do Ministério da Saúde, juntamente com outras instituições federais, utilizou o Plansab como base para coordenar o início do processo de planejamento da formulação de três programas para a implementação da Política Federal de Saneamento Básico: Saneamento Básico Integrado, Saneamento Estruturante e o Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR) (Brasil, 2019; Funasa, 2022). A partir de 2022 o PNSR passou a ser denominado como Programa Saneamento Brasil Rural (PSBR) em algumas referências sobre o assunto, outras ainda adotam a sigla PNSR.

Dessa forma, o PNSR possui como objetivo promover a universalização do acesso ao saneamento básico em áreas rurais através de estratégias que garantam a equidade, a integralidade, a intersetorialidade, a sustentabilidade dos serviços implantados, a participação e o controle social. Sendo assim, é estabelecido como público das ações as populações residentes em áreas rurais, comunidades tradicionais e os povos originários, com ênfase nas populações do campo, da floresta e águas: camponeses, povos e comunidades tradicionais, como os quilombolas, indivíduos residentes em comunidades costeiras e ribeirinhas e indivíduos residentes em Unidades de Conservação. Para isso, a matriz do Programa propõe a

participação de diversos órgãos federais, estaduais e municipais, além de instituições da sociedade civil, no qual propõe a sua organização por meio de fóruns de gestão, a fim de minimizar a fragmentação setorial presente nas estruturas de governo (Castro; Cerezini, 2023; Brasil, 2019).

A princípio, o PNSR estabeleceu um plano de ação com cobertura das suas metas por meio de prazos (curto, médio e longo), que irão se estender por um período de 20 anos: de 2019 a 2038. As metas estipuladas foram: "Domicílios rurais abastecidos por rede de distribuição de água, com canalização interna no domicílio ou na propriedade, ou por poço ou nascente, com canalização interna; Domicílios rurais com instalações hidros sanitárias; Domicílios rurais atendidos por sistema de coleta direta e indireta de resíduos sólidos; Domicílios rurais atendidos por rede coletora ou fossa séptica para excretas ou esgotos sanitários; Domicílios rurais localizados em vias com pavimento, meio fio e bocas de lobo; Domicílios rurais com dispositivos de controle do escoamento superficial excedente". No período correspondente aos anos de 2019 a 2023, no que se refere às dimensões em números dos municípios contemplados pelas metas estabelecidas nesse curto prazo, foi previsto um baixo crescimento geral no atendimento por serviços de saneamento. Com relação ao segundo quinquênio (2024 a 2028), espera-se um aumento no ritmo de crescimento da adesão às metas, que deve ser prolongado até o ano final, 2038 (Brasil, 2019).

Entretanto, de acordo com o Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto referente ao ano de 2022³, as redes públicas de esgoto atendem 56,0% da população total do Brasil. O maior valor do índice é da macrorregião Sudeste (80,9%); e o menor, da macrorregião Norte (14,7%). O índice da região Centro-Oeste é de 62,3%⁴. Em contrapartida, o Diagnóstico aponta que do total de esgoto gerado em 2022 no Brasil, apenas 52,2% foi tratado (SNIS, 2023). Ainda, sobre a disponibilidade e uso da água potável no Brasil: o país possui cerca de 12% da água doce do Planeta. No entanto, essa água não se destina apenas ao consumo humano, dividindo sua prioridade com outras atividades, como: irrigação agrícola e produção industrial. Em 2021, a distribuição de água doce de acordo com setores se distribuiu da seguinte forma: 1,6% para o abastecimento rural; 22,6% para o abastecimento urbano; 8,8% para o abastecimento de indústrias; 1,4% para o abastecimento da mineração; 4,3% para o abastecimento de termelétricas; 7,6% para suprir a criação animal e 53,7% para irrigação (SNIS, 2023). Observa-se que a água doce destinada à irrigação chega a ser maior do que aquela para os abastecimentos urbano e rural. Além disso, o consumo de água de mineradoras e termelétricas, ambas atividades poluidoras e prejudiciais ao meio ambiente, é superior ao abastecimento rural. Assim, é nesse cenário que as causas da síndrome global também são ilustradas.

³ Essa publicação encerra o ciclo do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) e introduz o Sistema Nacional de Informações em Saneamento Básico (SINISA)

⁴ O índice de atendimento total (IN056) de esgotamento sanitário do SNIS-AE 2022 é referente aos serviços que utilizam redes públicas. O índice de atendimento total é calculado pela divisão entre a população informada pelo prestador de serviços e a residente estimada pelo IBGE.

Ainda, segundo o último relatório lançado pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do IBGE (PNAD Contínua⁵): "Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022", 89,7% dos domicílios em situação rural possuíam banheiro de uso exclusivo – essa classificação abrangia as seguintes definições: banheiro, sanitário ou buraco para dejeções. Porém, somente 9,4% possuíam escoamento do esgoto feito pela rede geral ou fossa séptica ligada à rede geral. Ainda, com relação ao destino do lixo nas áreas rurais do país, a principal finalidade dada era a queima na propriedade (51,2%), seguido pela coleta direta por serviço de limpeza (31,8%) e a coleta em caçamba de serviço de limpeza (11,5%). No entanto, somente 19,8% dos domicílios rurais da região Centro-Oeste possuíam coleta direta de lixo por serviço de limpeza. Nessa pesquisa, marcantes diferenças regionais foram verificadas no que diz respeito à composição da população por cor⁶: a Região Nordeste registrou a maior proporção de pessoas declaradas de cor preta (13,4%), seguida pela Região Sudeste (11,2%). Ao passo que a população autodeclarada de cor parda apresentou as maiores participações nas Regiões Norte (70,1%), Nordeste (60,5%) e Centro-Oeste (53,0%) (IBGE, 2023).

A partir dessa conjuntura, é possível descrever um fenômeno assolador do campo do saneamento – que não limita-se às experiências brasileiras, mas percorre toda a América Latina – por meio de quatro princípios: o tecnocentrismo, no sentido de prevalecer condutas exclusivamente focadas na técnica e não na realidade em questão; o elitismo, já que os cidadãos são afastados dos processos decisórios das condutas elegidas; o encapsulamento, com práticas insuficientes de interdisciplinaridade; o imediatismo, que é ilustrado por meio de condutas reparadoras ao passo que deveriam ser estruturantes (Brasil, 2021).

Portanto, diante dessa realidade, é evidente que para haver a eficácia das ações de saneamento previstas pelo PNSR é fundamental que tal responsabilidade seja de competência comum a todos os entes federados desse processo. Isso inclui Órgãos Federais com atribuições diretas ao Saneamento Rural e seus territórios de atuação, como: Ministério da Saúde, Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, Ministério do Meio Ambiente, Ministério da Cidadania, bem como Órgãos Federais com atribuições indiretas, como: Ministério da Educação, Ministério da Agricultura e Pecuária, Ministério Público Federal, Ministério de Minas e Energia, Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, dentre outros. Além disso, tal responsabilidade inclui a participação da sociedade, tal qual a Constituição Federal prevê. Esse último é indispensável para que a gestão do PNSR seja transversal e intersetorial. Somente assim o Programa irá transcender a esfera governamental e fomentar processos descentralizados e democráticos de decisão e monitoramento da política

5 A PNAD contínua do IBGE investiga as condições do mercado de trabalho do país a partir de uma amostra com mais de 210 mil domicílios, distribuídos por cerca de 3.500 municípios. Esta mesma amostra é revisitada a cada trimestre.

6 No texto original desta referência, é utilizado o termo “raça” como marcador social. Porém, o mesmo foi retirado da escrita desta pesquisa, uma vez que há a proposta da decolonização dos saberes. O conceito de raça, historicamente, foi utilizado para hierarquizar povos e culturas justificando momentos extremos, como o próprio colonialismo e o nazifascismo.

pública de Saneamento Rural (Brasil, 2019; Funasa, 2022).

Em abril de 2024 o Grupo de Trabalho "Águas & Saneamento"⁷, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), encaminhou ao Ministério da Saúde uma nota técnica que ressalta a importância de retomar as discussões e implementação do PNSR no país, que até hoje não foi efetivado em todas as instâncias propostas. Logo, o fortalecimento da democracia participativa e a promoção da governança baseada no pacto federativo ainda são falhos. O documento ressalta que apesar das melhorias nos domicílios conectados a redes de esgoto em relação a anos anteriores, o avanço ainda está distante da meta do Plano Nacional de Saneamento Básico (Plansab) para 2023, que busca atingir 85% de cobertura urbana com redes de esgoto e estabelece a meta mais ampla de 93% em 2033. Essas falhas demonstram as disparidades regionais e socioeconômicas do país. Dessa maneira, ao final do documento é proposto uma série de considerações e recomendações, dentre elas a imediata institucionalização do PNSR para garantir a efetividade das intervenções em saneamento nas áreas rurais do país, bem como o seu monitoramento. Isso só será possível se houver o estabelecimento do Fórum Gestor e do Fórum Executivo do PNSR, que contam com a participação social. Essa institucionalização assegura a continuidade do Programa a longo prazo, independentemente de mudanças políticas ou administrativas e proporcionaria maior legitimidade e reconhecimento social (Fiocruz, 2024).

Nesse contexto, visto a passividade a que os territórios rurais são submetidos no país, a implementação de um programa de Saneamento Rural sempre foi urgente e, ironicamente, adiado. Além disso, o "rural" não pode ser reduzido apenas a uma definição. É necessário reconhecer a diversidade e as dinâmicas próprias desses territórios, suas formas de organização, aspectos populacionais, modos de produção e suas dimensões ambientais e culturais. Por isso, a unificação do saneamento no Brasil não deve se resumir de forma precipitada a meras replicações do que convencionalmente foi adotado para o urbano, até porque, não será efetivo. As ações de saneamento, bem como sugeridas pela PNSR, requerem abordagens próprias, principalmente no que se refere à gestão e à apropriação da população sobre as soluções aplicadas.

Assim, especialmente para as populações do campo, das florestas e das águas, o saneamento deve ser abordado através da democratização do conhecimento e da gestão dos territórios. Assim, cabe a introdução da educação popular em saúde como ferramenta para somar nesse contexto. Afinal, além de construir consciência sanitária capaz de reverter o quadro de saúde da população, essa técnica busca intensificar a participação popular radicalizando a perspectiva democratizante das políticas públicas mediante transformações socioambientais. Nesse contexto, através da metodologia da pesquisa-ação, a perspectiva apresentada foi concretizada através da construção de três banheiros secos nos domicílios dos atores sociais. A seguir, serão apresentados os métodos, técnicas e insumos utilizados.

⁷ O Grupo é vinculado à Vice-Presidência de Ambiente, Atenção e Promoção da Saúde (VPAAPS) e desempenha papel de interconexão entre saúde e saneamento e tem acompanhado de perto a institucionalização do PNSR.

6.2.1 MANUAL DE IMPLEMENTAÇÃO DE BANHEIRO SECO DE BAIXO CUSTO: UMA ALTERNATIVA DIGNA E ECOLÓGICA PARA FAMÍLIAS QUE NÃO TEM ACESSO À ÁGUA ENCANADA

Esta seção descreverá as técnicas adotadas na implementação dos banheiros secos. Trata-se de uma alternativa ecologicamente correta para o tratamento dos dejetos humanos através da compostagem. Esta etapa contou com a condução e o auxílio do Engenheiro Ambiental Gustavo Bruno Costa Cunha, que atua profissionalmente com a compostagem no manejo de resíduos orgânicos.

Primeiro, serão listados os materiais e insumos utilizados para a construção da estrutura física dos banheiros. Posteriormente, é feito um tutorial para orientar a construção de tal estrutura. Por fim, é elucidado o método da compostagem termofílica, caracterizado por atingir altas temperaturas resultante da atividade de microrganismos termofílicos, mostrando-se eficaz na aceleração da decomposição da matéria orgânica, bem como na eliminação de patógenos. O objetivo é simples: recolher os dejetos em bombonas plásticas de 50 ou 60 litros que, quando cheias, são trocadas e levadas para compostagem.

Em 2010, a Lei nº 12.305 instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos e, no que tange a gestão dos resíduos orgânicos, estabeleceu-se a obrigatoriedade dos gestores dos serviços públicos de limpeza urbana a implementação de sistemas de compostagem através da articulação com os agentes econômicos e sociais. Nesse contexto, a reciclagem dos resíduos orgânicos é uma tecnologia acessível e tem gerado êxito em ações de educação ambiental, como forma de empoderamento dos indivíduos enquanto atores de reprodução do ciclo da matéria orgânica (Brasil, 2017).

A compostagem é um processo espontâneo da natureza. Nesse sentido, estima-se que entre 12.000 e 10.000 anos atrás, os seres humanos descobriram a possibilidade de enterrar grãos para cultivar plantas comestíveis, dando início à agricultura. Nesse contexto, estes indivíduos observaram que o ambiente já possuía o seu processo espontâneo de fertilização do solo, decorrente da influência das condições climáticas sobre o solo, promovendo a decomposição natural de folhas, galhos, frutos e fezes de animais. Ainda, era evidente a presença de diversas formas de vida, como: bactérias, fungos e insetos, que aceleravam esse processo de decomposição gerando matéria húmica. Assim, supõe-se que estes agricultores intuitivamente reproduziram este processo natural de reciclagem de matéria orgânica e passaram a reproduzi-lo de acordo com suas necessidades, dando origem ao processo que atualmente é conhecido como compostagem (Brasil, 2017).

A compostagem é definida como um processo de degradação de matéria orgânica que ocorre na presença de oxigênio. Porém, alguns métodos serão caracterizados através da forma com a qual a umidade, a aeração e a temperatura são aplicados (Brasil, 2017). Nesse contexto, o método utilizado para o manejo nos banheiros secos é conhecido como compostagem

termofílica em leiras estáticas com aeração passiva. Este método foi aplicado e aprimorado por professores e pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina e é conhecido pela sua simplicidade e versatilidade, já que não possui grandes peculiaridades de equipamentos para o manejo e pode ser utilizado na esfera doméstica.

Nessa perspectiva, durante todas as construções foi utilizado os princípios da educação popular em saúde através do incentivo dos atores sociais em analisarem e questionarem tal dinâmica. Enquanto pesquisadora, me apropriei das demandas e problemáticas levantadas durante as vivências em campo e propus uma ação que promovesse a emancipação e ao mesmo tempo o protagonismo dos indivíduos. Nesse contexto, os atores sociais foram autônomos desde a escolha de receber ou não o banheiro seco nos seus domicílios, até na apuração do local onde ele seria instaurado. Como este processo foi dinâmico, todos os atores sociais se envolveram e contribuíram para a construção voluntariamente. A maioria escolheu interagir com o intuito de aprender para poder replicar em outros locais. Assim, a explicação da aplicação da compostagem termofílica foi um processo horizontal e espontâneo durante as construções. Cada etapa teve a duração de um dia e meio. Após as construções, permaneci na Comunidade por mais 2 dias para tirar dúvidas e dar o suporte necessário às famílias. Dessa forma, esta abordagem fortaleceu o protagonismo dos atores sociais através da transformação social e da promoção do direito à saúde.

6.2.2 MATERIAIS, INSUMOS E PREVISÃO DE GASTOS

Nos quadros a seguir, há a relação das ferramentas, equipamentos e materiais usados na estruturação da parte física do banheiro seco. Também, consta o orçamento estimado para o investimento de cada material.

Quadro 6 — Ferramentas e Equipamentos Utilizados

Cavadeira
Furadeira
Cegueta
Mangueira de nível
Martelo
Trena
Alicate
Enxada
Parafusadeira
Serra tico-tico

Fonte: A autora (2025).

Quadro 7 — Materiais utilizados para a construção de um banheiro seco

Material	Quantidade	Investimento estimado
Eucalipto tratado 4,0m com diâmetro 0,08m - 0,10m	6 unidades	R\$ 282,00
Telha Eternit 3,66m x 1,10m	1 unidade	R\$ 111,00
Placa de forro PVC 0,2m x 1,40m	18 unidades	R\$ 126,00
Placa de forro PVC 0,2m x 1,10m	7 unidades	R\$ 42,00
Lona 2,20m x 1,10m	1 unidade	R\$ 120,00
Tábua de pinus 0,3m x 3m	1 unidade	R\$ 40,00
Assento vaso	1 unidade	R\$ 37,00
Parafuso chip. cabeça chata 3.5cm x 3mm	50 unidades	R\$ 7,00
Bombona 50L	2 unidades	R\$ 100,00
Barra roscada 5/16	3 unidades	R\$ 13,50
Porca sextavado 5/16	50 unidades	R\$ 7,50
Arruela lisa 5/16	50 unidades	R\$ 10,00
Chave combinada 13mm	2 unidades	R\$ 18,00
Total		R\$ 914,00

Fonte: A autora (2025).

6.2.3 PASSO-A-PASSO DA CONSTRUÇÃO DA ESTRUTURA DO BANHEIRO

1º Etapa: Cortar os Eucaliptos tratados de 4,0m com diâmetro 0,08m - 0,10m para a estruturação do banheiro seco (Fotografia 1)

- Cortar duas peças de 2,7m
- Cortar duas peças de 2,5m
- Cortar duas peças de 1,5m
- Cortar duas peças de 1,2m
- Cortar quatro peças de 1,1m
- Cortar três peças de 0,7m
- Cortar duas peças de 0,6m
- Cortar duas peças de 0,3m

Fotografia 1 — Foto de eucaliptos tratados de 4,0m com diâmetro 0,08m - 0,10m que devem ser cortados para formar as demais estruturas do banheiro seco



Fonte: A autora (2025).

2ª Etapa: Fazer a fundação dos pilares estruturais.

A estrutura frontal do banheiro deve ser mais alta do que a estrutura do fundo para que seja garantido o caimento da água da chuva. Dessa forma, as fundações frontais e traseiras deverão ter a distância de 1,1m uma da outra, referindo-se então à largura do banheiro (Fotografia 2). Nesse sentido, o comprimento lateral do banheiro deverá ter a distância de 1,4m (Fotografia 3). Cada buraco da fundação deverá ser de 0,6m. Dessa forma, os dois eucaliptos que farão parte da estrutura frontal do banheiro, são os de 2,7m. Assim, 0,6m ficarão enterrados e 2,1m ficarão expostos. Subsequentemente, os dois eucaliptos que farão parte da estrutura traseira do banheiro, são os de 2,5m. Assim, 0,6m ficarão enterrados e 1,9m ficarão expostos (Fotografia 4).

Fotografia 2 — Foto da distância das fundações frontais e traseiras do banheiro



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 3 — Foto do comprimento lateral do banheiro



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 4 — Foto da estrutura frontal e traseira do banheiro



Fonte: A autora (2025).

3ª Etapa: Fazer a fundação dos pilares de sustentação para o suporte do assento e de apoio para os pés.

Os dois pilares que sustentam o suporte do assento devem estar 0,6m de distância das respectivas fundações traseiras (Fotografia 5). Posteriormente, os pilares que sustentam o suporte de apoio para os pés, devem estar à 0,3m das fundações dos pilares que sustentam o suporte do assento (Fotografia 6). Cada buraco da fundação dos pilares de sustentação para o suporte do assento deverão ser de 0,5m. Dessa forma, como estes dois eucaliptos são os de 1,1m, 0,5m ficam enterrados e 0,6m ficam expostos (Fotografia 7). Respectivamente, cada buraco da fundação dos pilares de sustentação para o suporte de apoio para os pés deverão ser de 0,4m. Dessa forma, como estes dois eucaliptos são os de 0,7m, 0,4m ficam enterrados e 0,3m ficam expostos (Fotografia 7).

Fotografia 5 — Foto da distância dos pilares de sustentação do suporte do assento do banheiro



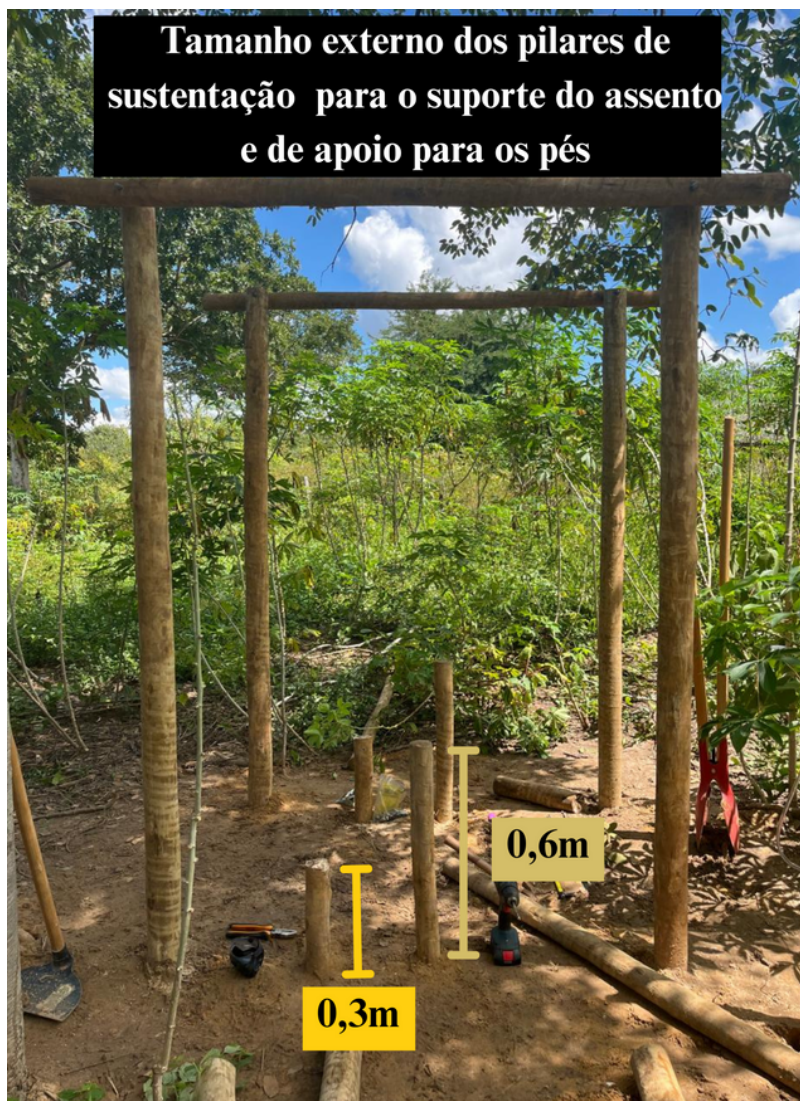
Fonte: A autora (2025).

Fotografia 6 — Foto da distância dos pilares de sustentação do suporte para os pés do banheiro



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 7 — Foto do tamanho externo dos pilares de sustentação para o suporte do assento e de apoio para os pés do banheiro



Fonte: A autora (2025).

4ª Etapa: Fazer a fundação dos apoios centrais para o suporte do assento.

O suporte para o assento precisa de dois apoios centrais para sua estabilidade. Estes apoios devem estar à 0,5m de distância um do outro e centralizados na parte inferior do suporte para o assento (Fotografia 8). O buraco destas fundações devem ser de 0,5m. Os dois eucaliptos são os de 1,1m. Assim, 0,5m ficam enterrados e 0,6m ficam expostos. Tais medidas são ideais para agregar a bombona de 50L (Fotografia 8).

Fotografia 8 — Foto do tamanho e distância dos dois apoios centrais para o suporte do assento do banheiro



Fonte: A autora (2025).

5ª Etapa: Fazer a fundação do apoio central para o suporte dos pés.

O suporte para os pés precisa de um apoio inferior e central para sua estabilidade (Fotografia 9). O buraco desta fundação deve ser de 0,4m. O eucalipto utilizado é o de 0,7m. Assim, 0,4m fica enterrado e 0,3m fica exposto (Fotografia 9).

Fotografia 9 — Foto do tamanho e distância do apoio central para o suporte para os pés do banheiro

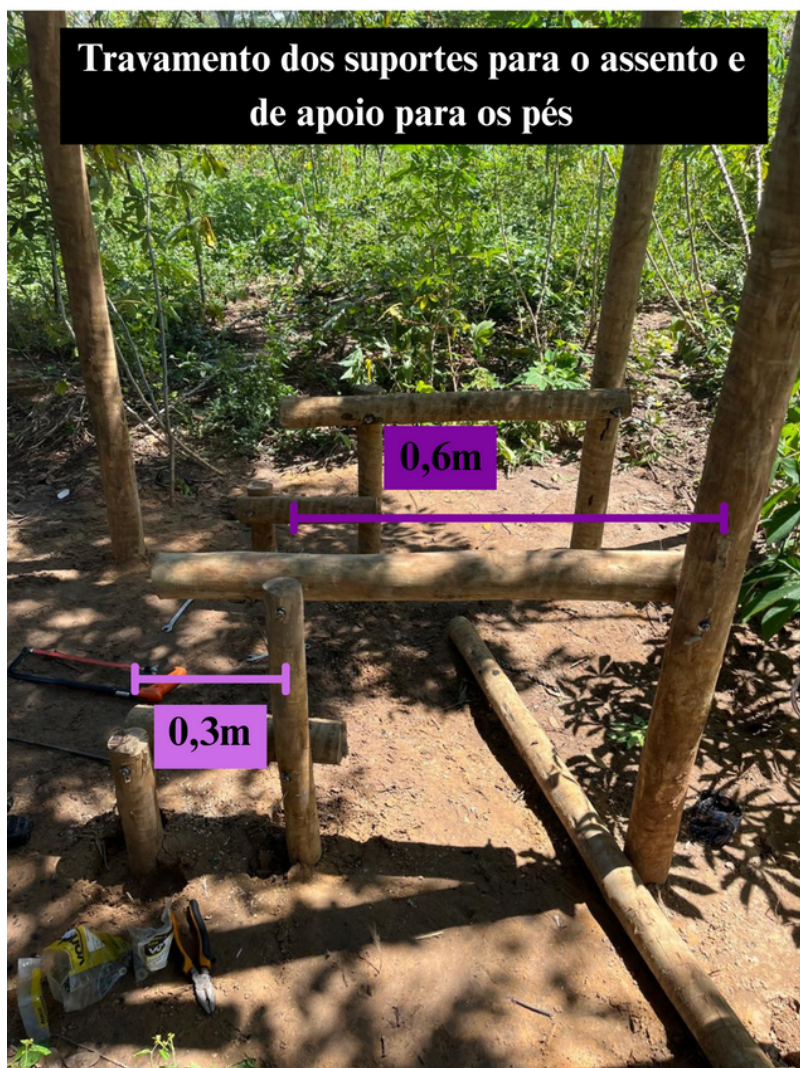


Fonte: A autora (2025).

6ª Etapa: Fazer os travamentos dos suportes para o assento e de apoio para os pés.

O travamento do suporte para o assento deve estar conectado entre o topo do seu pilar de sustentação com barras roscadas, porcas e arruelas, até o pilar traseiro do banheiro (Fotografia 10). Já o travamento do suporte para os pés deve estar conectado entre o topo do seu pilar de sustentação com barras roscadas, porcas e arruelas, até o pilar de sustentação do assento (Fotografia 10). Na Fotografia 10 é possível observar que os travamentos excedem os 0,6m e 0,3m. Isso aconteceu porque o ator social do banheiro em questão pediu para que estas estruturas fossem maiores. No entanto, o tamanho de 0,6m e 0,3m atendem à função que o travamento deve desempenhar.

Fotografia 10 — Foto do travamento dos suportes para o assento e de apoio para os pés do banheiro



Fonte: A autora (2025).

7ª Etapa: Fazer os travamentos estruturais (lateral, frontal e traseiro) do banheiro.

O travamento estrutural do banheiro é feito para garantir a estabilidade do mesmo. Ele é composto pelo eucalipto de 1,5m que deve ser parafusado e conectado com barras roscadas e travado com porcas e arruelas lateralmente entre os pilares de sustentação frontal e traseiro (Fotografia 11). Também, o eucalipto de 1,2m deve ser instalado da mesma forma nas partes frontal e traseira (Fotografia 12).

Fotografia 11 — Foto dos travamentos estruturais laterais do banheiro



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 12 — Foto dos travamentos estruturais frontal e traseiro do banheiro



Fonte: A autora (2025).

8ª Etapa: Instalação do telhado.

A Telha Eternit 3,66m x 1,10m deve ser cortada em dois pedaços de 1,6m que posteriormente devem ser alocados na parte superior da estrutura do banheiro (Fotografia 13).

Fotografia 13 — Foto do posicionamento do telhado do banheiro



Fonte: A autora (2025).

9ª Etapa: Instalação dos suportes para assento e de apoio para os pés.

O suporte para assento é composto por duas tábuas pinus de 1m de comprimento, conectadas uma à outra (lateralmente), formando uma peça de 0,6m por 1m. No centro desta peça deve ser medido o assento de vaso para que seja feito o seu molde. Para este corte foi utilizada uma serra tico-tico. Este suporte deve ser fixado com parafusos cabeça chata de 3.5cm x 3mm no eucalipto de travamento do apoio para assento (Fotografia 14). Já o suporte para apoio dos pés é composto por uma tábua pinus de 1m de comprimento. Este suporte deve ser fixado com parafusos cabeça chata de 3.5cm x 3mm no eucalipto de travamento do apoio para os pés (Fotografia 14).

Fotografia 14 — Foto dos suportes para assento e de apoio para os pés



Fonte: A autora (2025).

10ª Etapa: Instalação da porta do banheiro (lona).

A lona deve ser parafusada no eucalipto de travamento da parte frontal do banheiro, tendo quatro pontos parafusados em uma das laterais frontais (sendo possível escolher o lado direito ou esquerdo) (Fotografia 15).

Fotografia 15 — Foto frontal banheiro seco Domicílio I



Fonte: A autora (2025).

11ª Etapa: Instalação das paredes laterais (placa de forro PVC 0,2m x 1,40m).

Para a instalação das paredes laterais do banheiro foram utilizadas placas de forro PVC 0,2m x 1,40m. Estas foram conectadas com parafusos nos pilares de sustentação do banheiro (Fotografia 16).

Fotografia 16 — Foto da lateral do banheiro seco do Domicílio I



Fonte: A autora (2025).

12ª Etapa: Instalação da parede traseira (placa de forro PVC 0,2m x 1,10m).

Para a instalação da parede traseira do banheiro foram utilizadas placas de forro PVC 0,2m x 1,10m. Estas foram conectadas com parafusos nos pilares de sustentação do banheiro (Fotografia 17). É necessário deixar espaçamento para retirada da bombona quando a compostagem for realizada.

Fotografia 17 — Foto posterior do banheiro seco do Domicílio I



Fonte: A autora (2025).

Desta forma, através destas técnicas, foram construídos três banheiros secos na Comunidade Congonhas, sendo destinados aos atores sociais dos Domicílios I, II e III (Fotografia 17, Fotografia 18 e Fotografia 19).

Fotografia 18 — Foto frontal do banheiro seco do Domicílio II



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 19 — Foto frontal do banheiro seco do Domicílio III



Fonte: A autora (2025).

6.2.4 PASSO-A-PASSO DA UTILIZAÇÃO DO BANHEIRO SECO: APLICAÇÃO DO MÉTODO DE COMPOSTAGEM TERMOFÍLICA

A compostagem termofílica é descrita como um processo aeróbico de decomposição microbiológica da matéria orgânica através da geração de calor, atuando em temperaturas acima de 45°C, com picos que podem chegar a mais de 70°C, o que garante a eliminação dos patógenos (bactérias, protozoários, vírus, vermes) na leira de compostagem. Assim, após um ano de repouso, haverá a estabilização da matéria orgânica e a produção de um adubo rico e sem contaminação ao meio ambiente (Brasil, 2017; Cepagro, 2013). Dessa forma, o quadro a seguir descreverá o passo-a-passo de utilização do banheiro seco com a finalidade de utilização do método da compostagem termofílica:

Quadro 8 — Explicação de utilização do banheiro seco com a finalidade da compostagem termofílica

1ª Etapa	Usar o Banheiro Seco: fezes, urina e papel higiênico vão para a bombona (Fotografia 20 e Fotografia 21);
2ª Etapa	"Descarga": despejar sobre os dejetos uma mistura composta de material orgânico limpo, seco e rico em carbono, como: serragem ou maravalhas ou folhas secas ou palhadas de culturas de feijão, arroz, milho ou capins. É necessário cobrir todo o dejetos com esta mistura, o que garantirá a ausência de mau cheiro. Além disso, a adição desta mistura permite que o processo de compostagem já seja iniciado dentro da bombona (Fotografia 22 e Fotografia 23);
3ª Etapa	Lavar as mãos após o uso do banheiro.

Fonte: Adaptado de Cepagro (2013).

Fotografia 20 — Foto que ilustra a 1ª Etapa Quadro 8 - Estrutura do Banheiro Seco



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 21 — Foto que ilustra a 1ª Etapa Quadro 8 - Estrutura do Banheiro Seco



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 22 — Foto que ilustra a 2ª Etapa Quadro 8 - Mistura de matéria orgânica seca



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 23 — Foto que ilustra a 2ª Etapa Quadro 8 - Cobertura completa dos dejetos com a mistura de matéria orgânica seca



Fonte: A autora (2025).

O enchimento da bombona dependerá da frequência de utilização do banheiro seco pelo domicílio. É importante frisar que sempre após a utilização é necessário utilizar a "descarga" com matéria orgânica seca. O quadro a seguir elucidará as etapas da compostagem termofílica assim que a bombona estiver completamente cheia:

Quadro 9 — Aplicação da compostagem termofílica nos dejetos do banheiro seco (continua)

1ª Etapa	Escolha um local adequado para a execução da compostagem dos dejetos: sombreado, longe de plantações e nascentes;
2ª Etapa	Retirar a bombona cheia da estrutura do banheiro e direcionar para o local onde ocorrerá a

Quadro 9 — Aplicação da compostagem termofílica nos dejetos do banheiro seco (conclusão)

	compostagem;
3ª Etapa	Para começar a compostagem: o local deve ser preparado com uma camada de matéria orgânica seca em uma área de aproximadamente 1,5m x 1,5m. A palhada ajuda a evitar a perda de calor e umidade da pilha (leira) de compostagem (Fotografia 24 e Fotografia 25);
4ª Etapa	Depois, deve-se colocar uma camada de resíduo orgânico “verde” (restos de comida) (Fotografia 26);
5ª Etapa	Posteriormente, deve-se colocar o conteúdo da bombona (dejetos e matéria orgânica seca) na mesma proporção dos restos de comida. Esta sequência deve ser repetida até finalizar o conteúdo da bombona (Fotografia 27);
6ª Etapa	Por fim, é preciso cobrir com matéria orgânica seca e finalizar com uma cobertura de palhada (Fotografia 28);
7ª Etapa	É necessário humedecer a pilha de compostagem com um pouco de água uma vez por semana.

Fonte: Adaptado de Cepagro (2013).

Fotografia 24 — Foto que ilustra a 3ª Etapa do Quadro 9



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 25 — Foto que ilustra a 3ª Etapa do Quadro 9



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 26 — Foto que ilustra a 4ª Etapa do Quadro 9



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 27 — Foto que ilustra a 5ª Etapa do Quadro 9



Fonte: A autora (2025).

Fotografia 28 — Foto que ilustra a 6ª Etapa do Quadro 9



Fonte: A autora (2025).

Sobre a manutenção da pilha de compostagem: é possível agregar à esta o conteúdo de 4 bombonas, sendo importante frisar que a cada bombona despejada, o processo descrito no Quadro 9 deve ser repetido (Imagem 4). Ainda, durante um período de 12 meses, é preciso manejar esta pilha de compostagem para que haja oxigenação (Imagem 5). Esta etapa deverá obedecer a seguinte metodologia: retirar a primeira camada de palhada da pilha de compostagem, revolver o conteúdo com auxílio de uma enxada e cobrir novamente com a

palhada. Portanto, para que a compostagem aconteça de forma adequada, é preciso manter uma boa proporção de camadas secas e úmidas, sendo que a palhada deve cobrir totalmente a pilha de compostagem. A presença de macroorganismos como minhocas, piolho de cobra (*Diplópodes*) e tatuzinho-de-jardim (*Armadillidium Vulgare*), indicam que a leira de compostagem está em processo de maturação. Após um ano deste manejo, o material gerado é o composto orgânico ou adubo, que é semelhante à terra escura, rico em nutrientes, livre de micro-organismos nocivos. A fim de reduzir o risco de transmissão de doenças, recomenda-se utilizar o composto para adubação de árvores frutíferas, mas não para legumes e verduras que serão consumidos crus (Brasil, 2017; Cepagro, 2013).

Imagem 4 — Ilustração do manejo da leira de compostagem



Fonte: Cepagro (2013).

Imagem 5 — Ilustração da estrutura interna da leira de compostagem



Fonte: Cepagro (2013).

Nesse contexto, o quadro a seguir apresenta a relação de possíveis problemas no

manejo da leira de compostagem e suas respectivas soluções (Cepagro, 2013). Tais possibilidades foram repassadas aos atores sociais quando a prática da compostagem estava em pauta.

Quadro 10 — Relação de possíveis problemas no manejo da leira de compostagem e suas respectivas soluções

PROBLEMA	CAUSA PROVÁVEL	SOLUÇÃO
Lentidão no processo de compostagem	Matéria orgânica seca em excesso	Adicionar matéria orgânica verde, regar a leira e revirar a pilha de compostagem
	Matérias orgânicas verde e seca em grande porte. Por exemplo: pedaços grandes de restos de abóbora. O ideal é que os restos de comida estejam em porte menor, bem como as folhas, serragem, palhas, etc	Cortar os materiais em pedaços pequenos e revirar a pilha de compostagem
Mau cheiro e/ou presença de larvas	Umidade excessiva e/ou compactação	Adicionar matéria orgânica seca e revirar a pilha de compostagem
Cheiro de amônia	Adição excessiva de matéria orgânica verde	Adicionar matéria orgânica seca e revirar a pilha de compostagem
A leira de compostagem não atinge altas temperaturas	Pilha de compostagem com proporções pequenas	Aumentar o tamanho da pilha e adicionar mais matérias orgânicas verde e seca
	Umidade insuficiente	Regar a pilha de compostagem
	Baixa oxigenação	Revirar a pilha de compostagem
	Falta de matéria orgânica verde	Adicionar mais matéria orgânica verde
Presença de pragas e animais revolvendo a pilha de compostagem	Restos de matéria orgânica verde e dejetos descobertos	Estruturar melhor a pilha de compostagem e cobrir com mais matéria orgânica seca, especialmente palhada

Fonte: Adaptado de Cepagro (2013).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

"Como o atual sistema alimentar brasileiro ameaça o acesso ao DHANA dos integrantes da Comunidade Kalunga Congonhas?", diante das exposições, a resposta para tal questionamento se prova através da inviabilização da Segurança Alimentar e Nutricional com Soberania aos atores sociais da Comunidade Kalunga Congonhas. O Direito Humano à Alimentação e à Nutrição Adequadas (DHANA) é diariamente ameaçado pelos moldes do atual sistema alimentar. O acesso ao alimento e, principalmente, à escolha do que se alimentar, relaciona-se diretamente com a condição social, a cor de pele, a moradia, o gênero e idade dos indivíduos.

Nessa perspectiva, foi elucidativo que os atores sociais têm plena consciência da influência dominante que a sindemia global exerce sobre a sua qualidade de vida, especialmente no que diz respeito à sua Segurança Alimentar com Soberania. Isso porque, foi evidente que os atores sociais apontam as mudanças climáticas como um dos fatores de impacto para a perpetuação da sua agricultura e manutenção dos hábitos alimentares tradicionais. Dessa forma, a monotonia alimentar, o condicionamento à compra de alimentos de supermercado, a percepção do aumento de doenças crônicas na Comunidade e a ausência de energia elétrica e saneamento, comprovam a influência da colonialidade sobre o racismo ambiental e alimentar vivenciado pelos atores sociais de Congonhas.

Portanto, a sustentabilidade, a fartura e a fome, foram contradições latejantes durante toda a vivência desta dissertação. O relacionamento dos atores sociais com seu território é pautado na sustentabilidade e, embora a monotonia e a insegurança alimentar tenham sido apontadas nos domicílios, a fartura de comida de verdade, conhecimento, ancestralidade e cultura, nunca faltaram à mesa de nenhum Kalunga.

Assim, ao propor uma etnopesquisa, foi necessário compreender a realidade da complexidade da experiência social humana e admitir as peculiaridades das diversas formas de produzir o conhecimento. Nesse contexto, gostaria de frisar a todo pesquisador e instituição que tem intensão em trabalhar com a Comunidade Kalunga, que o respeito à autonomia da Comunidade é inegociável, caso contrário, haverá replicação do extrativismo epistêmico. Portanto, é preciso estar preparado para enfrentar a rigidez do conhecimento científico, para então adequar as suas intenções com a pesquisa com o que a Comunidade delegará. Somente assim, será possível criar uma perspectiva decolonial e trabalhar com a Comunidade, e não sobre ela.

Nesse cenário, a proposta da pesquisa-ação funcionou de forma complementar à proposta da etnopesquisa enquanto resposta à escuta sensível e à observação participante. É importante ressaltar que, a princípio, a proposta do banheiro seco revelou um tabu relacionado ao manejo das fezes humanas, uma realidade recorrentemente influenciada pela cultura ocidental. Para debater sobre esta situação, a abordagem da educação popular em saúde foi

fundamental. Afinal, foi utilizado o diálogo e a conscientização sobre questões sanitárias para empoderar os atores sociais a partir dos seus saberes e experiências, ao invés de colocá-los como sujeitos passivos neste trabalho. Dessa maneira, após muito diálogo, a escolha das construções dos banheiros partiu dos atores sociais e não da pesquisadora. Assim, de forma horizontal, foi reconhecido que a possibilidade de retornar os dejetos ao solo sem que houvesse contaminação do mesmo, foi um dos principais fatores que tornam esta prática aceitável e sustentável pelos atores sociais.

Assim, esta dissertação representou, para além das formalidades acadêmicas, um marco do reconhecimento do outro como possibilidade de transformação individual por meio da decolonização do conhecimento. Dessa forma, finalizo com a reflexão feita pelo Sr.º Carlos Roberto Pereira da Conceição:

"Hoje, todo mundo quer ser Kalunga, porque é um privilégio grande. Mas, a essência de Kalunga poucos têm. Que é pensar no outro, é pensar na possibilidade do outro existir também."

REFERÊNCIAS

- ACHARYA, Shambhu; LIN, Vivian; DHINGRA, Natasha. The role of health in achieving the sustainable development goals. **Bull World Health Organ**, v. 96, n. 9, 2018.
- ALEXANDRE-WEISS, Veruska Prado *et al.* **prato do dia: Desigualdades: Raça, gênero e classe social nos sistemas alimentares**. Brasília, DF: FIAN Brasil, 2023. 204 p.
- ANDRADE, Anna Maria; KISHIMOTO, Alexandre. Dossiê Sistema Agrícola Tradicional Quilombola do Vale do Ribeira. **Instituto Socioambiental**, São Paulo, 2017. Disponível em: [http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%c3%aa_relato_1\(1\).pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Dossi%c3%aa_relato_1(1).pdf). Acesso em: 8 nov. 2025.
- AZEVEDO, ELAINE. Ultraprocessados, ultraesfomeados e o sistema agroalimentar moderno. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 4-5. 2021. Disponível em: <https://nuppre.paginas.ufsc.br/files/2021/05/Le-Monde-Diplomatique-Brasil-ed-166-%C2%AE%EF%B8%8F-Maio-2021.pdf>. Acesso em: 8 nov. 2025.
- BAIOCCHI, Mari de Nasaré. Kalunga: povo da terra. **Ministério da Justiça**, Brasília, 1999.
- BARBIER, René. **A Pesquisa-ação**. Tradução Lucie Didio. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2007.
- BELIK, Walter *et al.* **Um retrato do sistema alimentar brasileiro e suas contradições**. Instituto Ibirapitanga, 2020.
- BRANDÃO, Ana *et al.* **Insegurança alimentar e emergência climática: sindemia global e um desafio de saúde pública na América Latina**. 1 ed. Porto Alegre, RS: Editora Rede Unida,, v. 19, 2024. 306 p. (Série Saúde Coletiva e Cooperação Internacional). Disponível em: <https://editora.redeunida.org.br/project/inseguranca-alimentar-e-emergencia-climatica-sindemia-global-e-um-desafio-de-saude-publica-na-america-latina/>. Acesso em: 6 ago. 2024.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. **Guia alimentar para a população brasileira**. 2014. 158 p.
- BRASIL, Ministério da Saúde, Fundação Nacional de Saúde. **Programa Nacional de Saneamento Rural**. Brasília: Funasa, 2019. 266 p. Disponível em: http://www.funasa.gov.br/documents/20182/38564/MNL_PNSR_2019.pdf/08d94216-fb09-468e-ac98-afb4ed0483eb. Acesso em: 2 jul. 2024.
- BRASIL, Ministério da Saúde. **Política Nacional de Saúde Integral das Populações do Campo e da Floresta**. 1 ed. Brasília: Editora do Ministério da Saúde, 2013. 52 p.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Vigitel Brasil 2023: vigilância de fatores de risco e proteção para doenças crônicas por inquérito telefônico: estimativas sobre frequência e distribuição sociodemográfica de fatores de risco e proteção para doenças crônicas nas capitais dos 26 estados brasileiros e no Distrito Federal em 2023. **MINISTERIO DA SAÚDE**, Brasília, DF, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/svsa/vigitel/vigitel-brasil-2023-vigilancia-de-fatores-de-risco-e-protecao-para-doencas-cronicas-por-inquerito-telefonico>. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Compostagem doméstica, comunitária e institucional de resíduos orgânicos: manual de orientação. **Ministério do Meio Ambiente**, Brasília. 67 p, 2017.

BRASIL. **Constituição**. República Federativa do Brasil de 1988. Brasília, DF. Senado Federal, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (EBIA): Análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília. 15 p, 2014.

BRASIL. Governo do Estado de Goiás. Lei n. 11.409, de 20 de janeiro de 1991. **Diário Oficial da União**, Goiás, ano 1991.

BRASIL. Lei n. 8080, de 18 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 20 de setembro de 1990.

BRASIL. **Lei Nº 14.026, de 15 de julho de 2020**. Atualiza o marco legal do saneamento básico e altera a Lei nº 9.984. **Diário Oficial da União**. Brasília, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14026.htm. Acesso em: 8 nov. 2025.

BRASIL. Lei nº 8.080. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências., de 18 de setembro de 1990. **Diário Oficial da União**, Brasília, 19 de setembro de 1990, ano 1990. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm#:~:text=LEI%20N%C2%BA%208.080%2C%20DE%2019%20DE%20SETEMBRO%20DE%201990.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20as%20condi%C3%A7%C3%B5es%20para,correspondentes%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%A7%C3%BAncias.. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRASIL. Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional. Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Lei nº 11.346, de 14 de setembro de 2006. **Diário Oficial da União**, 18 de setembro de 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11346.htm. Acesso em: 3 dez. 2023.

BRASIL. Ministério da saúde. Secretaria de Atenção à Saúde. Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição, Brasília, 2013. Política Nacional de Alimentação e Nutrição.

BRASIL. Monitoramento da Fome no Brasil: análises preliminares dos resultados da EBIA NA PNADC 2023. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**, Brasília. 31 p, 2023.

BRASIL. Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais. Decreto n. 6040/2007. **Diário Oficial da União**, Brasília, 08 de fevereiro de

2007.

BRASIL. **Programa Nacional de Saneamento Rural PNSR**: eixos estratégicos, aspectos teóricos, conceituais da gestão, educação e participação social. 1 ed. Brasília: FUNASA – Fundação Nacional de Saúde, v. 3, 2021. 104 p. (Série Subsídios ao Programa Nacional de Saneamento Rural). Disponível em: https://repositorio.funasa.gov.br/bitstream/handle/123456789/664/SUBSIDIOS_VOL3_TOM_O2_GESTAO_EDUCACAO_PARTICIPACAO.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 8 nov. 2025.

CARDOSO, Beatriz Pereira ; SILVA , Maurício . **Cerrado e Caatinga Patrimônios do Brasil**: NOTA TÉCNICA PEC 504/2010 – AO PARLAMENTO BRASILEIRO. Campanha Nacional em Defesa do Cerrado, 2023. Disponível em: https://www.campanhacerrado.org.br/images/biblioteca/NOTA_TE%CC%81CNICA_FINAL_WEB.pdf. Acesso em: 4 dez. 2023.

CARVALHO, Antonio. Determinantes sociais, econômicos e ambientais da saúde. **Fiocruz**, Rio de Janeiro, v. 2, p. 19 - 38, 2013.

CASTELO, Rodrigo . A “questão social” nas obras de Marx e Engels. **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 1, p. 85-94, 2010.

CASTRO, César; CEREZINI, Monise. Saneamento Rural no Brasil: A Universalização é Possível?. **Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - Ipea**, Brasília, 2023. Disponível em: https://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/11979/1/TD_2875_web.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

CASTRO, Josue de. **O livro negro da fome**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1966. 178 p.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome**: o dilema brasileiro: pão ou aço. 10 ed. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. 384 p.

CEPAGRO. **Banheiro Seco**: Saneamento como princípio agroecológico e resposta à crise de água. Florianópolis, 2013. Disponível em: <https://cepagro.org.br/wp-content/uploads/2023/05/01-Banheiro-seco.pdf>. Acesso em: 12 mar. 2025.

COSTA, Vilmar Souza . **A Luta pelo território**: histórias e memórias do povo Kalunga. 2013. 75 p Monografia (Licenciatura em Educação do Campo – LedoC) - Universidade de Brasília, Brasília, 2013.

CRUTZEN, Paul Crutzen; STOERMER, Eugene. The “Anthropocene”. **Global Change Newsletter**, n. 41. 20 p, 2000.

CRUZ, Marly. Concepção de saúde-doença e o cuidado em saúde. **Fiocruz: Qualificação dos Gestores do SUS**, Rio de Janeiro, p. 21 - 33, 2011.

DAROLT, Moacir Roberto; ROVER, Oscar José. **Circuitos curtos de comercialização, agroecologia e inovação social**. 1 ed. Florianópolis: Semprelo, 2021. 304 p. Disponível em: <https://ciorganicos.com.br/wp-content/uploads/2017/10/Circuitos-Curtos-de-Comercializacao-Agroecologia-e-Inovacao-Social.pdf>. Acesso em: 23 out. 2023.

DIAS, Vercilene Francisco. O Direito Alimentar Cultural Quilombola: o exemplo Kalunga. **Congresso Brasileiro de Pesquisadores Negros**, Uberlândia. 14 p, 2018.

DIEGUES, Antonio Carlos *et al.* **Biodiversidade e Comunidades Tradicionais**: Os Saberes Tradicionais e a Biodiversidade no Brasil. São Paulo, 2000. 211 p.

FAO - The State of the World's Biodiversity for Food and Agriculture. Commission on Genetic Resources for Food and Agriculture Assessments, Rome, 2019.

FBSSAN. **Histórico**. Fórum Brasileiro de soberania e segurança alimentar e nutricional. 2023. Disponível em: <https://fbssan.org.br/sobre-o-fbssan/historico/>. Acesso em: 15 jan. 2025.

FIELD, Christopher *et al.* Alterações Climáticas 2014: Impactos, Adaptação e Vulnerabilidade. **Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas**, 2014.

FIOCRUZ. Nota Técnica para o Fortalecimento da Institucionalização do Programa Nacional de Saneamento Rural como Determinante para a Promoção da Saúde. **Grupo de Trabalho Águas & Saneamento**, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://portal.fiocruz.br/documento/2024/04/nota-tecnica-do-grupo-de-trabalho-aguas-saneamento-destaca-necessidade-de>. Acesso em: 8 nov. 2025.

FIOCRUZ. **Saneamento e Saúde**: entre os direitos humanos, a justiça ambiental e a promoção da saúde. Rio de Janeiro : Fundação Oswaldo Cruz, 2018. Disponível em: https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/46304/2/06_saneamento.pdf. Acesso em: 23 jul. 2024.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da esperança**: Um reencontro com a pedagogia do oprimido. 3 ed. São Paulo: Editora Paz e Terra, v. 3, 2008. 325 p.

FUENTES, Patrick . **Racismo ambiental é uma realidade que atinge populações vulnerabilizadas**. Jornal da USP no Ar. 2021. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/racismo-ambiental-e-uma-realidade-que-atinge-populacoes-vulnerabilizadas/>. Acesso em: 23 nov. 2023.

FUNASA – FUNDAÇÃO NACIONAL DE SAÚDE. Estudo das necessidades de investimentos em saneamento rural no Brasil. **Programa Nacional de Saneamento Rural (PNSR)**, Brasília: Funasa, 2021.

FUNASA. **Programa Saneamento Brasil Rural**. Fundação Nacional de Saúde: Ministério da Saúde. Brasília, 2022. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/programa-saneamento-brasil-rural>. Acesso em: 23 jul. 2024.

FURNO, JULIANE. **Quem tem fome tem pressa**: agricultura familiar camponesa contra a pandemia da fome e inflação. Canal Movimento de Mulheres Camponesas. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=YZew5TbjcgI>. Acesso em: 11 out. 2023.

GIL, Célia *et al.* **Contexto de implantação e aspectos organizacionais do SUS**. São Luis: EDUFMA, 2016. Disponível em: https://moodle.unasus.gov.br/vitrine29/pluginfile.php/2528/mod_resource/content/4/ebook/media/pdf/livro_pdf.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

GLOBAL NUTRITION REPORT. **Global Nutrition Report 2022: Stronger Commitments for Greater Action**. Bristol, UK, 2022. Disponível em: <https://globalnutritionreport.org/reports/2022-global-nutrition-report/executive-summary/#section-1>. Acesso em: 16 out. 2023.

GONÇALVES, Letícia; CANÇADO SILVA, Vanessa Costa; NAHRA, Alessandra. Decolonizando a alimentação. **Revista Sustentarea**, v. 5, n. 4, p. 11-15, 2021. Disponível em: <https://www.fsp.usp.br/sustentarea/wp-content/uploads/2021/12/Revista-12.pdf>. Acesso em: 7 dez. 2023.

GPAFSN - Global Panel on Agriculture and Food Systems for Nutrition. **Food systems and diets: facing the challenges of the 21st century**, London, 2016.

GREEN , Rhys *et al.* Farming and the fate of wild nature. **Science**, n. 307, 2005.

GROSFOGUEL, Ramón. Del “extrativismo económico” al “extrativismo epistémico” y al “extrativismo ontológico”: una forma destructiva de conocer, ser y estar en el mundo. **Tabula Rasa**, Bogotá - Colombia, n. 24, p. 123-143, 2016.

HENRIQUES, Patrícia *et al.* Ideias em disputa sobre as atribuições do Estado na prevenção e controle da obesidade infantil no Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 36, n. 11, 2020.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). **Food security and nutrition: building a global narrative towards 2030. A report by the High Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security**, Rome, 2020.

HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION (HLPE). Food losses and waste in the context of sustainable food systems. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on Word Food Security. Rome, 2014.

HLPE. Nutrition and food systems. A report by the High-Level Panel of Experts on Food Security and Nutrition of the Committee on World Food Security. **HIGH LEVEL PANEL OF EXPERTS ON FOOD SECURITY AND NUTRITION**.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua**: Características gerais dos domicílios e dos moradores 2022 . Rio de Janeiro, 2023. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102004_informativo.pdf. Acesso em: 1 jul. 2024.

IMAFLOA - Relatório Anual 2021. Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola - Imaflora, 2022.

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Desertos Alimentares: Encontrar alimentos saudáveis pode ser tão difícil quanto descobrir um oásis no Saara. **Alimentando Políticas**, 2022.

Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor (IDEC). Entre Desertos e Pântanos Alimentares: Quando a geografia urbana é um obstáculo para a alimentação saudável. **Alimentando Políticas**, 2022.

JACOB, Michelle. **Sistemas alimentares para nutrição**. 1 ed. Recife, PE: Nupeea, 2021. 212 p. Disponível em: <https://nutrir.com.vc/horta/JacobSistemas.pdf>. Acesso em: 28 nov. 2023.

JENNINGS, Steve *et al.* O alimento num mundo urbanizado: o papel dos sistemas alimentares urbano-rurais. **Revista de Agricultura Urbana**, n. 29, 2015.

JESUS BARRETO, Ana Cláudia de *et al.* **Racismo Institucional e Racismo Ambiental no Brasil: Quanto Vale a Vida?**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 2022. 36 p. Disponível em: https://www.uff.br/sites/default/files/informes/racismo_institucional_e_racismo_ambiental_no_brasil_2.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

LEITE, Fernanda Helena *et al.* Ultra-processed foods should be central to global food systems dialogue and action on biodiversity. **BMJ Global Health**, n. 7. 3 p, 2022.

LIPORACE, Teresa *et al.* SINDEMIA GLOBAL: Um sumário executivo para decisões políticas sobre alimentação . **Alimentando Políticas**. 20 p, 2019. Disponível em: https://alimentandopoliticas.org.br/wp-content/uploads/2019/08/idec-the_lancet-sumario_executivo-baixa.pdf. Acesso em: 8 nov. 2025.

LOPES, HELENA *et al.* Agro, um mau negócio. **Le Monde Diplomatique Brasil**, p. 8 - 10, 2021. Disponível em: <https://nuppre.paginas.ufsc.br/files/2021/05/Le-Monde-Diplomatique-Brasil-ed-166-%C2%AE%EF%B8%8F-Maio-2021.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2023.

MACEDO, R. S. **Etnopesquisa crítica, etnopesquisa-formação**. 2 ed. Brasília: Liber Livro Editora, v. 15, 2010. 179 p.

MAPA - Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento. Projeções do Agronegócio 2021/22 a 2031/32, Brasília, 2022.

MARCHIONI, Dirce *et al.* **Biodiversidade e Sistemas Alimentares**: a contribuição (in)visível das abelhas sem ferrão. São Paulo: Núcleo de Apoio às Atividades de Cultura e Extensão (NACE) SUSTENTAREA, 2022.

MARTÍNEZ STEELE, Eurídice *et al.* Mudanças alimentares na coorte NutriNet Brasil durante a pandemia de Covid-19. **Rev Saúde Pública**, v. 54, n. 91, p. 1-8, 2020.

MARÍLIA, Leão *et al.* **O direito humano à alimentação adequada e o sistema nacional de segurança alimentar e nutricional**. Brasília: ABRANDH, 2013. 263 p.

MASSON-DELMOTTE, Valérie *et al.* Mudança do Clima 2021: A Base Científica. **Relatório de Avaliação do Painel Intergovernamental sobre Mudança do Clima**, 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. NAÇÕES UNIDAS BRASIL. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br>. Acesso em: 4 dez. 2023.

OUR COMMON FUTURE. **World Commission on Environment and Development (WCED)**, Oxford: Oxford University Press, 1987.

PAIM, J *et al.* The Brazilian health system: history, advances, and challenges. **The Lancet**, v. 377, p. 1778-1797, 2011.

PEREIRA, Ludmila. **Mulheres do Cerrado lutam por “saborania” e soberania alimentar**. Gênero e Número. 2023. Disponível em: <https://www.generonumero.media/reportagens/mulheres-cerrado-alimentos/>. Acesso em: 7 dez. 2023.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **SEGURANÇA ALIMENTAR**: Presidente Lula retoma Consea e prioriza agenda de combate à fome. Serviços e Informações do Brasil. 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/planalto/pt-br/acompanhe-o-planalto/noticias/2023/02/presidente-lula-retoma-consea-e-prioriza-agenda-de-combate-a-fome>. Acesso em: 3 dez. 2023.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. In: CASTRO-GÓMEZ, Santiago. **A colonialidade do saber eurocentrismo e ciências sociais**: perspectivas latinoamericanas. Argentina: Clacso, 2005. 130 p.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: I VIGISAN, 2021. 66 p. Disponível em: https://olheparaafome.com.br/VIGISAN_Inseguranca_alimentar.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL (REDE PENSSAN). Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil: II VIGISAN, 2022. 112 p. Disponível em: <https://olheparaafome.com.br/wp-content/uploads/2022/06/Relatorio-II-VIGISAN-2022.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2023.

RENOVATO, Rogério; BAGNATO, Maria . O serviço especial de saúde pública e suas ações de educação sanitária nas escolas primárias (1942-1960). **Educar em Revista**, Curitiba, n. 2, p. 277-290, 2010.

RUFINO, Luiz. **Vence-demanda**: educação e descolonização. 1 ed. Mórula Editorial, v. 3, 2021. 84 p.

SALLES-COSTA, Rosana *et al.* **Sistemas alimentares, fome e insegurança alimentar e nutricional no Brasil**. Editora Fiocruz, 2022. 151 p.

SALMONA, Yuri *et al.* A Worrying Future for River Flows in the Brazilian Cerrado Provoked by Land Use and Climate Changes. **Sustainability**, v. 15, n. 4251, p. 2 - 24, 2023.

SAMBUICHI, Regina Helena Rosa *et al.* **A Política Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica no Brasil**: uma trajetória de luta pelo desenvolvimento rural sustentável. 2017.

SANTOS, Antônio. **A terra dá, a terra quer**. São Paulo: Ubu Editora/PISEAGRAMA, 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **O fim do império cognitivo**: A afirmação das epistemologias do Sul. 1 ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019. 461 p.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social**. São Paulo: Boitempo, 2007.

SANTOS, Boaventura Souza. Para além do pensamento abissal: das linhas globais a uma ecologia de saberes. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, 2007.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, v. 3, 2001. 174 p.

SCRINIS, Gyorgy. **Nutricionismo**: a ciência e a política do aconselhamento nutricional. 1 ed. Columbia University Press: Editora Elefante, 2021. 464 p.

SEGRE, Marco; FERRAZ, Flávio. O conceito de saúde. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 31, n. 5, p. 538 - 542, 1997.

SILVA, Andréa *et al.* **A desapropriação como instrumento de titulação de terras quilombolas**: A não caducidade do decreto prevista na Lei 4.132/62. São Paulo: Editora Dialética, 2022. 224 p.

SISTEMA NACIONAL DE INFORMAÇÕES SOBRE SANEAMENTO - SNIS. **Diagnóstico Temático Serviços de Água e Esgoto**: Visão Geral Ano de Referência 2022. Brasília: Ministério das Cidades Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, 2023. 108 p. Disponível em: https://www.gov.br/cidades/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/saneamento/snis/produtos-do-snis/diagnosticos/DIAGNOSTICO_TEMATICO_VISAO_GERAL_AE_SNIS_2023.pdf. Acesso em: 24 jun. 2024.

SOUZA, Maria Lúcia . **Estratégias do povo Kalunga no uso e conservação da agrobiodiversidade**. Planaltina, 2022 Dissertação (Desenvolvimento Rural Sustentável e Sociobiodiversidade) - Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SWINBURN, B *et al.* Informas (International Network for Food and Obesity/non-communicable diseases Research, Monitoring and Action Support): overview and key principles. **Obesity Review**, v. 14, supl. 1:1-12, 2013.

SWINBURN, Boyd *et al.* The Global Syndemic of Obesity, Undernutrition, and Climate Change: The Lancet Commission report. **The Lancet**, London, England, v. 393, p. 791- 846, 2019.

UNGARELLI, Daniella Buchmann . **A Comunidade Quilombola Kalunga do Engenho II**: Cultura, Produção e Alimentação. Brasília, 2009. 93 p Dissertação (Centro de Desenvolvimento Sustentável da Universidade de Brasília) - Universidade de Brasília, Brasília, 2009.

WILLETT, Walter *et al.* Food in the anthropocene: the EAT-Lancet Commission on healthy diets from sustainable food systems. **The Lancet**, v. 393, n. 10170, p. 447 - 492, 2019.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Food safety**. WHO Media Centre. Geneva, Switzerland, 2015. Disponível em: <https://www.who.int/en/news-room/fact-sheets/detail/food-safety>. Acesso em: 19 out. 2023.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Guidelines on sanitation and health**, Geneva: WHO, 2018.

APÊNDICE A — ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA APLICADA AOS ATORES SOCIAIS

Quadro 11 — Questões orientadoras para a entrevista semiestruturada

O que é saúde?
O que é alimentação saudável?
Qual a base da alimentação Kalunga?
Como é o manejo das roças de toco?
O que é plantado nas roças de toco?
Vocês produzem tudo o que consomem ou compram alimentos nos supermercados da cidade?
Qual a sua opinião sobre comprar alimentos do supermercado?
O que você come nas refeições do seu dia a dia? (Aplicação das técnicas: Recordatório Alimentar de 24h e Frequência de Consumo Alimentar)

Fonte: A autora (2025).

APÊNDICE B — ESCALA BRASILEIRA DE INSEGURANÇA ALIMENTAR - EBIA: ANÁLISE PSICOMÉTRICA DE UMA DIMENSÃO DA SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL

Quadro 12 — Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (continua)

1 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio tiveram preocupação de que os alimentos acabassem antes de poderem comprar ou receber mais comida? Sim_____ Não_____	8 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou um dia inteiro sem comer porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____
2 - Nos últimos três meses, os alimentos acabaram antes que os moradores deste domicílio tivessem dinheiro para comprar mais comida? Sim_____ Não_____	9 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, deixou de ter uma alimentação saudável e variada porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____
3 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio ficaram sem dinheiro para ter uma alimentação saudável e variada? Sim_____ Não_____	10 - Nos últimos três meses, algum morador com menos de 18 anos de idade, alguma vez, não comeu quantidade suficiente de comida porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____
4 - Nos últimos três meses, os moradores deste domicílio comeram apenas alguns alimentos que ainda tinham porque o dinheiro acabou? Sim_____ Não_____	11 - Nos últimos três meses, alguma vez, foi diminuída a quantidade de alimentos das refeições de algum morador com menos de 18 anos de idade, porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____
5 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade deixou de fazer uma refeição porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____	12 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade deixou de fazer alguma refeição, porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____
6 - Nos últimos três meses, algum morador de 18 anos ou mais de idade, alguma vez comeu menos do que devia porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____	13 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum morador com menos de 18 anos de idade, sentiu fome, mas não comeu porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____
7 - Nos últimos três meses, algum morador de 18	14 - Nos últimos três meses, alguma vez, algum

Quadro 12 — Escala Brasileira de Insegurança Alimentar (conclusão)

anos ou mais de idade, alguma vez sentiu fome, mas não comeu, porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____	morador com menos de 18 anos de idade, fez apenas uma refeição ao dia ou ficou sem comer por um dia inteiro porque não havia dinheiro para comprar comida? Sim_____ Não_____
---	---

Fonte: Brasil (2014).

Tabela 1 — Pontos de corte segundo o nível de segurança/insegurança alimentar

	Domicílios com menores de 18 anos	Domicílios sem menores de 18 anos
Segurança Alimentar	0	0
Insegurança Alimentar Leve	1-5	1-3
Insegurança Alimentar Moderada	6-9	4-5
Insegurança Alimentar Grave	10-14	6-8

Fonte: Brasil (2014).

APÊNDICE C — ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA SR.º CARLOS

1. Você poderia me contar como se deu a chegada de energia e saneamento na Comunidade Kalunga?
2. Sabemos que, ainda atualmente, algumas Comunidades do Quilombo Kalunga não possuem energia e saneamento básico. Você sabe dizer porque essas Comunidades ainda não possuem esses serviços? Qual a justificativa atribuída pelos órgãos responsáveis por este fato?
3. Na sua vivência como liderança Kalunga, você acredita que a ausência de energia e saneamento na Comunidade Congonhas afeta o seu desenvolvimento? Quais são as principais consequências na sua opinião?
4. Você acredita que essa realidade pode interferir na saúde e na manifestação dos hábitos alimentares tradicionais dos integrantes de Congonhas?
5. O acesso à energia elétrica e ao saneamento básico é relativamente recente na Comunidade Kalunga. Nesse sentido, no seu ponto de vista, como você explicaria as mudanças dos hábitos alimentares tradicionais da Comunidade?
6. Este trabalho possui como um dos objetivos a perpetuação dos princípios da compostagem na Comunidade Congonhas como possibilidade de resistência e autonomia diante da ausência de energia e saneamento básico. Qual o contato da Comunidade Kalunga com a compostagem?
7. Uma das metodologias que sustenta este trabalho é a Etnopesquisa, na qual o protagonismo Kalunga não será anulado. Na sua opinião, como devem ser as pesquisas que adentram o Território?

ANEXO A — CARTA DE AUTORIZAÇÃO DA COMISSÃO DE ANÁLISE DE PROJETOS NO TERRITÓRIO KALUNGA REFERENTE A REALIZAÇÃO DESTA PESQUISA NA COMUNIDADE KALUNGA CONGONHAS



CARTA DE AUTORIZAÇÃO

Eu, Carlos Roberto Pereira da Conceição, presidente da Comissão de Análise de Projetos do Território Kalunga e Diretoria da Associação Quilombola Kalunga durante a gestão (2022 - 2029), tenho ciência e autorizo a realização da pesquisa intitulada "AS CONTRADIÇÕES VIVIDAS PELA COMUNIDADE QUILOMBOLA KALUNGA CONGONHAS: SUSTENTABILIDADE, FARTURA E FOME", sob responsabilidade da pesquisadora Mayra Alarcon Jeronimo da Silva, que irá realizar entrevista semiestruturada e aplicação da Escala Brasileira de Insegurança Alimentar – EBIA: análise psicométrica de uma dimensão da Segurança Alimentar e Nutricional, com os integrantes da Comunidade Kalunga Congonhas que manifestarem claro interesse em participar na referida pesquisa.

Cavalcante, 2024.

Carlos Roberto Pereira da
Conceição